### Tânia Maria Barroso Ruiz

# A POSIÇÃO AXIOLÓGICA DO JORNAL ESCOLAR *O COLEGIAL* (1945-50) ACERCA DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de doutora em Linguística.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Rosângela Hammes Rodrigues.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ruiz, Tânia Maria Barroso

A posição axiológica do jornal escolar O COLEGIAL (1945-50) acerca das práticas de leitura / Tânia Maria Barroso Ruiz ; orientadora, Rosângela Hammes Rodrigues. - Florianópolis, SC, 2017. 253 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Jornal escolar. 3. Leitura. 4. Discurso. 5. Círculo de Bakhtin. I. Rodrigues, Rosângela Hammes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

### Tânia Maria Barroso Ruiz

# A POSIÇÃO AXIOLÓGICA DO JORNAL ESCOLAR *O COLEGIAL* (1945-50) ACERCA DAS PRÁTICAS DE LEITURA

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística.

| Florianópolis, 31 de agosto de 2017.   |
|--|
| Prof. Dr. Marco Antonio Martins - Coordenador do Programa de Pós<br>Graduação em Linguística (UFSC)  |
| Banca Examinadora:   |
| Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rosângela Pedralli – Presidente da banca (UFSC)  |
| Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rosângela Hammes Rodrigues (UFSC) –<br>Orientadora (UFSC)  |
| Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Ana Paula Kuczmynda Silveira - Membro Externo, presente por vídeoconferência, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) |
| Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Luciana Pereira da Silva Membro - Externo, Universidade<br>Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)                         |
| Prof. Dr. Marcos da Rocha Baltar - Membro Interno (UFSC)   |
| Prof. Dr. Rodrigo Acosta Pereira - Membro Interno (UFSC)   |

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Müller - Membro Interno, Colégio de Aplicação (UFSC)

"Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovandose) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo".



### **AGRADECIMENTOS**

À Capes, pelo apoio financeiro, através da bolsa de estudos;

À Biblioteca Pública de Santa Catarina, pelo acervo, e ao bibliotecário Alzemi Machado em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pela elaboração do Catálogo dos Jornais Catarinenses e digitalização dos exemplares constantes na hemeroteca, dentre eles o jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-1950);

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela, por me aceitar como orientanda em um momento difícil de transição no Curso de Doutorado, pela paciência, pelas leituras e pelo acompanhamento comprometido com os resultados desta pesquisa;

Aos professores da banca de Qualificação, Prof.<sup>a</sup> Anna Kuczmynda Silveira, Prof. Marcos Baltar e Prof. Rodrigo Acosta Pereira, pela leitura atenta, pelas sugestões e pelo incentivo;

Aos amigos e amigas de Curitiba, pela compreensão nas inúmeras ausências e estímulo para esta pesquisa;

Às amigas, Christiane e Chirlei, pela paciência, força nos momentos difíceis e alegria nas pequenas vitórias;

Aos colegas do curso, pelo convívio gratificante durante esse período da minha vida, em especial, ao Carlos Borges Júnior, que se tornou um grande amigo nesse percurso;

A minha família, em especial, a minha mãe pelo apoio em todos os momentos;

Ao Dr. Jorge Ricardo dos Santos, pela medicina da especialidade Homeopatia;

Aos amigos da Fraternidade Branca e dos Mensageiros da Paz, pelo auxílio e aprendizado nessa jornada interior;

Enfim, àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa de doutorado.

### **RESUMO**

Nesta pesquisa temos como objetivo investigar as finalidades e os valores da leitura discursivizados no jornal escolar O COLEGIAL, a partir da perspectiva social e histórica do Círculo de Bakhtin, no âmbito da Linguística Aplicada. Os dados são compostos pelas seis edições anuais do jornal escolar O COLEGIAL – Órgão dos alunos do Colégio Catarinense – publicadas pelo Colégio Catarinense no período de 1945 a 1950, em Florianópolis, Santa Catarina. Dessas edições (Anos I, II, III, IV, V e VI), nosso recorte corresponde a 25 textos (vinte e cinco) desses exemplares que se encontram no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). Com base no percurso metodológico que parte da dimensão histórica, analisamos os discursos da época de publicação do jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) para compreender o cronotopo em que esta publicação estava inserida. A partir de pesquisa sobre a história das ideias pedagógicas na educação brasileira (SAVIANI, 2013, 2015), analisamos os discursos oficial e pedagógico que incidiam sobre o ensino secundário nas décadas de 30 a 50 do século XX. Em seguida, discorremos sobre os já-ditos em relação ao Colégio Catarinense e às pedagogias tradicional e renovadora (DALLABRIDA, 2001, 2006; SOUZA, 2005). Situada essa dimensão histórica mais ampla, buscamos compreender a dimensão social específica, a leitura no ensino secundário brasileiro (RAZINI, 2000) e as concepções de leitura da época. Com esses conhecimentos, iniciamos a descrição do jornal escolar O COLEGIAL para, em seguida, analisar os dados. Como resultados, observamos que a leitura é concebida primeiramente como decifração, principalmente nos textos que tematizam a alfabetização de jovens e adultos no Estado de Santa Catarina, e como decodificação nos demais. Essa concepção em vigor na época, na esfera escolar, influenciou as práticas de ensino de língua portuguesa no Colégio Catarinense. A análise dos apontou para a predominância de dois discursos sobre a leitura, a saber: 1. Ler para a formação intelectual e moral; 2. Ler para a formação educacional. Em relação às práticas de ensino discursivizadas no jornal escolar O COLEGIAL, os discursos predominantes são dois: 1. A leitura precede a escrita de textos; 2. A leitura é a condição essencial para a produção de textos orais e escritos. Os enunciados analisados indicam que o ensino de leitura partia do texto escrito indicado pelos professores para a realização de tarefas escolares, como a redação (dissertação, narrativa e descrição). De modo que a leitura concebida era a literária, lê-se também para a escrita dos gêneros da esfera literária (biografias, fábulas,

contos, poemas, etc.), que poderiam ser publicados em O COLEGIAL, e para estabelecer contato com outros jornais e revistas literárias. As ideologias no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) foram as de que a leitura aprimora a inteligência, humaniza, edifica o mundo interior, sendo uma forma de ação no mundo. Nesses discursos, depreendemos os seguintes valores em relação dialógica de oposição: leitura profunda x amena; leitura útil, boa, recomendada, instrutiva x leitura inútil, ruim, destrutiva e leituras perniciosas. Esses discursos revelaram a posição axiológica do jornal escolar O COLEGIAL, de que a leitura era um dos meios para a formação ideológica dos estudantes na doutrina social cristã.

**Palavras-chave**: Leitura. Ensino de leitura. Jornal escolar. Discurso. Círculo de Bakhtin.

### **ABSTRACT**

The present research aims to investigate the purposes and values of discursive reading in the school newspaper O COLEGIAL from social and historical perspectives of Bakhtin Circle, in the scope of Applied Linguistics. The data are composed of six annual editions of the school newspaper O COLEGIAL - The students' organ of Colégio Catarinense - and published from 1945 to 1950 in Florianópolis - Santa Catarina State, Brazil. From such editions (Years I, II, III, IV, V and VI), the cut corresponds to 25 texts of these copies that are in the collection of the Public Library of the State of Santa Catarina (BPSC). Based on the methodological path that starts from the historical dimension, it is possible to analyze discourses of the publishing period of the school newspaper O COLEGIAL (1945-1950) to understand the chronotope in which the publication was inserted. From a research on the history of pedagogical ideas in the Brazilian education (SAVIANI, 2013, 2015), it was possible to analyze the official and pedagogical discourses that focused on secondary education, in the 1930s and 1950s. Then, there is a discussion regarding the Colégio Catarinense along with traditional and renewing pedagogies (DALLABRIDA, 2001, 2006; SOUZA, 2005). After setting such a broader historical dimension, the authors seek to understand the particular social aspect about reading in the Brazilian high-school education (RAZINI, 2000) and the reading conceptions of that time. With such knowledge, the authors began the school newspaper description O COLEGIAL, and then, they analyzed the data. Thus, it is possible to observe that reading is primarily conceived as a deciphering, especially in texts focusing on youths and adults literacy in the State of Santa Catarina, and as decoding in the others. That conception in force at the time, in the school sphere, influenced the teaching practices of the Portuguese language in the Colégio Catarinense. The analysis pointed to the predominance of two discourses on reading, namely: 1) Reading for intellectual training, moral and spiritual training, and 2) Reading for educational background. Regarding the discursive teaching practices in the school newspaper O COLEGIAL, there are two dominant discourses. 1) Reading precedes texts writing. 2) Reading is the essential condition for the production of texts writing. The analyzed statements indicate that reading teaching started from the written text mentioned by the teachers for the accomplishment of school tasks like writing (summary, dissertation, narrative and description). Since literary reading was the conceived reading, it is also read for genres writing of the literary sphere

(biographies, fables, short stories, poems, etc.) that could be published in *O COLEGIAL*, and also, to establish a contact with other literary newspapers and magazines. The ideologies in the school newspaper *O COLEGIAL* (1945-1950) were that reading improves intelligence, humanizes, builds the inner world and is an action form in the world. In such discourses, there were the following values in the dialogical relation of opposition: deep reading x balmy; useful, good, recommended and instructive reading x useless, harmful, destructive and pernicious reading. These discourses revealed the axiological position of the school newspaper *O COLEGIAL* that reading was one of the means for the ideological training of students in the Christian social doctrine.

**Keywords**: Reading. Reading teaching. School newspaper. Discourse. Bakhtin Circle.

## LISTA DE QUADROS

| Quadro 1 - Jornais escolares publicados em Santa Catarina (1903-1947)                      | 86  |
|--|-----|
| Quadro 2 - Textos publicados no jornal escolar O COLEGIAI (1945-1950)                      |     |
| Quadro 3 - Primeiro expediente no jornal escolar O<br>COLEGIAL (1946)                      | 129 |
| Quadro 4 - Segundo expediente no jornal escolar O<br>COLEGIAL (1947)                       | 130 |
| Quadro 5 - Último expediente no jornal escolar O COLEGIAI (1948)                           |     |
| Quadro 6 - Finalidades da leitura discursivizadas no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) | 203 |

### LISTA DE FIGURAS

| Figura 1 - O COLEGIAL, Florianópolis, dez. 1947, n.10, Ano III, p.1   |
|---|
| Figura 2 - O COLEGIAL, Florianópolis, dez. 1946, n.9-10, Ano I, p.1   |
| Figura 3 - O COLEGIAL, Florianópolis, jan. 1945, n. 1, Ano I, p.1   |
| Figura 4 - Apresentação. O COLEGIAL, Florianópolis, jan. 1945, n. 1, Ano I, p.1   |
| Figura 5 - Um leão quer fundar um ginásio. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, junho 1947, n.4, Ano III, p.2 133                        |
| Figura 6 - Esopo. O COLEGIAL, Florianópolis, outubro 1946, n.8, Ano II, p.5   |
| Figura 7 - Fedro. O COLEGIAL, Florianópolis, março 1946, n.1, Ano II, p.2 136   |
| Figura 8 - Morreu o P. Scharader. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, abril. 1945, n.2, Ano I, p.1                                      |
| Figura 9 - Atividades do G. P. Scharader. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, out. 1945, n.8 , Ano I, p.2                               |
| Figura 10 - Justificando o nome do Grêmio C.P. Schrader. O COLEGIAL, Florianópolis, novembro 1945, n.1, Ano I, p.4                |
| Figura 11 - O Dia Pan-Americano. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, maio 1947, n.3, Ano III, p.1 146                                   |
| Figura 12 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, jan. 1945, n.1, Ano I, p.2 148   |
| Figura 13 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, set.1946, n.7, Ano II, p.4   |
| Figura 14 - Novos Livros. O COLEGIAL, Florianópolis, abril. 194, n.2, Ano III, p.2 153  |
| Figura 15 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, maio.<br>1948, n.3, Ano IV, p.2  |
| Figura 16 - A Biblioteca dos alunos externos do Colégio<br>Catarinense. O COLEGIAL, Florianópolis, jul. 1945,<br>n.5 , Ano I, p.2 |

| Figura 17 | - Queima de Gibis. O COLEGIAL, Florianópolis, ago.<br>1950, n.6 , Ano VI, p.2160                                    |
|-----------|---|
| Figura 18 | - Campanha de Educação de Adultos em Santa<br>Catrina. O COLEGIAL, Florianópolis, maio 1948,<br>n.3, Ano IV, p.1165 |
| Figura 19 | - Alfabetização em Números. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, junho 1948, n.4, Ano IV, p.4168                           |
| Figura 20 | - O COLEGIAL, Florianópolis, dez. 1945, n. 10, Ano<br>I, p.1178   |
| Figura 21 | - Frutos de leitura. COLEGIAL, Florianópolis, julho<br>1945, n.5, Ano I, p.1180                                     |
| Figura 22 | - O caráter. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez<br>1945, n. 9-10.5, Ano I, p.2182                                   |
| Figura 23 | - A pasta de Hélio. O COLEGIAL, Florianópolis,<br>julho 1947, n.5, Ano III, p.1183                                  |
| Figura 24 | - Olavo Bilac. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez<br>1946, n.9, Ano II, p.1186                                      |
| Figura 25 | - Cruz e Souza. O COLEGIAL, Florianópolis, março<br>1948, n.1, Ano II, p.4187                                       |
| Figura 26 | - Concurso. O COLEGIAL, Florianópolis, out. 1947,<br>n. 8, Ano III, p.3191  |
| Figura 27 | - Teatro. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez 1946,<br>n. 9-10.5, Ano II, p.3192                                     |
| Figura 28 | - A prova de Português. O COLEGIAL, Florianópolis,<br>julho 1948, n.5, Ano IV, p.2193                               |
| Figura 29 | - Coluna do Grêmio P. Schrader. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, maio 1947, n.3, Ano III, p.2196                       |
| Figura 30 | - Canção militar do Ginásio Catarinense.<br>COLEGIAL, Florianópolis, outubro 1946, n.8, Ano<br>II, p.6200           |
| Figura 31 | - A Higiene da vista na leitura. O COLEGIAL,<br>Florianópolis, jul. 1946, n.5, Ano II, p.3201                       |

# SUMÁRIO

| 1   | INTRODUÇAO   | 23   |
|-----|--|------|
| 2   | BASE TEÓRICA DA PESQUISA   | 31   |
| 2.1 | DISCURSO   | 31   |
| 2.2 | ENUNCIADO E ESFERAS DA ATIVIDADE HUMANA                              | 42   |
| 2.3 | CRONOTOPO  | 56   |
| 2.4 | SUJEITO  | 61   |
| 2.5 | AUTOR/AUTORIA  | 65   |
| 2.6 | IDEOLOGIA  | 68   |
| 2.7 | VALORAÇÃO/AVALIAÇÃO SOCIAL   | 74   |
| 3   | METODOLOGIA DA PESQUISA  | . 81 |
| 3.1 | DIRETRIZES METODOLÓGICAS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA                  | 81   |
| 3.2 | O RECORTE DOS DADOS E OS PLANOS DE ANÁLISE                           | 89   |
| 4   | A DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO JORNAL<br>ESCOLAR O COLEGIAL (1945-50) | 93   |
| 4.1 | AS PEDAGOGIAS TRADICIONAL E RENOVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILERIA        |      |
| 4.2 | A PRODUÇÃO DE JORNAIS ESCOLARES E A PEDAGOGIA RENOVADORA             | 100  |
| 4.3 | O ENSINO SECUNDÁRIO EM SANTA CATARINA E O COLÉGIO CATARINENSE        | 109  |
| 4.4 | O JORNAL ESCOLAR O COLEGIAL (1945-50)                                | 119  |
| 5   | A LEITURA DISCURSIVIZADA NO JORNAL ESCOLAR O COLEGIAL (1945-50)      | 127  |
| 5.1 | A AUTORIA EM <i>O COLEGIAL</i> E A VOZ DOS ESTUDANTES                | 127  |
| 5.3 | PROJEÇÕES IDEOLÓGICAS: A LEITURA E A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS        | 163  |
| 5.4 | OS SENTIDOS DO ENSINO DE LEITURA NO CURSO SECUNDÁRIO                 | 170  |
| 6   | CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 205  |

| REFERÊNCIAS   | 211        |
|---|------------|
| ANEXO A - DECRETO N.2991, 28 DE ABRIL DE 1944,<br>P.7.                  | 221        |
|   | <b>441</b> |
| ANEXO B – INSTRUÇÕES SOBRE O JORNAL ESCOLAR                             | 222        |
| ANEXO C – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL<br>1949, N.1-2, ANO V, P.1   | 227        |
| ANEXO D - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JAN. 1945, N.1, ANO I, P.2.        | 228        |
| ANEXO E – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>SET.1946, N.7, ANO II, P.4      | 229        |
| ANEXO F – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL.<br>1947, N.2, ANO III, P.2. | 230        |
| ANEXO G – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1948, N.3, ANO IV, P.2.       | 231        |
| ANEXO H – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL.<br>1945, N.2, ANO II, P.1   | 232        |
| ANEXO I – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUL.<br>1945, N.5, ANO I, P.2.     | 233        |
| ANEXO J – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUL.<br>1946, N.5, ANO I I, P.3    | 234        |
| ANEXO K – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>OUT.1945, N.8, ANO I, P.2       | 235        |
| ANEXO L – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1947, N.3, ANO III, P.1.      | 236        |
| ANEXO M – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1948, N.3, ANO IV, P.1.       | 237        |
| ANEXO N – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUN. 1948, N.4, ANO IV, P.4.       | 238        |
| ANEXO O – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>NOVEMBRO 1945, N.1, ANO I, P.4  | 239        |
| ANEXO P – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>AGOSTO 1950, N.6, ANO VI, P.2   | 240        |
| ANEXO Q – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUNHO<br>1947, N.4, ANO III, P.2.  | 241        |
|   |            |

| ANEXO R – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO<br>1947 N.5, ANO III, P.1242          |
|--|
| ANEXO S – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO<br>1948, N.5, ANO IV, P.2243          |
| ANEXO T – FEDRO. O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>MARÇO 1946, N.1, ANO II, P.2244   |
| ANEXO U – ESOPO. O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS,<br>OUTUBRO 1946, N.8, ANO II, P.5245 |
| ANEXO V - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-<br>DEZ 1946, N.9, ANO II, P.1246       |
| ANEXO W - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MARÇO<br>1948, N.1, ANO II, P.4247          |
| ANEXO X - COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO<br>1946, N.8, ANO II, P.6248          |
| ANEXO Y - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO<br>1945, N.5, ANO I, P.1249           |
| ANEXO Z - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-<br>DEZ 1945, N. 9-10.5, ANO I, P.2     |
| ANEXO AA - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-<br>DEZ 1946, N. 9-10.5, ANO II, P.3   |
| ANEXO AB - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUT.<br>1947, N. 8, ANO III, P.3           |
| ANEXO AC - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1947, N.3, ANO III, P.2               |
|  |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese faz parte do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), insere-se no projeto "O ensino de língua portuguesa nas escolas de Santa Catarina no Século XX (1900 a 1980): o discurso e a *práxis* escolar" da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Rodrigues Hammes, e é uma das produções do Grupo de Estudos em Linguagem e Dialogismo (GELID).

O jornal escolar como um *lócus* para as práticas de ensino de leitura e de escrita esteve presente na minha trajetória como professora de língua portuguesa nos ensinos fundamental, médio e superior. Esse percurso foi influenciado inicialmente pela formação acadêmica em Letras e mestrado em Linguística (UFPR) e pelas experiências vivenciadas como professora em duas escolas de ensino fundamental em Curitiba, no Estado do Paraná, sendo que uma adotava a pedagogia tradicional e a outra tinha como proposta a pedagogia renovadora.

Naquela época, iniciava-se a discussão sobre a concepção enunciativa de linguagem e era questionado pela academia, a partir dos estudos linguísticos, o ensino de língua portuguesa de base estritamente gramatical (GERALDI, 1984). A proposta era a de que o ensino e aprendizagem de língua se voltassem à língua¹ em uso pelos falantes (GERALDI, 1991), o que significava outra postura epistemológica e política em relação às práticas de ensino de língua predominantes na esfera escolar naquele momento histórico. Essa concepção de linguagem² propunha novos conteúdos de ensino e não apenas mudanças metodológicas, uma vez que situa a linguagem como um lugar de interação entre sujeitos situados social e historicamente.

Quando comecei a ministrar aulas, deparei-me com contradições entre os discursos da formação acadêmica no que se refere ao ensino de línguas e as práticas de ensino de língua cristalizadas na escola, que priorizavam o ensino dos conteúdos da gramática tradicional. No entanto, fui construindo espaços, a partir da minha *práxis*, para abordar as dificuldades dos estudantes nas práticas sociais de leitura e de escrita. Dentre os vários projetos didáticos e atividades que desenvolvi em conjunto com a coordenação e outros professores ao longo desse

<sup>2</sup> A concepção enunciativa de linguagem, ou seja, a linguagem é vista como um lugar de interação humana. Vide capítulo 2 desta tese.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A língua concebida na *interação verbal*, como *discurso*, será abordada na parte teórica desta tese.

percurso, encontra-se a criação do jornal escolar para o trabalho com a leitura e produção textual escrita nos ensinos fundamental e médio.

Em algumas aulas, ao invés de trabalhar os textos literários do livro didático e os seus respectivos exercícios, levava para os estudantes jornais impressos para lermos os textos, discutirmos sua posição ideológica e, em alguns casos, produzir textos escritos a serem encaminhados para publicação no jornal escolar dessas instituições educacionais. Essa experiência me levou a escrita de material didático de Língua Portuguesa que tinha como uma de suas propostas a produção do jornal escolar.

Por fim, quando atuei no ensino superior, auxiliei os estudantes no processo de produção textual escrita de textos dos gêneros jornalísticos para serem publicadas no jornal laboratório<sup>3</sup> do Curso de Comunicação Social, uma vez que os estudantes também apresentavam dificuldades em leitura e produção de textos escritos das esferas jornalística e acadêmica.

Para aprofundar a compreensão sobre as práticas sociais de leitura e escrita nas esferas escolar e acadêmica e assim ter condições de realizar intervenções fundamentadas teoricamente, retornei aos estudos acadêmicos para cursar o doutorado<sup>4</sup>. Dentre as várias perspectivas de estudos da linguagem, escolhi a Linguística Aplicada (LA) como área de investigação e "como lugar de investimento em uma redescrição da vida social" (MOITA LOPES, 2006, p.31), uma vez que o compromisso social da LA é a interpretação e resolução de problemas em que a linguagem tenha papel central nos mais diversos campos de atuação dos sujeitos.

Um desses campos é o ensino e a aprendizagem de línguas, que tem sido debatido em muitas publicações nacionais e internacionais da LA. A LA tem buscado o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos situados, ou seja, a língua utilizada pelos sujeitos nas diversas situações de interação social. Por isso, enquanto área de investigação indisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e transdisciplinar (CELANI, 1998; SIGNORINI, 1998; ROJO, 2008), tem

O jornal laboratório é uma publicação do curso de jornalismo, que tem como finalidade a prática de produção textual escrita dos gêneros jornalísticos pelos estudantes com acompanhamento do professor da disciplina de jornalismo-impresso e do(a) professor(a) de língua portuguesa.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Na esfera acadêmica, participei de uma pesquisa-ação junto com outro pesquisador sobre a produção de jornal escolar na sala de aula de língua portuguesa do ensino fundamental. Vide RUIZ, 2016, 2017.

dialogado com vários campos de conhecimento em busca de soluções para problemas com os quais se defronta ao focalizar a linguagem.

Segundo Rojo (2007), a atividade do linguista aplicado tem sido o de buscar compreender, explicar ou solucionar problemas, com o objetivo de criar ou aprimorar soluções para tais problemas, tomados em seu contexto e relevância social, a fim de que esse conhecimento seja útil do ponto de vista social e possa trazer benefícios nas práticas sociais e a seus participantes. Em relação ao ensino de línguas, a LA tem se debruçado sobre as práticas de ensino/aprendizagem de línguas na modernidade recente em várias publicações como a de Moita Lopes (2013). Dentre os capítulos que integram o livro organizado por Moita Lopes (2013), destaco o de autoria de Bohn (2013) sobre o ensino de línguas. Esse autor defende a necessidade de rupturas nas práticas de ensino e aprendizagem de línguas, com base na concepção dialógica de linguagem bakhtiniana, a fim de que as práticas de ensino oportunizem aos estudantes e professores a retomada da singularidade de suas vozes e, com isso, a sua participação na vida social.

Ao iniciarmos parte da pesquisa bibliográfica sobre a produção de jornal escolar no portal de periódicos da CAPES, encontramos as seguintes pesquisas: Augé (2008), Baltar (2003), Carvalho (2011), Cavalcanti (1999), Cavalini (2000), Cunha (2010), Ijuim (2006), Pinheiro (2009) e Salustiano (2006). Nessa revisão temos pesquisas de diferentes campos de estudos, a saber: Educação (AUGÉ, 2008; CAVALCANTI, 1999; CAVALINI, 2000; SALUSTIANO, 2006), Jornalismo (IJUIM, 2006) e Linguística Aplicada (CARVALHO, 2011; PINHEIRO, 2009; BALTAR, 2003; CUNHA, 2010). As pesquisas tomam como referência inicial a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa - PCN's (BRASIL, 1998). Esse documento oficial propôs como conteúdo para o ensino de linguagem as práticas de leitura, escrita, análise linguística e escuta mediada pelos gêneros textuais/discursivos. Os PCN's de Língua Portuguesa sugerem também a organização de sequências didáticas<sup>5</sup> por meio de projetos<sup>6</sup>, dentre os quais está o projeto do jornal escolar para as práticas sociais de leitura e produção textual escrita.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Nesse documento, as sequências didáticas têm como referencial teórico os trabalhos de SCHNEUWLY, B. DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. (org. ROJO, R). Campinas: Mercado de Letras, 2004.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Nos PCNs os projetos são concebidos como projetos de trabalho com base em HERNÀNDEZ, F. VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Para investigar a produção de jornais escolares hoje, os pesquisadores da LA, a partir de concepções teóricas distintas, tratam de questões referentes à produção textual escrita dos estudantes no ensino médio, através do jornal escolar (BALTAR, 2003), à relação entre a produção do jornal escolar, a formação do professor de língua portuguesa e a reconfiguração da aula de língua portuguesa no ensino médio (CUNHA, 2010), à produção do jornal escolar nas aulas de língua portuguesa no ensino fundamental (CARVALHO, 2011; PINHEIRO, 2009).

Essas pesquisas contribuíram para ampliar a discussão atual sobre as práticas de ensino e aprendizagem de escrita e sua relação com a produção do jornal escolar na sala de aula de língua portuguesa. No entanto, não tem como objetivo investigar o jornal escolar e sua relação com as práticas de ensino e aprendizagem de leitura no passado. Com isso, evidenciamos uma lacuna nas pesquisas da LA no que se refere aos estudos sócio-históricos da prática de produção de jornais escolares na esfera escolar e sua relação com o ensino de leitura na disciplina de Língua Portuguesa. Consideramos fundamental revisitar as concepções e práticas de ensino de línguas do passado para compreendermos a sua ação no momento presente, pois, na visão do Círculo de Bakhtin, os discursos de hoje reenunciam práticas anteriores, numa cadeia ideológica contínua, portanto, o ensino e aprendizagem das práticas de linguagem atuais mantêm fortes elos com o que se fazia na esfera escolar em tempos passados. Essa ligação se dá porque a palavra enquanto signo social e ideológico "não existe apenas como parte de realidade; [ela] reflete e refrata outra" (BAKHTIN VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.36).

Para Bastos (2013), o jornal escolar como atividade de sala de aula ou extraclasse foi incentivado pelos protagonistas da Escola Nova<sup>7</sup> através das instituições complementares ou associações auxiliares à escola desde as primeiras décadas do século XX. A partir da pesquisa de Arroyo (1968), a autora afirma que, na segunda metade do século XIX, já se encontram vestígios de jornais infantis e escolares no Brasil. Como essa prática tem estado presente no ensino de língua portuguesa até os dias atuais como demonstram as pesquisas já citadas acima,

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Segundo Saviani (2013), Lourenço Filho foi um dos principais divulgadores e defensores das ideias pedagógicas da Escola Nova no Brasil. Em *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), Lourenço Filho explica o que se deve compreender por Escola Nova e as suas bases científicas dessa propostas: os estudos de biologia, psicologia e sociologia.

concordamos com Fávero (2009, p.31) sobre a relevância de se investigar as práticas escolares do passado, uma vez que "em cada época, o estudo de Língua Portuguesa é marcado pelas condições [...] econômicas, políticas e sociais que determinam o tipo de escola e de ensino, e para que possamos melhor compreender o ensino de hoje e melhor interferir, é necessário que conheçamos o passado."

Nessa perspectiva, esta pesquisa se fundamenta nos escritos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1998[1975], 2003[1979], 2008[1963], 2013 2010[1920/1924], 2004[1927], [1965]); **BAKHTIN** [VOLOCHÍNOV], 2006[1929]; MEDVIÉDEV, 2014[1928]; VOLOCHÍNOV (2013, [1926, 1930]), na Linguística Aplicada (ACOSTA-PEREIRA, 2012; ACOSTA-PEREIRA, R.; RODRIGUES, H., 2014, 2015; ALVES FILHO, 2006; RODRIGUES, 2001, 2005; ROJO, 2005, 2006, 2008). Também dialoga, por adotar a concepção da LA in/transdisciplinar, com os estudos da Historiografia da Educação (SAVIANI, 2009, 2013, 2015; DALLABRIDA, 2001, 2006; SOUZA, 2005; BASTOS, 2013; AMARAL, 2002, 2003, 2013) e da História das disciplinas escolares em relação à disciplina de Língua Portuguesa (RAZZINI, 2000; FÁVERO, 2009; SILVEIRA, 2013).

Com base nesse referencial téorico-metodológico, investigamos a leitura nos textos do jornal escolar O COLEGIAL, publicado pelo Colégio Catarinense no período de 1945 a 1950. Nossa pesquisa buscou responder a seguinte **questão**: Quais as finalidades e os valores da leitura discursivizados no jornal escolar O COLEGIAL? Para buscar respostas a essa indagação inicial, temos como **objetivo geral**: investigar as finalidades e os valores da leitura nos textos do jornal escolar O COLEGIAL. E temos como **objetivos específicos:** compreender as concepções de leitura da época na esfera escolar; investigar a leitura no ensino secundário do Colégio Catarinense; analisar a posição axiológica do Colégio Catarinense em relação ao ensino de leitura no jornal escolar O COLEGIAL.

A pesquisa e seus resultados estão organizados nesta tese em cinco capítulos. O **Capítulo 1** é esta introdução na qual situamos a pesquisa na área de investigação na Linguística Aplicada nos escritos do Círculo de Bakhtin, demonstramos a sua relevância para os estudos de linguagem na esfera escolar e apresentamos a questão de pesquisa e os objetivos geral e específico.

No **Capítulo 2,** abordamos o referencial teórico desta tese, que se baseia nos escritos do Círculo de Bakhtin e de seus interlocutores contemporâneos. O capítulo reenuncia as noções e conceitos que mais se relacionam com nosso objeto de pesquisa, a saber: a concepção de

língua como discurso; enunciado e esferas da atividade humana; cronotopo; sujeito; autor/autoria; ideologia e avaliação social/valoração. Nesse percurso, acrescentamos as noções como exotopia, alteridade, axiologia, dentre outras, por estarem relacionadas aos conceitos anteriormente tratados integrando a arquitetura bakhtiniana.

No Capítulo 3, tratamos da metodologia, descrevemos a trajetória da pesquisa, a geração dos dados e o seu recorte, bem como delineamos os procedimentos analíticos.

No Capítulo 4, analisamos os discursos que incidiram na esfera escolar na época de publicação do jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-1950) para compreender o cronotopo em que esta publicação estava inserida, ou seja, buscamos reconstituir a dimensão histórica e, portanto, enunciativa e dialógica, em que esse texto foi produzido. Para isso, iniciamos a pesquisa de literatura sobre a história da educação brasileira e elegemos os estudos de Saviani (2009, 2013, 2015), porque abordam essa história com base nas ideias pedagógicas que circulavam na educação brasileira, ultrapassando a perspectiva linear, estrutural e desenvolvimentista da abordagem da educação no Brasil por períodos e fases econômicas. Essa concepção do autor está em relação dialógica de concordância com nosso referencial teórico e nos auxiliou na análise dos discursos sobre o ensino secundário nas décadas de 30 a 50 do século XX.

Em seguida, para compreender a dimensão social mais específica dos dados, analisamos os já-ditos em relação ao ensino secundário catarinense (DALLABRIDA, 2001, 2006; SOUZA, 2005). Na sequência, abordamos a influência da escola nova na prática de produção dos jornais escolares (BASTOS, 2013; AMARAL, 2002, 2003, 2013), a produção de jornais escolares no ensino secundário catarinense e, especificamente, no Colégio Catarinense. Por fim, realizamos a descrição do jornal escolar *O COLEGIAL*, concebido como um conjunto de enunciados.

No **Capítulo 5**, apresentamos as leis explicativas dos textos que compõem os nossos dados. Iniciamos pela constituição da autoria no jornal escolar *O COLEGIAL*, a partir do expediente do jornal. Adiante, abordamos os valores da leitura, as projeções ideológicas e os sentidos do ensino de leitura a partir dos textos publicados nas edições do jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-50).

Para finalizar esta pesquisa de doutorado, respondemos a nossa questão de pesquisa e os objetivos geral e específico. Além disso, tecemos nossas considerações sobre os aspectos relevantes desse estudo e propomos reflexões para trabalhos futuros, visando estabelecer alguns elos entre os discursos do passado e os discursos do presente na esfera educacional, de um modo geral, e no ensino de língua portuguesa, mais especificamente.

### 2 BASE TEÓRICA DA PESQUISA

O grupo de intelectuais denominado Círculo de Bakhtin<sup>8</sup> elaborou as bases de uma teoria materialista da criação linguístico-ideológica a partir da década de 1920, sendo que, atualmente, o pensamento bakhtiniano tem contribuído para reflexões fecundas nas ciências humanas como um todo. Nos estudos da linguagem, as ideias bakhtinianas têm tido repercussão em muitas pesquisas e, segundo Rodrigues (2005, p. 153), "é como problematizador e interlocutor produtivo que podemos situar o Círculo de Bakhtin na Linguística Aplicada". Nessa perspectiva, o pensamento do Círculo e as ideias que são relevantes para esta pesquisa em LA são abordados nas próximas seções.

Para adentrar nesse universo povoado de diferentes vozes e posições construídas axiologicamente na esfera acadêmica, primeiro tratamos da concepção de língua como discurso, das relações dialógicas e do dialogismo, que são os fundamentos da concepção dialógica de linguagem. Depois, discorremos sobre a noção de enunciado, como unidade real e concreta da comunicação discursiva, e sua relação com o conceito de gêneros discursivos, tipos relativamente estáveis de enunciados construídos historicamente, e esferas da atividade humana.

Em seguida, abordamos a noção cronotopo, sujeito, autor/autoria, ideologia e sua relação com a avaliação social/valoração. Nesse percurso, inserimos outras noções como interação verbal, exotopia, alteridade, axiologia, dentre outras, por estarem relacionadas aos conceitos anteriormente tratados, integrando os pressupostos do pensamento do Círculo de Bakhtin.

#### 2.1 DISCURSO

O Círculo de Bakhtin concebe a língua como discurso (BAKHTIN, 2008 [1963]); 1998 [1975], 2003 [1979]; BAKHTIN

-

O Círculo é a denominação atribuída pelos pesquisadores contemporâneos aos intelectuais de formação diversa, como o filósofo Matvei I. Kavan, o biólogo Ivan I. Kanaev, a pianista Maria V. Yudina, o estudioso de literatura Lev V. Pumpiannki e os três mais conhecidos pelas suas obras: Mikhail M. Bakhtin, Valentin N. Volochínov e Pavel N. Medeviédev, que se reuniram regularmente no período de 1919 a 1974. Neste trabalho, elegemos os escritos dos três últimos autores e respeitamos a questão da autoria das obras conforme consta nas edicões usadas nesta tese.

[VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]). Essa posição epistemológica parte do questionamento de Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929]) das principais correntes do pensamento filosófico e linguístico daquela época. As diferentes formas de conceber a língua/linguagem foram agrupadas pelo Círculo em duas tendências denominadas de subjetivismo idealista e objetivismo abstrato. Segundo o Círculo, apesar de suas contribuições para os estudos da linguagem, essas tendências restringiam a abordagem da linguagem ao delimitá-la enquanto objeto de análise.

A primeira orientação – o subjetivismo idealista – considera que a língua é uma criação individual do psiquismo, cuja função é a de expressão do pensamento, destacando a atividade mental no processo de produção linguística. Tem como seu principal representante Wilhelm Humboldt, que estabeleceu os fundamentos dessa primeira tendência. Essa corrente enfatiza o psiquismo individual como fonte da língua, e defende que o desenvolvimento linguístico se dá a partir de leis psicológicas. Segundo Bakhtin [Volochínov], essa orientação se baseia nas seguintes proposições:

- 1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção ("energia"), que se manifesta sob a forma de atos individuais de fala.
- As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
- 3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
- 4. A língua, enquanto produto acabado ("ergon"), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.72-73, grifos dos autores).

Para essa orientação, a verdadeira substância da língua se constitui nos atos de fala individuais, e a eles cabe a função criativa na língua. A linguagem é compreendida como representação (espelho) do mundo e do pensamento, sendo que os seus conteúdos ideológicos podem ser deduzidos das condições do psiquismo individual. Assim

sendo, o *subjetivismo individualista* parte da língua como produto acabado, de essência monológica, considerando que a sua função é a de *expressar o pensamento*, ou seja, a língua expressa o mundo interior do sujeito (falante ou escrevente).

Em oposição a essa corrente na qual a língua se constitui como um ato ininterrupto de atos de fala, o objetivismo abstrato considera que o centro organizador da língua é o sistema linguístico, composto pelas formas linguísticas (fonéticas, gramaticais e lexicais). Cada enunciação é única e reiterável, mas nela estão os elementos linguísticos idênticos ao de outras enunciações de determinados enunciadores. São esses traços idênticos que são normativos e, por isso, garantem a unidade da língua e sua compreensão pelos falantes de dada comunidade. As seguintes proposições são a base do objetivismo abstrato:

- A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
- As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
- 3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
- 4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente esses atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos

entre si. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.82-83, grifos dos autores).

Após dialogar epistemicamente com essas concepções de língua/linguagem — o subjetivismo idealista (a linguagem como expressão do pensamento) e o objetivismo abstrato (a linguagem como sistema abstrato e instrumento de comunicação), Bakhtin [Volochínov] (2006, [1929]) apresenta uma terceira concepção de linguagem: a língua como lugar de interação. Isso, por considerar que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.123, grifos dos autores).

O Círculo postula que a realidade da língua é a da interação verbal, ou seja, uma concepção enunciativa e dialógica de linguagem, porque os sujeitos<sup>9</sup>, ao se enunciarem, não tomam as formas prontas da língua de um sistema sígnico abstraído das relações sociais. A situação social de uso da língua integra a seleção das formas linguísticas; os sujeitos, ao se enunciarem, estão situados em contextos sócio-ideológicos definidos, e o uso da língua é inseparável dessa situação concreta de uso, dos seus falantes e dos valores ideológicos.

Bakhtin (1998 [1975]) diz que:

[...] a língua não é um sistema abstrato de formas normativas, porém uma opinião plurilíngue concreta sobre o mundo. Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções. [...] em essência, para a

 $<sup>^{9}</sup>$  A noção de sujeito para o Círculo é abordada na seção 2.4 deste capítulo.

consciência individual, a linguagem enquanto concreção sócio ideológica viva e enquanto opinião plurilíngue, coloca-se nos limites de seu território e nos limites do território de outrem. A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna "própria" quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar através de sua orientação semântica e expressiva. (BAKHTIN, 1998 [1975], p.100).

A linguagem nessa concepção não é um meio neutro incorporado pelo falante, pois está prenhe de intenções dos outros, posto que a língua enquanto discurso é viva, concreta e real, uma vez que faz parte das atividades humanas. Nas palavras de Bakhtin (1998 [1975], p.88), "o discurso nasce do diálogo com sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica". Nessa perspectiva, o discurso se origina da sua relação dialógica com outro discurso, sendo que a palavra alheia é o elemento organizador da construção do discurso.

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, escrito em sua primeira edição em 1929, Bakhtin trata do discurso polifônico, das formas de presença da alteridade como constitutivas do discurso, na análise do romance do escritor russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881), e apresenta, no capítulo "O Discurso em Dostoiévski", uma definição de discurso:

[...] porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para o nosso fim. (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 207).

Para Bakhtin, os estudos linguísticos são considerados insuficientes para a abordagem discursiva por se restringirem ao estudo da língua sob o matiz imanente, concepção vigente da linguística da época. Por reconhecer essas limitações e demonstrar que a posição epistemológica do Círculo é o estudo da língua enquanto discurso, ou

seja, a língua em uso, Bakhtin sugere a criação de um novo campo de estudos que o autor chamou de Metalinguística ou Translinguística. Como o autor diz:

Toda a vida da linguagem, seja qual for o campo de seu emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Mas a linguística estuda "a linguagem" propriamente dita com sua lógica específica na sua *generalidade*, como algo que torna possível a comunicação dialógica, pois ela abstrai consequentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isso, tais relações devem ser estudadas pela metalinguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto autônomo e metas próprias. (BAKHTIN, 2008 [1929], p. 209).

Bakhtin afirma que a Linguística conhece a forma composicional do "discurso dialógico" e a estuda no plano da língua, ou seja, as suas especificidades sintáticas, léxicas e semânticas. No entanto, os aspectos do discurso que ultrapassam esses limites estão no âmbito das pesquisas metalinguísticas, que têm como centro a enunciação e seus sentidos. Em outras palavras, a Linguística e a Metalinguística estudam o discurso, mas sob diferentes aspectos e campos de visão. Logo, devem se complementar, mas não se fundir. Por isso, Bakhtin propõe a Metalinguística, a língua como discurso, para o estudo das relações entre o enunciado e a realidade, entre os enunciados e o autor; as relações dialógicas entre os enunciados; o estudo da comunicação discursiva, dos gêneros do discurso.

A especificidade desta abordagem reside no estudo do discurso dialógico como o verdadeiro campo da vida da linguagem e na busca de caminhos teórico-metodológicos para abarcar as particularidades discursivas que apontam para a relação entre o externo e o interno na linguagem. Disso decorre que, ao estudar o discurso, é preciso que consideremos os seguintes pressupostos sobre a natureza da língua e da linguagem:

[...] a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos interlocutores: as leis da

evolução linguística são essencialmente *leis sociológicas*; a criatividade da língua não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*; a *estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social.* (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2006 [1929], p.127, grifos dos autores).

Como os sentidos são construídos no processo de interação verbal, a compreensão dos enunciados só pode ocorrer se forem compreendidas a dimensão social imediata e a dimensão histórica em que a situação de comunicação ocorre.

A partir do pressuposto de se olhar a língua sob o matiz discursivo, o Círculo aborda as relações dialógicas e o ângulo dialógico do discurso, uma vez que cada enunciação integra vários planos de sentidos. Para o Círculo, os enunciados<sup>10</sup> são concebidos como um conjunto de sentidos que estão impregnados de relações dialógicas. É importante destacar aqui que, quando o Círculo usa o termo diálogo, ele não está sendo compreendido de forma restrita e convencional, como a troca de turno que ocorre entre um sujeito que fala e o outro que responde. Mas como uma nova maneira de se conceber a linguagem, por considerar que o dialogismo, em um sentido amplo e complexo, é constitutivo da língua, pois os enunciados são originários das interações sociais. Segundo Bakhtin, "toda a vida da linguagem, seja qual for o campo de seu emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. [...] essas relações se situam no campo do discurso, o qual é por natureza dialógica (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 209)".

Como os enunciados materializam os discursos, eles estão em relação dialógica, desde que sejam compreendidos como posições semânticas, posto que os limites do discurso são da ordem do sentido. Assim, as diferentes posições axiológicas dos sujeitos expressas nos enunciados podem resultar tanto de relações dialógicas de convergência, quanto do desacordo, do embate, da fusão, do questionamento, da recusa, pois fazem parte do uso da língua como fenômeno social concreto.

As relações dialógicas podem ocorrer em qualquer parte significante do enunciado, uma vez que a natureza social da enunciação

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> A noção de enunciado e gêneros discursivos será aprofundada na próxima seção.

faz com que estas relações dialógicas, ao penetrarem no âmago do enunciado, possibilitam o confronto de duas vozes, o microdiálogo. Ademais, as relações dialógicas não são relações lógicas ou concreto-semânticas, pois são da ordem dos sentidos. A sua natureza é extralinguística por fazerem parte do campo do discurso. Por isso, temos relações dialógicas entre dois ou mais enunciados, entre o enunciado como um todo e suas partes, e entre as partes separadas de um ou mais enunciados.

Além disso, as relações dialógicas também podem ocorrer entre enunciados distantes entre si, tanto no tempo quanto no espaço, se ocorrer alguma convergência de sentidos entre eles. Bakhtin (2003 [1979]) explica que:

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem sobre um ou outro, no confronto de sentidos revela relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). Qualquer resenha da história de alguma questão científica (independente incluída no trabalho científico sobre uma determinada questão) realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões, pontos de vista) entre enunciados de cientistas que não saibam ou que não podiam saber nada uns sobre os outros. O aspecto comum da questão gera aqui relações dialógicas. (BAKHTIN, 2003 [1979], p.331).

Ainda Bakhtin esclarece que as relações dialógicas podem ser ampliadas a outros aspectos da linguagem, como entre estilos de linguagem, dialetos sociais e outros fenômenos conscientizados, desde que estejam expressos em uma matéria sígnica (seja a linguagem verbal ou entre imagens nas artes, nas propagandas, nos filmes, etc.) e sejam percebidas posições axiológicas, uma vez que não existem enunciados neutros.

Em consonância com essas discussões, Bakhtin (1998 [1975]) em *O discurso no romance*, escrito em 1934/1935, reitera a ideia de discurso como "um fenômeno social – em todas as esferas de sua existência e em todos os seus momentos (BAKHTIN, 1998 [1975], p.71). Nesse ensaio, Bakhtin (1998 [1975]) discorre sobre a questão da

heterogeneidade linguística e da categoria/concepção de língua única como um dos processos históricos que, ao visarem à centralização linguística, promoveu o apagamento do caráter plural dos discursos.

Segundo Bakhtin, a filosofia da linguagem, a linguística e a estilística não tiveram interesse em estudar os aspectos dialógicos do discurso, e contribuíram para servir "às importantes tendências centralizantes da vida ideológica verbal europeia" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 84). Os mecanismos usados pela ciência linguística europeia, para centralizar as ideologias verbais e controlar a produção e disseminação de sentidos, foram denominados de forças centrípetas (de unificação); os mecanismos de desunificação foram chamados de forças centrífugas. Na voz do autor,

Tomamos a língua não como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma língua *ideologicamente saturada*, como uma concepção de mundo, e até como uma opinião concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas ideológicas. Eis porque língua única expressa às forças de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 81).

Nesse jogo das forças de unificação e descentralização, a língua concebida como discurso se materializa na enunciação concreta dos sujeitos para o Círculo de Bakhtin. Em cada enunciado estão presentes as relações dialógicas, compreendidas como um lugar de tensão, uma vez que no diálogo se dá o embate entre as diferentes vozes e classes sociais, ou seja, é o lugar onde ocorrem os jogos de poder entre as diferentes vozes que circulam socialmente. Bakhtin considera que as estruturas e superestruturas se relacionam de modo dialético, sendo os signos os elementos que realizam essa mediação. Assim, a linguagem é concebida pelo Círculo como axiologicamente estratificada (a heteroglossia), porque os signos ideológicos refletem e refratam a realidade segundo as posições de classes diferentes.

Bakhtin (1998 [1975]) examina o papel do discurso alheio no romance e amplia essa análise para outros domínios da vida e da criação ideológica. Para o autor, a palavra alheia desempenha um papel fundamental na formação ideológica do homem e se define como palavra autoritária, ou a palavra interiormente persuasiva nas diferentes

esferas da atividade humana. O autor enfatiza que, quando a palavra do outro adquire um sentido mais profundo do que apenas de informação, indicação, regras e modelos, ela passa a definir as bases da nossa atitude ideológica frente ao mundo, tornando-se a palavra autoritária ou a palavra interiormente persuasiva. Nos dizeres do autor,

palavra autoritária exige de nós reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida autoridade. organicamente ligada ao passado hierárquico. [...] ela já foi reconhecida no passado. É uma palavra encontrada de antemão. Não é preciso selecionála entre outras equivalentes. [...] sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática). (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 143).

A palavra autoritária pode se manifestar em várias situações de interação social, pois apresenta múltiplas variedades — a autoridade do dogma religioso, a autoridade reconhecida da ciência, a autoridade do livro de moda — mas, para Bakhtin, o importante é o que há de comum entre essas variantes: a vinculação da palavra com a autoridade e a organização em torno de si de massas de outras palavras. Essa palavra pode incorporar conteúdos diferentes, como o autoritarismo, a autoridade, o tradicionalismo, o universalismo, o oficialismo, entre outros. Nas palavras do autor:

 $\mathbf{O}$ discurso autoritário exige nosso reconhecimento incondicional não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras. Também ele não permite qualquer jogo com o contexto que a enquadra, ou com seus limites [...]. Ele entra em nossa consciência como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirma-la por inteiro ou recusá-la na íntegra.Ele se incorpora indissoluvelmente à autoridade – o poder político, instituição, a personalidade – com permanece e com ela cai. [...] a distância em relação á palavra autoritária permanece constante em toda a sua extensão; aqui é impossível o jogo de distância - convergência e divergência, aproximação e distanciamento. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 144).

Diferentemente da palavra autoritária, a palavra interiormente persuasiva é uma palavra contemporânea e nos revela possibilidades bastante diferentes. Essa palavra é determinante para a apreensão consciente de nossas próprias palavras, para a elaboração de um pensamento independente, o que ocorre em um processo de transformação da vida ideológica individual pela separação dessas duas categorias de palavras, bem como da massa de palavras indiferentes que nos atingem. Nos dizeres do autor,

A concepção particular do ouvinte-leitor compreensivo é constitutiva para ela. Cada palavra implica uma concepção singular do ouvinte, seu fundo perceptivo, um certo grau de responsabilidade e uma certa distância. Tudo isso é muito importante para se entender a vida histórica da palavra. Ignorar esses aspectos e nuanças conduz à reificação da palavra, à extinção de seu dialogismo natural. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 146).

Para o Círculo, o dialogismo é um processo ininterrupto e inacabado na constituição dos sujeitos e da sociedade, porque somos seres de linguagem. Concordamos com Faraco (2009, p. 76) quando afirma que: "como forma de sobrepujar o monologismo, só há para Bakhtin a via do diálogo sem fim, que ele considera a única forma de preservar a liberdade do ser humano e de seu inacabamento". Nos dizeres de Bakhtin:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo (BAKHTIN, 2003 [1979], p.410, grifos do autor).

Ao percorrermos os escritos do Círculo que abordam a língua como discurso (BAKHTIN, 2008 [1963]); 1998 [1975], 2003 [1979]; BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]), constamos que esse conceito é concebido sob o matiz dialógico. Assim, a concepção dialógica de discurso se pauta na língua viva, real e estratificada usada pelos sujeitos sociais em dado momento histórico e, portanto, um fenômeno social, ideológico e valorativo.

# 2.2 ENUNCIADO E ESFERAS DA ATIVIDADE HUMANA

Em A palavra na vida e a palavra na poesia (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p.71-100), a discussão sobre enunciado parte da enunciação na vida, para depois abordá-la na arte como especificidade do discurso artístico realizado no material da palavra. Esse percurso decorre por ser considerado o caráter social da arte, não abordado pelo método formal. O enunciado é primeiramente analisado na vida, porque nele já se encontram os fundamentos da forma artística futura. Em outras palavras, os enunciados do cotidiano e os enunciados artísticos apresentam uma base comum, pois se encontram nas práticas de comunicação social e têm uma dimensão axiológica em seu sentido. Com isso, enfatizam o caráter social da palavra e a relação do enunciado com o contexto em que ocorre a interação verbal entre os sujeitos.

Para o Círculo, o enunciado<sup>11</sup> é a unidade real da comunicação discursiva que materializa o projeto de dizer dos sujeitos sociais e históricos, sendo que sua natureza é social. É a partir da interação verbal de dois indivíduos socialmente organizados, um falante e um ouvinte (um *eu* e um *outro*), que ocorre a comunicação, mediada pela palavra concebida como signo social e ideológico. Assim sendo, a natureza social do enunciado é determinada pelas condições reais da comunicação, isto é, antes de tudo, pela situação social mais imediata do grupo social no qual os indivíduos fazem parte, pois "a palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior

Segundo Sobral (2009, p. 97), o enunciado para o Círculo é entendido como enunciado concreto e pode ser substituído sem alteração de sentido nas obras do Círculo, por enunciação, o que reforça isso, inclusive, porque em russo uma única palavra, vyskazyvanie, designa 'enunciado' e 'enunciação'. Nesta pesquisa, usaremos o termo enunciado para nos referir a esta categoria, e manteremos a diversidade terminológica no uso das citações de acordo com cada obra do Círculo.

ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.112).

Para Volochínov (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926]), o enunciado compreende uma parte verbal materializada e outra parte extraverbal (ou em outra modalidade semiótica). Por isso, para que seja compreendido o seu sentido, é preciso levar em conta os seus aspectos exteriores, a sua dimensão social e histórica. Assim, a situação concreta em que ocorre a comunicação se compõe de uma unidade de sentido, porque integra a parte realizada verbalmente e a parte extraverbal que não está expressa, mas permanece subentendida. Essa parte é denominada "entinema", pois "cada enunciação da vida cotidiana é um entinema socialmente objetivo; é uma palavra-chave que somente conhecem os que pertencem a um mesmo horizonte social" (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p.80). Por isso, o caráter socialmente objetivo da enunciação determina, de certa maneira, a escolha das palavras e sua significação, por compartilhar as valorações subtendidas de um grupo social determinado.

Nessa perspectiva, qualquer enunciado tem uma dimensão avaliativa que é expressa a partir de certo posicionamento social, pois segundo Volochínov:

Quaisquer que sejam o sentido vital e a viva significação da enunciação [eles] não coincidem com a estrutura puramente verbal. As palavras ditas estão impregnadas do suposto e do não dito. Aquilo que se costuma chamar "compreensão" e "avaliação" da enunciação (acordo/consenso ou desacordo/dissenso) sempre abarca, junto com a palavra, a situação cotidiana extraverbal. Deste modo, a vida não atua sobre a enunciação desde o exterior: essa a impregna desde o interior da enunciação, enquanto unidade e comunidade, seja da realidade obietiva que circunda os falantes. sejam das substanciais valorações sociais que brotam dessa realidade objetiva, fora das quais é impossível existir qualquer enunciação plena de sentido. (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p.86, grifo do autor).

Na citação, depreendemos que a palavra não reflete claramente a situação extraverbal como se fosse um espelho, mas realiza um resumo valorativo, por isso, o enunciado tem a função de relacionar os

participantes de uma dada situação enquanto copartícipes. Em outras palavras, "a enunciação se apoia em sua relação real e material de um mesmo fragmento da existência, atribuindo a essa comunidade material uma expressão ideológica e um desenvolvimento ideológico posterior" (VOLOCHÍNOV, 2013[1926], p.79). Podemos dizer, portanto, que "cada enunciação da vida cotidiana é um entinema socialmente objetivo; é uma palavra-chave que somente conhecem os que pertencem a um mesmo horizonte social" (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 80).

Os sentidos de cada enunciado são produzidos a partir da relação de cada sujeito com o mundo exterior, com a realidade objetiva da qual ele faz parte e vive no seu meio social, em determinado momento histórico. Assim, em cada enunciado temos a presença tanto do falante quanto do ouvinte, pois "cada expressão linguística das impressões do mundo externo, quer sejam imediatas quer sejam aquelas que vão se formando nas entranhas da nossa consciência e receberam conotações ideológicas mais fixas e estáveis, é sempre orientada *para o outro* [...], têm uma clara *estrutura sociológica*" (VOLOCHÍNOV, 2013[1930], p.157, grifos do autor).

Esse caráter social do enunciado foi analisado por Volochínov (2013 [1930]) a partir dos conceitos de situação e auditório, que integram, juntamente com a parte verbal expressa do enunciado, a parte extraverbal não expressa, mas subentendida:

Estamos convencidos de que todo discurso é dialógico, dirigido a outra pessoa, compreensão e a sua efetiva resposta potencial. Essa orientação a um outro, a um ouvinte, pressupõe inevitavelmente que se tenha em conta a correlação sócio-hierárquica entre ambos os interlocutores. [...] A forma da enunciação - por exemplo - "quero comer" - muda segundo a posição social do falante e do ouvinte, e segundo toda a situação social em que tal enunciação se realiza. Chamemos, por convenção, de *orientação* social da enunciação a esta dependência do peso sócio-hierárquico do auditório. [...] A orientação social é uma das forças vivas organizadoras que, junto com a situação de enunciação, constituem não só a forma estilística, mas também a estrutura gramatical puramente da enunciação. (VOLOCHÍNOV, 2013 [1930], p.168-169, grifos do autor).

Para que compreendamos a parte verbal do enunciado, que contém um significado e um sentido, é preciso compreender a situação a qual integra a parte subentendida da parte não verbal, a saber, o espaço e o tempo em que ocorre a enunciação – o "onde" e o "como"; o objeto ou tema de que trata a enunciação – "aquilo que se fala; e a atitude dos falantes em face ao que ocorre – a valoração. Em outras palavras, a parte extraverbal do enunciado corresponde ao horizonte espacial e temporal (o local e o tempo), o horizonte temático (o conteúdo temático, o objeto) e o horizonte axiológico (a atitude valorativa dos interlocutores). Segundo Rodrigues (2001, p.24), "a situação extraverbal do enunciado, considerada como uma forma de interação social relativamente estável do ponto de vista espaço-temporal, temático, pode ser relacionada com a noção de cronotopo<sup>12</sup>".

Por ser a unidade concreta da comunicação discursiva, os enunciados apresentam certas características, como a alternância dos sujeitos do discurso, que assinala as fronteiras do enunciado; a expressividade, que materializa os valores sociais, e a conclusibilidade ou acabamento do enunciado, que tem relação direta com a possibilidade de suscitar uma resposta.

A característica de mediar a interação entre um eu e um outro do enunciado, ou seja, a alternância dos sujeitos do discurso, compõe a integridade do enunciado e, de uma certa forma, delimita os outros enunciados a ele vinculados, conforme as diferentes condições e situações de comunicação social. Cada interlocutor alterna as suas enunciações, denominadas réplicas, ao exprimir dada posição que suscita a compreensão ativa do outro, a sua resposta que pode ser verbal, gestual, silenciosa, entre outras, o que determina a finalização de cada enunciado, pois essa vontade discursiva do falante/autor é percebida pelo ouvinte/leitor. Em outras palavras, o locutor marca o dixi conclusivo, o qual o ouvinte entenderá como o término do enunciado, passando a palavra ao seu interlocutor e possibilitando que ele tome uma atitude de resposta, seja de forma verbal ou não verbal, silenciosa, imediata, posterior, etc. Para Bakhtin (2003 [1979]): "essa alternância dos sujeitos dos discursos, que cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana da vida, dependendo das diversas funções da linguagem e das diferentes condições e situações de comunicação, é de natureza diferente e assume formas várias" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 275). Uma dessas formas está presente nas obras especializadas de literatura ou de ciência.

-

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> O conceito de *cronotopo* será abordado na última seção deste capítulo.

# Segundo Bakhtin (2003 [1979]):

A obra, como réplica do diálogo, está disposta para resposta o outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influências sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições enunciativas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo de cultura. A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aqueles que lhe respondem; à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquela pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso. (BAKHTIN, 2003 [1979], p.279).

Assim, os enunciados não são indiferentes entre si, pois cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros com os quais se ligam pela identidade da esfera da atividade humana<sup>13</sup>. Para o Círculo, "o enunciado é pleno de tonalidades dialógicas" (BAKHTIN, 2003 [1979], p.279). Ou seja, os enunciados se relacionam uns com os outros e se constituem em relação aos outros de forma dialógica. Por isso, o enunciado responde, de uma forma ou outra, aos enunciados que os precederam. Na voz do autor, "essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos." (BAKHTIN, 2003[1979], p. 295), isto é, o enunciado é marcado pela expressividade.

A expressividade no enunciado marca a posição valorativa do autor frente ao tema do enunciado e aos outros participantes da comunicação discursiva e dos seus enunciados já-ditos. Bakhtin considera que "a expressão do enunciado, em maior ou menor grau, responde, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 298). Assim sendo, não há enunciado neutro, pois, para o Círculo, o enunciado é sempre ideológico, uma vez que todo enunciado existe um autor que se posiciona de um determinado horizonte social e apreciativo. Em outras palavras, "cada enunciado é

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Na próxima seção, tratamos desse conceito.

pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 297).

A avaliação social que cada sujeito do discurso realiza sobre o conteúdo do objeto de seu enunciado, ou seja, sua posição de falante/ouvinte em relação ao sentido, é marcada pela entonação. Para Bakhtin (2003 [1979], p. 289-290),

Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa do falante com seu objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. [...] Um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto de sua fala é entonação expressiva.

O elemento expressivo do enunciado, compreendido como a relação subjetiva e valorativa do falante/escrevente com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado, acaba por determinar a sua composição e estilo. Ao escolhermos as palavras no processo de elaboração de um enunciado, usamos outros enunciados já ditos e próximos da nossa intencionalidade discursiva, isto é, pelo tema, composição e estilo. Essa seleção se dá segundo a especificação de gênero, uma vez que "o gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma típica do enunciado; como tal forma, o gênero inclui certa expressão típica a ele inerente. No gênero a palavra ganha certa expressão típica" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 293). Assim, essa expressividade típica (de gênero) pode ser compreendida como "a auréola estilística da palavra" (BAKHTIN (2003 [1979], p. 293), a qual não pertence a palavra em si mesma, mas ao gênero em que essa palavra costuma funcionar. Na voz de Bakhtin,

As palavras da língua não são de ninguém, mas ao mesmo tempo nós a ouvimos apenas em determinadas enunciações individuais, nós as lemos em determinadas obras individuais, e aí as palavras já não tem expressão apenas típica porém expressão individual externada com maior ou

menor nitidez ( em função do gênero), determinada pelo contexto individual do enunciado. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 293).

Como todo enunciado, desde uma simples palavra até um romance clássico, por exemplo, é determinado pela expressividade, a valoração<sup>14</sup> pode ser compreendida não apenas pela situação imediata das práticas discursivas, mas também pelas conjecturas sociais, culturais, históricas e, portanto, ideológicas. Para Bakhtin,

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e de conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da existem determinadas atividade. tradicões. expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos "senhores do pensamento" de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 294).

Para compreender um enunciado, é necessário, portanto, conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico. Medviédev (2012 [1928]) discorre sobre a construção poética do enunciado artístico a partir da abordagem do caráter histórico da ligação entre signo e o sentido. Segundo ele, a avaliação social é "a atualidade histórica que reúne a presença singular de um enunciado com a abrangência e a plenitude de seu sentido, que individualiza e concretiza o sentido e compreende a presença sonora da palavra aqui e agora" (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 184). Isso quer dizer que a avaliação social determina todos os aspectos do enunciado e encontra a sua expressão na entonação, isto é, na expressividade.

A outra propriedade do enunciado, a conclusibilidade, é uma espécie de aspecto interno da primeira, a alternância dos sujeitos do

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Essa noção será abordada na última seção deste capítulo.

discurso, pois tem relação direta com a possibilidade de suscitar uma resposta por parte do interlocutor. A resposta se dá porque foi dito ou escrito o que se pretendia em certo momento nas condições dadas. Esse acabamento do enunciado é determinado por três fatores: o tratamento exaustivo do sentido do objeto do enunciado; a intencionalidade ou projeto de dizer do falante e as formas típicas, genéricas e composicionais, de conclusão do enunciado, ou seja, os gêneros discursivos.

O tratamento exaustivo do conteúdo de um enunciado pode variar em função da esfera de atividade humana. A princípio, o objeto é inesgotável, porém, quando passa a ser o tema do enunciado – de um romance da esfera literária, de uma tese da esfera acadêmica, por exemplo – pode ter um acabamento relativo, pois tem certa finalização para suscitar respostas. Nas esferas da vida cotidiana e em certas esferas oficiais (militares, administrativas etc.), o acabamento é quase total, por exemplo: nas perguntas e respostas, nas ordens domésticas e militares, etc.

O segundo fator, que se relaciona com o primeiro, refere-se à intencionalidade do falante, que é notada em todo enunciado, desde a réplica cotidiana até as grandes obras. Essa vontade discursiva determina a seleção do gênero discursivo no qual se construirá o enunciado. Por fim, o terceiro fator, que se refere às formas de conclusibilidade do enunciado, está vinculado ao projeto de dizer do falante/escrevente pela escolha do gênero do discurso, que se dá pela esfera da atividade humana, pelos sentidos do objeto (ou seu tema), pela situação concreta da comunicação social e pelos seus participantes. Por isso, o gênero do discurso é um dos fatores determinantes para a constituição da conclusibilidade (do acabamento) dos enunciados. É a partir da forma do enunciado, isto é, de um determinado gênero do discurso, que o falante se orienta no processo discursivo. Como os falantes estão inseridos em uma dada esfera social que tipifica a situação de interação, cada esfera estabiliza relativamente os enunciados que nelas circulam, criando gêneros discursivos específicos dessa esfera.

O Círculo de Bakhtin aborda os gêneros discursivos pelo ângulo sócio-histórico, reconhecendo-os como uma forma concreta e histórica (dimensão social e semiótica) que integra as manifestações discursivas, uma vez que o discurso ocorre em forma de enunciados que são sempre elaborados pelos sujeitos através dos gêneros discursivos. Podemos dizer também que os gêneros discursivos são uma forma de ação dos sujeitos por funcionarem como índices de referência para a elaboração dos enunciados nas diversas esferas da atividade humana.

Em Medviédev (2012 [1928]), é enfatizada a relação entre o gênero e a cultura<sup>15</sup>, pois o gênero é visto como um dos modos de se conceber, expressar e compreender a realidade. Essa concepção se fundamenta no pressuposto de que a linguagem se materializa por meio de enunciados concretos, que fazem a ligação entre os elementos do interior e exterior, quando usados pelos sujeitos históricos e socialmente situados nas diferentes esferas da atividade humana. Para o autor,

A realidade do gênero e a realidade que o gênero pode alcançar estão organicamente ligadas. Porém, vimos que a realidade dos gêneros é a realidade social de sua realização no processo de comunicação social. Dessa forma, o gênero é um conjunto dos meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento. Essa orientação é capaz de compreender novos aspectos da realidade. A compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo da comunicação social ideológica. (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p.200).

Essa ligação entre a linguagem da vida social e os gêneros discursivos ocorre porque, cada gênero seleciona e determina apenas alguns aspectos da realidade e apresenta dupla orientação. Em primeiro, dirige-se aos os ouvintes e receptores e às determinadas condições de realização e percepção. Em seguida, direciona-se para a vida por meio do seu conteúdo temático. Por exemplo, o sentido de uma obra compreende o tema do todo do enunciado, sendo inseparável tanto do todo da situação do enunciado, quanto dos elementos linguísticos. Nessa perspectiva, os gêneros só podem ser compreendidos na sua situação de produção, ou seja, nas condições reais e imediatas da enunciação em questão. Como explica Fiorin (2006, p. 61), "o gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida social. A linguagem penetra na vida por meio de enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem".

Para o Círculo, a *cultura* integra a produção humana enquanto formas da consciência social, que são as manifestações da superestrutura, como a arte, a ciência, a filosofia, a religião a política, a educação, etc. Todos os produtos da cultura dita *imaterial* são *signos ideológicos*. Essa identificação do ideológico com o semiótico é o fundamento da filosofia de cultura do Círculo.

Cada gênero pressupõe um objetivo e se refere a determinado projeto de discurso dos falantes. Assim sendo, os gêneros apresentam três dimensões: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, que estão indissoluvelmente ligadas no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de uma determinada esfera da atividade humana. Como o gênero se vincula à situação de produção do enunciado, é influenciado tanto pela avaliação do locutor a respeito do conteúdo do seu projeto de dizer, quanto pelos seus interlocutores. Por isso, as características comuns dos enunciados que os determinam e lhes dão o acabamento são, portanto, as formas típicas de gênero.

A primeira dimensão do gênero se refere ao seu conteúdo temático, pois cada enunciado se caracteriza por um determinado conteúdo semântico-objetal, de acordo com a sua orientação específica para a realidade em cada esfera social. Bakhtin denomina esse processo de "esgotamento do sentido do objeto", que é um dos fatores de acabamento do enunciado. Como todo gênero possui um determinado conteúdo temático (objeto discursivo e orientação de sentido) específico para ele, os temas são dizíveis através dos gêneros. Por isso, a escolha do gênero pelo sujeito de discurso (o autor) é determinada pela ideia (os conteúdos) que se pretende enunciar, portanto, centrada no objeto e no sentido ideológico do gênero.

A outra dimensão do gênero discursivo é a sua composição, ou seja, os elementos das estruturas comunicativas que determinam a organização, a combinação e o acabamento do discurso, considerando o autor e os interlocutores. Já a terceira é o estilo, que é indissociável de certas unidades temáticas e de determinadas unidades composicionais, logo, das outras duas dimensões do gênero: conteúdo temático e composição. Cabe destacar que o estilo aqui é compreendido pela sua natureza genérica e não individual, pois diz respeito à seleção típica do gênero dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. Essa relação intrínseca entre o estilo e o gênero se revela também na questão dos estilos de linguagem. Nas palavras de Bakhtin,

Em cada campo existem e são empregados correspondem condições que às específicas de cada campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica. técnica. publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 266).

Como a palavra registra as fases transitórias das mudanças sociais em cada campo da atividade humana, as alterações nos gêneros do discurso, ou seja, as mudanças de composição e de estilos de linguagem, refletem e refratam a realidade social em transformação. Isso porque as formas de interação verbal estão vinculadas às condições de uma dada situação social, e reagem as flutuações da atmosfera social. Para Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929], p.43):

As relações de produção e a estrutura sóciopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, forma se tipos de comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala.

As formas de interação verbal estão condicionadas, portanto, às condições da enunciação e isso acarreta a escolha de um determinado gênero discursivo. Como cada época e grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica, "a cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.43). Dito de outro modo, o gênero surge a partir de enunciados individuais, que materializam uma dada situação de interação, e se movimentam em direção a uma cetra regularidade. Essa relativa estabilização do gênero ocorre através de seu uso em interações concretas nas diferentes esferas da atividade humana. Segundo Rodrigues (2001, p.55), "os gêneros do discurso e os enunciados são, na teoria bakhtiniana, pontos de partida para se estudar tanto aspectos da vida social quanto da vida da língua".

Os gêneros discursivos (orais e escritos) incluem as breves réplicas do dialogo cotidiano, o relato do dia a dia, a carta (em todas as suas formas), o comando militar, a ordem, o repertório dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações do jornalismo/imprensa (sociais e políticas), bem como as mais variadas formas de manifestações científicas e os gêneros da esfera literária

(conto, poema, romance, etc.). Sem minimizar essa grande heterogeneidade dos gêneros discursivos, Bakhtin (2003 [1979]) atenta para uma especial diferença entre os gêneros discursivos primários e os gêneros discursivos secundários, não se tratando de uma distinção de funcionalidade.

Bakhtin explica que os gêneros primários se constituem na comunicação discursiva imediata, ou seja, nas esferas ideológicas cotidianas. Por outro lado, os gêneros secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo, relativamente mais desenvolvido e organizado, com predomínio da modalidade escrita nas comunicações artística, científica, sócio-política, etc. Os gêneros secundários se referem aos sistemas ideológicos constituídos e, por isso, são mais formalizados e complexos. No processo de sua formação, eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários. Na voz de Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929]),

Os sistemas ideológicos constituídos da moral, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim o tom a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006, [1929], p. 119).

Segundo Rodrigues (2001, p.66), a distinção entre gêneros primários e secundários o "salienta o aspecto histórico como a unidade de fundamento da diferenciação entre gêneros primários e secundários, assentado na concepção sociológica da linguagem e da ideologia". Em suma, os gêneros primários são os que medeiam a interação entre os sujeitos nas esferas sociais da vida cotidiana e os gêneros secundários, por sua vez, intermediam as interações verbais (ou em outro material sígnico) das esferas formalizadas ou sistematizadas.

Para o Círculo de Bakhtin, as esferas da atividade humana 16 são os locais em que ocorrem a *práxis* e a criação cultural. Essa organização social faz com que cada esfera da atividade humana tenha sua própria maneira de criar produtos e discursos, que não apenas se orientam para a realidade, mas a refratam a partir de um ângulo, de uma dada posição

-

<sup>16</sup> Também denominadas esferas da comunicação verbal, domínios, intercâmbio comunicativo, campo, esferas sociodiscursivas.

axiológica, tendo em vista que "um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele reflete e refrata outra (BAKHTIN [ VOLOCHÍNOV], 2006, [1929], p. 32).

Na voz do autor,

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. [...]. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006, [1929], p. 33, grifos do autor).

Como os grupos sociais se organizam a partir de suas atividades, as esferas da atividade humana são as diversas situações em que os sujeitos interagem na vida social através da linguagem. Por isso, em cada esfera são geradas formas relativamente estáveis de dizer, os gêneros discursivos. Isso porque os sujeitos ao interagirem, como já vimos, usam enunciados concretos nas diversas esferas da atividade humana. Para Bakhtin (2003 [1979]),

[...] os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo. [...] uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, geram determinados gêneros (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 266).

Pela citação, depreendemos que Bakhtin (2003[1979]) considera as esferas da atividade humana como princípio organizador dos gêneros. Segundo Rodrigues (2001, p.70), "cada esfera conhece e aplica os seus próprios gêneros", ou seja, as situações de interação verbal (ou de outro material semiótico) são tipificadas em cada esfera pelas suas funções sociais e ideológicas. Com isso, os enunciados, que nelas circulam, tendem a certa estabilização, o que origina os gêneros discursivos

específicos de cada esfera social. Essa organização de formas típicas de comunicação social em cada esfera da atividade humana ocorre porque

As relações de produção estrutura sociopolítica que delas diretamente determinam todos os contatos verbais possíveis entre os indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. [...] estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 42).

Em consonância com essa visão, Volochínov (2013 [1930]), destaca que, na vida social, existem vários tipos de intercâmbios comunicativos:

1. O intercâmbio comunicativo ligado à produção – nas fábricas, nas indústrias, na agricultura, etc.; 2. O intercâmbio comunicativo dos negócios – nos escritórios, nas organizações sociais, etc. 3. O intercâmbio comunicativo da vida cotidiana – encontros, conversas pela rua, [a conversação] permanente numa mesa social, na própria casa, etc.; 4. O intercâmbio comunicativo social no sentido próprio do termo: propagandístico, escolar, científico, filosófico, em todas as suas variações (VOLOCHÍNOV, 2013 [1930], p.159).

Na vida social, como apontado na citação, a interação se dá entre sujeitos que estão organizados socialmente. Isso nos leva a considerar na análise dos enunciados tanto a situação imediata (o horizonte comum entre os interlocutores), quanto o meio social mais amplo. Esse meio é definido pelas especificidades de cada esfera de produção ideológica (ciência, literatura, jornalismo, religião, etc.), que é formada pelos sujeitos que integram diferentes grupos sociais. Além disso, Bakhtin (1998 [1975]) entende que as situações sociais de interação são

constituídas por uma instância de tempo definido e espaço, a saber: o cronotopo.

## 2.3 CRONOTOPO

Partindo do emprego do termo cronotopo nas ciências matemáticas e de sua fundamentação na teoria da relatividade de Einstein, Bakhtin investigou os discursos no romance para compreender a representatividade das experiências sociais, históricas e culturalmente construídas a partir do cronotopo artístico-literário. Para o autor, na literatura, o cronotopo é compreendido como uma categoria conteudístico-formal que determina o gênero, as variedades do gênero e também a imagem do indivíduo. Nas palavras de Bakhtin,

À interligação fundamental das reações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura, chamaremos *cronotopo* (que significa "tempo-espaço"). [...] o gênero e as variedades de gênero são determinados justamente pelo cronotopo, sendo que em literatura o princípio condutor do cronotopo é o tempo. O cronotopo como categoria conteudístico-formal determina (em medida significativa) também a imagem do indivíduo na literatura; essa imagem é fundamentalmente cronotópica. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 211-212).

Segundo Rodrigues (2001), "o cronotopo, tomado como "categoria temático-formal" da literatura, tem um significado fundamental, pois os gêneros e suas variantes são determinados por ele; ele tem um caráter típico de gênero". Assim, os enunciados nos gêneros da esfera literária apresentam uma dimensão cronotópica tanto na sua produção quanto para a sua compreensão.

Bakhtin afirma que o cronotopo é importante no gênero romance, porque, na esfera artístico-literária, o princípio condutor do cronotopo é o tempo. Essa investigação do problema do tempo no romance (como o tempo é abordado ou qual é a concepção de tempo) nos leva a compreender também a concepção de homem (sujeito) na obra, pois, para Bakhtin, "essa imagem é fundamentalmente cronotópica" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 212).

Segundo Morson e Emerson (2008), esse ensaio de Bakhtin defende que os gêneros narrativos da literatura "pela sua densidade e

concretude" são um dos recursos mais ricos para a apreensão da relação entre as pessoas e os eventos no tempo e no espaço (o cronotopo). Para esses autores, "Bakhtin via os gêneros literários como modos específicos do pensamento. [...]. Os gêneros literários não se limitam a 'transcrever' em forma artística descobertas em outros domínios; eles próprios fazem descobertas" (MORSON, G. S.; EMERSON, C., 2008, p. 383). Para Bakhtin, a concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem (sujeito) que está situado em um dado espaço social e tempo histórico em constante transformação. Por isso, para compreender esse movimento no grande tempo, seja na literatura ou na vida, o autor parte do tempo para articular o ponto em que este se liga com o espaço, formando com ele uma unidade indissolúvel: o cronotopo.

Bakhtin inicia a sua análise dos tipos de romance e cronotopos a partir de três tipos clássicos, que são a unidade desse gênero, a saber: 'romance de aventuras de provações' (o romance grego), o 'romance de aventuras de costumes' e o 'romance biográfico'. Para isso, o autor se concentra no problema do tempo (o princípio condutor do cronotopo) e analisa apenas os grandes cronotopos tipologicamente estáveis, os quais determinaram as variantes mais importantes do gênero romanesco.

Bakhtin parte da seguinte questão: *Em que espaço se realiza o tempo de aventuras no romance grego?* Isso para analisar o cronotopo de aventuras que se caracteriza, segundo ele, pela reversibilidade dos momentos da série temporal e pela sua possibilidade de transferência no espaço. A imagem de homem nesse romance é de um *indivíduo particular e privado* que se conduz como homem público dos gêneros retóricos e históricos. Segundo Bakhtin, esse cronotopo é um dos mais abstratos, pois:

Nele o mundo e o homem estão absolutamente prontos e imóveis. Não há aqui quaisquer possibilidades de constituição, crescimento ou transformação. Como resultado da ação representada no romance nada é suprimido, refeito, alterado, criado de novo dentro do mundo em si. Confirma-se tão somente a identidade de tudo aquilo que havia no início. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 233).

O segundo tipo de romance antigo, denominado por Bakhtin de "romance de aventuras e costumes", constitui um novo tempo de

aventuras, nitidamente diverso do romance grego, e com um tipo particular de costumes. O tempo que revela essa vida particular dos usos e costumes, bem como a sua *metamorfose* (*transformação*), é o *cronotopo da estrada*. Nas palavras de Bakhtin,

A concretude do cronotopo da estrada permite que se desenvolva amplamente nele a *vida corrente*. Entretanto, essa vida corrente desenrola-se, por assim dizer, à parte da estrada, nos seus caminhos laterais. O personagem principal e os principais acontecimentos que decidem sua vida estão fora da vida cotidiana. Ele apenas a observa, às vezes imiscui-se como uma força heterogênea, outras, ele mesmo veste a máscara da vida cotidiana, mas não participa verdadeiramente da vida diária e nem é determinado por ela. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 242).

O terceiro tipo de romance antigo é o "romance biográfico". Bakhtin faz uma ressalva que esse tipo de romance não foi criado na Antiguidade, mas tem em vista a série de formas biográficas e autobiográficas que influenciaram o romance europeu. Essas formas antigas se baseiam em um novo tipo de tempo biográfico e uma imagem de homem que percorreu o seu caminho de vida. O cronotopo da biografia e autobiografia antigas é o cronotopo da praça pública (a Ágora). Para Bakhtin,

Foi ali que, pela primeira vez, surgiu e tomou forma a consciência autobiográfica e biográfica do homem e da sua vida na Antiguidade clássica. [...] Cronotopo extraordinário, onde todas as instâncias superiores, desde o Estado até a verdade, eram representadas e personificadas concretamente, estavam visivelmente presentes. E nesse cronotopo concreto, que parece englobar tudo, realizava-se a exposição e a recapitulação de toda a vida do cidadão, efetuava-se a sua avaliação público-civil. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 251-252).

Em "Observações Finais" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 349-362), Bakhtin afirma que analisou apenas os grandes cronotopos tipologicamente estáveis, os quais determinaram as variantes mais

importantes do gênero romanesco. Primeiramente, retoma os cronotopos e os argumentos já tratados nos textos anteriores. Em seguida, aborda brevemente alguns valores cronotópicos de diferentes níveis e volumes, tais como: o cronotopo do encontro, da estrada, do mundo estrangeiro, do castelo, do salão-sala de visita (em sentido amplo), da cidadezinha provinciana, da soleira, dentre outros. Esses cronotopos, segundo o autor, possuem um significado temático e um significado figurativo. O significado temático é decorrente do papel dos cronotopos de organizar os principais acontecimentos do romance. Em outras palavras, no cronotopo se dá o desenvolvimento do enredo, porque "a eles pertence o significado principal gerador do enredo" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 355). Já o significado figurativo dos cronotopos se refere ao fato de que neles o tempo adquire um caráter concreto, pois os acontecimentos do enredo se concretizam, ou seja, "todos os elementos abstratos do romance – as generalizações filosóficas e sociais, as ideias, as análises das causas e dos efeitos, etc. – gravitam em torno do cronotopo, graças ao qual se enchem de carne e sangue, se iniciam no caráter imagístico da arte literária" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 356).

Bakhtin reitera que os cronotopos analisados têm um caráter típico de gênero e amplia essa discussão ao considerar que "a linguagem é essencialmente cronotópica. [...]. É cronotópica a forma interna da palavra, ou seja, o signo mediador que ajuda a transportar os significados originais e espaciais para as relações temporais (em sentido amplo)" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 356). Essa visão nos remete a relação entre a avaliação social/valoração e o cronotopo, uma vez que a compreensão dos discursos materializados nos enunciados só pode ocorrer pela análise do cronotopo das produções culturais. Por isso, para compreendermos as finalidades e os valores da leitura discursivizados em O COLEGIAL (1945-1950), investigamos os discursos que incidiam na esfera escolar na época (cronotopo).

Para Bakhtin, em uma obra de um único autor, observamos uma grande quantidade de cronotopos e a sua interrelação, mas um deles é englobante ou predominante. As obras contêm mais de um cronotopo que podem interagir dialogicamente, pois os cronotopos podem se incorporar uns aos outros, coexistirem, oporem-se, ou se encontrarem nas interrelações mais complexas. No entanto, esse diálogo se dá fora do mundo representado da obra, embora não esteja fora da obra no seu todo. Esse diálogo entra no mundo do autor, do intérprete e no mundo dos ouvintes e leitores, sendo que esses mundos são cronotópicos. Os cronotopos do autor e do ouvinte-leitor aparecem na existência material da obra e na sua composição externa. O texto (material da obra) ocupa

um lugar definido no espaço, mas as suas informações percorrem o tempo. Nos dizeres de Bakhtin,

Naquele tempo-espaço real onde ressoa a obra, onde se encontra o manuscrito ou o livro. encontra-se também o homem real que criou a língua falada, que ouve e que lê o texto. Naturalmente, esses seres reais, autores ouvintes-leitores, podem se encontrar frequentemente se encontram) em tempos-espaços diferentes, separados às vezes por século e por distâncias espaciais, mas se encontram da mesma forma num mundo uno, real, inacabado e histórico que é separado pela fronteira rigorosa e intransponível do mundo representado no texto. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 358).

A distinção entre o mundo real e o mundo representado na obra está, apesar da fronteira rigorosa existente entre eles, interligada pela interação social dos sujeitos históricos através da linguagem, pois "a obra e o mundo nela representado penetram no mundo real enriquecendo-o, e o mundo real penetra na obra e no mundo representado,[...] numa constante renovação da obra e numa percepção criativa dos ouvintes-leitores" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 358). Esse processo de troca é cronotópico, porque "se realiza em um mundo social que se desenvolve historicamente, mas também sem se separar do espaço histórico em mutação" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 358).

Em relação ao autor-criador da obra e sua atividade, Bakhtin explica que o autor fora de sua obra é um homem que vive a sua história, mas enquanto autor-criador (dentro da obra) situa-se fora dos cronotopos do mundo por ele representados, tendo como atividade a composição da obra. Já sobre a questão do ouvinte-leitor, sua posição cronotópica e seu papel de *renovador* da obra, o autor afirma apenas que "toda a obra literária é *dirigida para fora de si*, para o ouvinte-leitor e, em certa medida, antecipa suas possíveis reações" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 361, grifos do autor).

Por fim, Bakhtin afirma que a dimensão cronotópica dos enunciados se estende para outros domínios, pois "qualquer intervenção na esfera dos significados só se realiza através da porta dos cronotopos" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 362). Desse modo, a identificação do cronotopo nas produções discursivas, como o jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) pode auxiliar a nos revelar a visão de homem,

de sociedade e cultura de determinado tempo histórico, e essa é uma visão axiológica e ideologicamente construída da realidade.

Concordamos com Acosta-Pereira e Rodrigues (2014, p.189), quando afirmam que o cronotopo "[...] é, de fato, o campo de visão axiologicamente marcado para [os] eventos [do homem]". Por isso, buscamos depreender o cronotopo predominante, ou englobador, no qual o jornal escolar O COLEGIAL estava inserido, através de pesquisa bibliográfica (vide Capítulo 4).

## 2.4 SUJEITO

Para o Círculo de Bakhtin, o sujeito é constituído discursivamente e dialogicamente na alteridade, na relação com o outro (um *eu* e um *tu*), com ele mesmo e com o mundo. Assim sendo, o sujeito apenas se constitui como ser social na interação com o outro, tornando-se o seu horizonte social avaliativo. Bakhtin diz que "avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes à nossa própria consciência" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 13). Nessa visão, os produtos culturais são produzidos pelo sujeito social e expressam sua posição axiológica e a do grupo social do qual ele faz parte.

Em um dos primeiros textos publicados de Bakhtin, em 1919 – *Arte e Responsabilidade*, inicia-se a discussão sobre *sujeito*. O autor afirma que "os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora à sua própria unidade" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 33). Essa afirmativa pressupõe a unicidade do sujeito, pois ele é dotado de uma constituição psíquica que explica sua identidade relativamente fixada. No entanto, o sujeito apenas pode adquirir completude na sua ação responsável, na unidade da responsabilidade. Nas palavras de Bakhtin:

O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar ao lado na série temporal de sua vida mas também penetrar uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade [...]. Arte e vida não são a mesma coisa, mas devem tornar-se algo singular em mim, na unidade da minha responsabilidade. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 34).

A singularidade única do sujeito ocorre pela sua participação ativa na vida, visto que "somente o evento singular do existir no seu efetuar-se pode constituir esta unidade única" (BAKHTIN, 2010 [1920-24], p. 43). Essa singularidade do existir que pressupõe a responsabilidade é obrigatória para o sujeito, porque a sua consciência é construída socialmente. Como a consciência não está pronta, mas é algo a ser realizado no evento do existir, ela não é o ponto de partida da ação do sujeito. A consciência se materializa nos signos e estes emergem no processo de interação entre uma e outra consciência. Segundo Bakhtin,

Na base da unidade de uma consciência responsável não existe um princípio como ponto de partida, senão o fato do reconhecimento real da minha própria participação no existir como evento singular, coisa que não pode ser adequadamente expressa em termos teóricos, mas somente descrita e vivenciada com a participação; aqui está a origem do ato e de todas as categorias do dever concreto, singular e irrevogável [nuditel'nyi]. (BAKHTIN, 2010 [1920-24], p.96).

A ênfase no caráter da responsabilidade do sujeito é expressa em seus atos na dinâmica do existir, uma vez que o modo como cada sujeito se relaciona com os discursos do outro, por meio do seu próprio discurso, o constitui como sujeito responsável. Nos dizeres de Bakhtin,

O existir, isolado do centro emotivo-volitivo único da responsabilidade, é somente um esboço ou um rascunho, uma variante possível, não reconhecida, do existir singular; somente através da participação responsável do ato singular podese sair das infinitas variantes do rascunho e reescrever a própria vida, de uma vez por todas, na forma de uma versão definitiva. (BAKHTIN, 2010 [1920/1924], p. 102).

A importância do outro (o interlocutor, o leitor, o ouvinte) é uma ideia central no pensamento bakhtiniano, pois o sujeito pode vir a se constituir na relação com o outro, que se torna o horizonte social avaliativo deste eu, o qual interage na constituição de sua subjetividade. Na relação de alteridade é que o sujeito pode ter um excedente de visão dado pelo olhar do outro. Nos dizeres de Bakhtin (2003 [1979]),

Quando contemplo no todo um homem situado fora e adiante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 21).

Essa incompletude e o não acabamento do sujeito bakhtiniano é tal como a linguagem, que está em uma constante transformação. Bakhtin chamou de *exotópica* a posição que propicia um excedente de visão, quando abordou a relação entre o autor e o personagem na obra literária, sendo que esta visão pode ser estendida às demais esferas sociais. Segundo o autor,

[...] tudo o que nos rodeia, o que não enxergamos imediatamente, não conhecemos e não tem para nós importância axiológica direta, mas, pelo visto, é significativo e conhecido aos outros, o que vem a ser uma espécie de fundo em que os outros nos percebem axiologicamente, no qual nos manifestamos para os outros. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 14).

Apesar da íntima relação entre o eu e o tu, a noção de excedente de visão se funda na não coincidência das vivências, posto que o sujeito não deixa de ter sua singularidade, mas ele é construído sóciohistoricamente nas relações sociais com os outros sujeitos. Conforme internaliza os discursos do outro, o sujeito não apenas se constitui, mas produz a própria sociedade e a sua história. Nessa perspectiva, o sujeito carrega as marcas de sua subjetividade, de suas experiências sociais que ocorrem em dado momento histórico, apresentando uma identidade relativamente fixada — um eu — que vai se alterando nas suas relações com os outros e no seu agir, pois seus atos são respostas da sua compreensão do outro e do mundo na vida real.

Bakhtin (2003 [1979]) diz que, na nossa vida, devemos "tornar-se *outro* em relação a si mesmo, olhar para si com os olhos do outro" (BAKHTIN, 2003 [1979], p.13, grifos do autor), haja vista que apenas na alteridade o sujeito possa ter um excedente de visão. Essa relação entre um *eu* e um *tu* considera a nossa singularidade e vivências, ou seja, não deixamos de ser um sujeito único e singular, mas essa

especificidade é construída historicamente. Por isso, o sujeito é tanto individual quanto social, pois o modo como ele se relaciona com os discursos do outro e por meio do seu próprio discurso é o que o faz individual.

Retomamos Geraldi (2010) para destacar a incompletude do sujeito bakhtiniano:

Da correlação entre estes três conceitos – excedente de visão, distância e acabamento – podemos extrair que o sujeito de Bakhtin é sempre de uma incompletude fundante (é a relação com a alteridade que lhe dá existência), e que a demanda de completude – o movimento em direção ao outro – será sempre um movimento que não produz solução, no sentido de que o excedente de visão permanecerá produzindo novos acabamentos a que o eu não tem acesso. (GERALDI, 2010, p. 142-143, grifos no original).

Como a subjetividade é constituída pelas relações de que participa o sujeito (o sujeito singular), ele não é nem autônomo em relação à sociedade e nem submisso às estruturas sociais, pois participa do diálogo de vozes sociais. Nessa visão, o sujeito bakhtiniano não está cindido, tendo em vista que é um sujeito social o qual age, responde e se responsabiliza pelos seus atos. Nas suas relações sociais com os outros sujeitos, o sujeito não apenas se constitui, mas produz a própria sociedade e a sua história. Esse sujeito agente tem a possibilidade de decidir, mesmo que os outros e as normas sociais coíbam as suas ações, pois não se encontra completamente preso às estruturas sociais e aos discursos na visão arquitetônica do mundo proposta por Bakhtin. Nos dizeres do autor,

A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória [nuditel'no obiazatel'na]. Este fato do meu não álibi no existir presente é irrevogável no existir [moë nealibi v bytii], que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu reconheço e afirmo de um modo singular e único. (BAKHTIN, 2010 [1920/1924], p. 96).

A ênfase no caráter da responsabilidade do sujeito se expressa no pensamento bakhtiniano frente ao fato da existência humana, pois, conforme a citação, viver é tomar posição axiológica a cada momento; é posicionar-se frente a valores para o agir humano. Por isso, o modo como cada sujeito se relaciona com os discursos do outro, por meio do seu próprio discurso, é que o constitui como sujeito social. Assim sendo, a questão da responsabilidade está ligada à ética moral, uma vez que para Bakhtin "viver a partir de si não significa viver para si, mas significa ser, a partir de si, responsavelmente participante, afirmar o seu não álibi real e compulsório no existir" (BAKHTIN, 2010 [1920/1924], p. 108). Na perspectiva bakhtiniana, o sujeito ocupa um lugar, uma posição ética no mundo, porém, ele não está sozinho, uma vez que essa ética se funda na visão de um sujeito moral que se constitui nas relações de alteridade.

Como o Círculo considera a ideia de que a humanidade se desenvolve ao longo do grande tempo (o nascimento e a morte), esses pressupostos definem um tempo no qual o sujeito se constitui. Para Geraldi (2010), o sujeito bakhtiniano é datado e situado pelo tempo. Nas palavras do autor, "como a correlação com a alteridade é o centro do pensamento bakhtiniano, então cada tempo definido é também distinto pelas possibilidades de interações que oferece" (GERALDI, 2010, p.144).

## 2.5 AUTOR/AUTORIA

Para Bakhtin (2003 [1979], p. 308-330, grifos do autor), "todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve) [...] e só o enunciado tem relação imediata como a realidade e com a pessoa viva falante (o sujeito) " A ideia expressa nesse trecho é a de que não existem palavras sem voz e, por isso, traz à tona o papel do autor/autoria na produção de discursos. Essa discussão sobre o autor/autoria no pensamento bakhtiniano é tratada na esfera da arte, especificamente a literária, e de modo especial no gênero romance. Bakhtin (2003 [1979]) estabelece a diferença entre o autor-pessoa (escritor, artista, o indivíduo em si) do autor-criador (aquele que produz o enunciado). Essa concepção ampliou a visão tradicional dos estudos clássicos que misturava a posição do autor com a do indivíduo. Faraco (2009) comenta que os escritos do Círculo incluem a posição axiológica na forma que o autor-criador dá ao conteúdo, ou seja, na seleção, reorganização e recorte estéticos para a elaboração da forma arquitetônica da obra. Nas palavras de Bakhtin,

O autor-criador é um momento constitutivo da forma artística. [...]. Assim, a forma é a expressão da relação ativa do autor-criador e do indivíduo que percebe (cocriador da forma) com o conteúdo; todos os momentos da obra, nos quais podemos sentir a nossa presença, a nossa atividade relacionada axiologicamente com o conteúdo, e que são superados na sua materialidade por essa atividade, devem ser relacionados com a forma. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 58-59, grifos do autor).

Em outras palavras, o autor-criador dá forma ao conteúdo a partir de certa posição axiológica, pois todo ato cultural está inserido em uma dada atmosfera ideológica. Considerando que as produções discursivas são situadas nas esferas da atividade humana, a questão da assinatura do autor em um texto é vista muito além de ser um simples ato, indicando o seu reconhecimento do conteúdo deste ato: "não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação" (BAKHTIN, 2010 [1920-1924], p. 94). Na assinatura de uma obra, engloba-se a dimensão da responsividade do projeto de dizer do autor inserido em relações sociais e culturais estabelecidas dentro de determinados papéis sociais dos sujeitos, constituídos conforme seu pertencimento nos grupos sociais.

A posição do autor-criador também é abordada por Volochínov (2013 [1926]), uma vez que o autor, ouvinte e herói devem ser tomados como fatores constituintes dos enunciados na obra artística, pois "toda palavra realmente pronunciada (ou escrita com sentido), que está aconchegada em um dicionário, é a expressão e produto da interação social de três: o falante (autor), do ouvinte (leitor) e daquele de quem ou de que se fala (protagonista)"(VOLOCHÍNOV, 2013[1926], p. 85, grifos do autor). Portanto, a obra artística é composta por três participantes: o autor, o leitor e o protagonista, tendo em vista que a palavra é um evento social, não está centrada em si mesma e nem é fruto da consciência isolada do autor.

Nessa visão, o autor-criador é entendido como parte integrante da obra e, para compreendê-lo, faz-se necessário situá-lo historicamente. Isso porque

> Ver e compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência, a

consciência do outro e seu mundo, isto é, outro sujeito ("Du"). Na explicação existe apenas uma consciência, um sujeito, na compreensão, duas consciências, dois sujeitos. Não pode haver relação dialógica com o objeto, por isso a explicação é desprovida de elementos dialógicos (além do retórico-formal). Em certa medida, a compreensão é sempre dialógica. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 58-59).

Nesse sentido, a autoria pode ser vista tanto como um elemento formal que representa o trabalho do autor na organização do todo da obra, quanto uma posição enunciativa, isto é, a posição do autor. Em relação ao papel ativo e responsivo do autor, este se expressa no campo do objeto e do sentido, posto que o "autor é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo do personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 10). Com esse enfoque, faz-se necessário conhecer o todo de uma obra para depreender a autoria, isto é, o projeto de dizer do autor:

O autor se encontra naquele momento inseparável em que o conteúdo e a forma se fundem intimamente, e é na forma que mais percebemos a sua presença. [...] o verdadeiro autor não pode tornar-se imagem, pois é o criador de toda a imagem, de todo sistema de imagens da obra. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 399).

Para o Círculo, o discurso contém um conteúdo, uma forma e um material que é trabalhado pelo autor. A forma se refere à materialidade do texto (forma composicional) e à organização do conteúdo, que é materializado nos enunciados, através da relação entre o autor, o assunto e o interlocutor (forma arquitetônica). Sobral (2009), quando aborda a relação entre autoria e estilo, afirma que "a atividade do autor incide principalmente sobre a forma arquitetônica, que é a organização do discurso, a partir da forma composicional, em termos de uma dada avaliação do discurso pelo autor e de sua recepção ativa por um ouvinte" (SOBRAL, 2009, p. 68). Essa organização pode ser explicada porque a forma arquitetônica se vincula ao projeto de dizer do autor, e a forma composicional às formas linguísticas e estruturas textuais.

Ainda segundo Sobral (2009), o autor, no âmbito das teorias do Círculo, está inserido no contexto da ação dos sujeitos e nas atividades que fazem ao enunciar, o que abrange sua relação com o outro — o princípio dialógico — e os elementos sociais e históricos que integram o contexto interacional. Nos dizeres de Sobral (2009, p. 63), "na variedade de relações com o outro está a própria chave da constituição do 'tom' e do 'fio' dos discursos, em seus vários planos — estético, ético, cognitivo, religioso — pelo autor".

Na perspectiva da teoria bakhtiniana, Alves Filho (2006) apresenta o seguinte agrupamento das possibilidades de autoria: autoria de caráter individual privado; autoria de caráter socioprofissional; autoria institucional e autoria cultural.

O primeiro tipo de autoria, autoria de caráter individual privado, refere-se aos casos em que o autor assume a responsabilidade do seu dizer como indivíduo da vida privada. Na autoria de caráter socioprofissional, "[...] há uma superposição entre posição-indivíduo e a classe sócio profissional, de modo que as referências a primeira pessoa são também uma referência a toda classe sócio-profissional ao qual o autor se vincula". A autoria institucional é definida como aquela em que "[...] a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual [...]".

Na autoria cultural, a responsabilidade pelo dizer ultrapassa o indivíduo e as instituições, ancorando-se em universo cultural mais amplo. Esse agrupamento de autorias não pretende ser uma classificação taxionômica, porque o autor concebe que a autoria se constitui nas práticas sociais de linguagem, tendo como base a abordagem de autor/autoria do Círculo de Bakhtin.

Para o Círculo, a seleção dos recursos linguísticos e dos gêneros do discurso é decorrente da intencionalidade do autor. Isso ocorre porque a situação da enunciação acaba por determinar as especificidades estilístico-composicionais, e a escolha do gênero do discurso medeia a situação de interação. Assim sendo, todo enunciado tem como ponto de partida, para a sua estruturação, um posicionamento axiológico, uma posição autoral.

# 2.6 IDEOLOGIA

Para o Círculo de Bakhtin, existe uma relação intrínseca entre ideologia e linguagem, pois "tudo que é ideológico possui um

significado e remete a algo fora de si mesmo. [...] tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia". (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2006 [1929], p. 31, grifos do autor). A ideologia, portanto, é materializada na linguagem, sendo semioticamente construída. Em outras palavras, a língua enquanto discurso materializa valores e posições axiológicas dos sujeitos, pois o signo faz parte da existência material enquanto fenômeno do mundo exterior, da realidade concreta e objetiva.

O signo ideológico se constitui na interação entre os sujeitos sociais e históricos nas suas diversas relações interpessoais, pois a enunciação é organizada a partir do meio social em que o sujeito está inserido. Isso porque "a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais" (BAKHTIN [ VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.36. Por isso, para Bakhtin [Volochínov], o caráter semiótico dos fenômenos ideológicos e da mediação pela linguagem nas situações de interação social é construído, pois "não pode entrar para o domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social" (BAKHTIN [ VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 45).

Para Bakhtin, a palavra como discurso é o material privilegiado na comunicação social, por estar presente nas ações de produção e compreensão das enunciações que ocorrem nas atividades humanas e, por isso, sua compreensão só pode se dar através de diferentes orientações ideológicas. Na voz do autor,

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (...) é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36, grifos dos autores).

Segundo Rodrigues (2001, p.10), a palavra como discurso estabelece-se como signo ideológico em função de sua "[...] pureza semiótica e por sua ubiquidade social: neutralidade ideológica, implicação na comunicação cotidiana, implicação no discurso interior e fenômeno acompanhante de todo ato consciente".

No ensaio *O que é linguagem*? (VOLOCHÌNOV, 2013 [1930]), o autor defende que a linguagem surgiu a partir da necessidade dos homens de se comunicarem para a vida em sociedade, logo, sua especificidade não é biológica, mas social, por ser concebida como "produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou" (VOLOCHÍNOV, 2013 [1930], p. 141). Nesse texto, encontramos a única definição explícita de ideologia do Círculo:

Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que ocorrem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, esquemas ou outras formas sígnicas. (BAJTÍN [VOLOCHÍNOV], 1993 [1929], p. 224, grifos no original)<sup>17</sup>.

Segundo ACOSTA-PEREIRA e RODRIGUES (2014), essa citação aponta a dimensão semiótico-interpretativa da ideologia e a relação constitutiva entre ideologia e linguagem. Em outras palavras, o signo tem uma face material que, na interação entre os sujeitos sócio-históricos, adquire função ideológica, porque agrega valores, pontos de vista de uma dada posição axiológica do grupo no qual o sujeito está inserido. Por isso, o signo não apenas reflete uma dada realidade, mas também refrata outra através dos valores sociais nele contidos. Como esses valores são diferentes em cada grupo social, as esferas da atividade humana são compreendidas como integrantes da produção ideológica. Isso ocorre porque, como vimos, os grupos sociais se organizam a partir de suas atividades de produção que são mediadas pela linguagem, os signos sociais.

É a partir dessa concepção que Bakhtin [Volochínov] afirma que "toda a palavra serve de expressão a *um* em relação a *outro* [...]. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.113). Esse espaço comum é constituído socialmente pelo meio social do qual os interlocutores participam, uma vez que a enunciação é socialmente dirigida: a

<sup>&</sup>quot;Por ideologia entendemos todo el conjunto de los *reflejos* y de las *interpretaciones* de la realidad social y natural *que suceden en el cérebro del hombre*, fijados por el medio de palabras, esquemas, u otras formas sígnicas" (BAJTÍN; VOLOCHÍNOV, 1993 [1929], p. 224, grifos no original).

interação verbal é condicionada pela organização social e pelas condições em que ela ocorre.

A partir da relação dialética entre a superestrutura e a infraestrutura, Bakhtin [Volochínov] afirma que "em todo signo ideológico confrontam-se índices sociais de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.46). Nessa perspectiva, a natureza da linguagem e sua relação com a ideologia têm como fundamento os seguintes pressupostos:

- A enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica;
- 2. A língua como processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos interlocutores;
- 3. As leis da evolução linguística são essencialmente *leis sociológicas*;
- A criatividade da língua não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam;
- A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.126-127, grifos dos autores).

A situação social, então, determina as possibilidades de comunicação, tanto nas esferas sociais da vida cotidiana (da qual fazem parte a esfera familiar, íntima, a dos encontros sociais, etc.), quanto nas esferas sistematizadas (as quais fazem parte as instituições como a escola, universidade, igreja, entre outros), que são as dos sistemas ideológicos constituídos.

As ideologias centradas sobre a vida cotidiana correspondem às atividades ideológicas não fixadas em sistemas, isto é, não são formalizadas. Essas são mais fluídas e sensíveis por não estarem em contato direto com as ideologias formalizadas. Por isso, indicam e repercutem as mudanças ocorridas na sociedade de forma mais rápida do que as ideologias dos sistemas formalizados. Já os sistemas ideológicos constituídos, como a ciência, a arte, o direito, o jornalismo, dentre outros, são produtos do sistema econômico e social da sociedade e se cristalizam a partir da ideologia do cotidiano. Mas essa relação é dinâmica, pois os sistemas ideológicos constituídos exercem "[...] uma

forte influência [sobre a ideologia do cotidiano] e dão assim o tom a essa ideologia" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.118).

Em consonância com essa posição, para Medviédev (2012 [1928], p. 185), "é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico". Assim sendo, a ideologia está presente em todas as situações de interação social e expressa uma posição axiológica, os valores de determinado sujeito e grupo social. Essa especificidade do signo social e ideológico é enfatizada por Medviédev (2012 [1928]) quando afirma que o homem social está rodeado de "objetos-sígnicos" das mais diversas categorias que constituem o meio ideológico que o envolve, sendo que, nesse meio, é desenvolvida a consciência humana. Nos dizeres do autor, "o meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa. Essa consciência é determinada pela existência econômica e, por sua vez, determina a consciência individual de cada membro da coletividade (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]), p. 57).

A ideia de que a consciência é formada a partir das projeções ideológicas veiculadas pelo grupo social da qual o sujeito está inserido é também abordada na obra *O Freudismo* (BAKHTIN, 2004 [1927]. Bakhtin discorre sobre o conteúdo da consciência como ideologia e diz:

O que é a consciência de um homem isolado senão a ideologia do seu comportamento? Neste sentido podemos perfeitamente compará-la à ideologia na própria acepção do termo, ideologia essa que é expressão da consciência de classe. [...] A ideologia mente para aquele que não é capaz de penetrar no jogo de forças materiais que está por trás dela. (BAKHTIN, 2004 [1927], p. 78).

O signo interior (o discurso interior) pode ser compreendido pelo fluxo contínuo de palavras que formam o pensamento humano, sendo a ponte entre o ambiente físico do indivíduo para o social, pois a consciência só existe na linguagem interior e a linguagem exterior existe apenas em decorrência da linguagem interior. Por isso, um dos papeis da palavra é ser o material semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior):

Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem. (...) é preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel (...) que a palavra (...) acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for. (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2006 [1929], p.37, grifos do autor).

Pela citação, depreendemos que a formação da consciência humana se dá pela mediação dos signos, criados pelos grupos sociais, pois, para o Círculo, a formação da consciência é de ordem sociológica, uma vez que a palavra como signo social acompanha toda e qualquer criação ideológica. Nessa concepção, a ideologia não é vista como um produto internalizado e subjetivo dos sujeitos, mas é constituída na vida social pelas diferentes maneiras de se compreender e conceber a realidade que é mediada pelos signos.

Em adição à abordagem do Círculo sobre ideologia, concordamos com Ponzio (2008) quando afirma que o termo ideologia para Bakhtin é empregado tanto "no sentido de ideologia da classe dominante, interessada em manter a divisão de classes sociais e em ocultar as reais contradições que tentam transformar as relações sociais de produção [...], mas também é usado no sentido amplo que o termo assume [...], e que permite aplicá-lo tanto à "ideologia burguesa" como à "ideologia proletária" e à 'ideologia científica" (PONZIO, 2008, p.115).

Para sintetizar como a ideologia é concebida pelo Círculo, retomamos Miotello (2007), que traz os seguintes pressupostos dessa concepção: a integração da ideologia à realidade material do signo, a ligação do signo com as formas concretas de comunicação e a relação da comunicação com as bases materiais de produção, posto que "a ideologia é o sistema sempre atual de representação da sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados" (MIOTELLO, 2007, p. 176).

O Círculo de Bakhtin concebe a ideologia<sup>18</sup> como uma construção social das esferas de atividade humana, uma vez que "ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o universo dos signos" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 32). Como há uma relação constitutiva entre ideologia e signo/linguagem, não havendo neutralidade nos discursos, os enunciados que materializam os discursos apresentam uma dimensão avaliativa e expressam um posicionamento axiológico.

### 2.7 VALORAÇÃO/AVALIAÇÃO SOCIAL

Para Medviédev, as avaliações sociais são determinadas pelas situações de interação dos grupos sociais. Existem avaliações mais estáveis formuladas por certa classe econômica, em uma determinada época, que perduram por muito tempo. Outras avaliações estão relacionadas aos fenômenos mais próximos e de curta duração. No entanto, todas estão interligadas de modo dialético, pois, segundo o autor, "a avaliação social reúne a minuta da época e o assunto do dia com a tarefa histórica. Ela determina a fisionomia histórica de cada feito e de cada enunciado, sua fisionomia de indivíduo, de classe e de época (MEDVIÉVEV (2012 [1928], p.185).

Ainda segundo Medviédev (2012 [1928]), a ligação entre o aspecto material da palavra e o seu sentido se dá pela avaliação social e esta se faz presente em qualquer palavra viva, uma vez que a palavra é parte integrante do enunciado. Partindo do enunciado singular concreto, e não da "palavra de dicionário" (um signo convencional), o autor chama de avaliação social "a atualidade histórica que reúne a presença singular de um enunciado com a abrangência e a plenitude do seu sentido" (MEDVIÉDEV (2012 [1928], p.184).

Como vimos, o enunciado é um ato social que faz parte da realidade enquanto fenômeno histórico. Por isso, o papel da avaliação social é atualizar o enunciado tanto no sentido de sua concretude, quanto no seu significado semântico-axiológico. Isso porque qualquer uso da língua, por ser uma ação social, está saturado de valor, de avaliação social. Dado que todo discurso se materializa na forma de enunciados

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Segundo Faraco (2009, p. 46-47), a palavra *ideologia* é usada no Círculo para designar os produtos do "espírito humano", e também ocorre no plural para designar a pluralidade de esferas de produção imaterial.

concretos, para o autor, "é impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer a sua atmosfera axiológica e sua orientação no meio ideológico" (MEDVIÉDEV (2012 [1928], p.185).

Medviédev considera que a entonação expressiva do enunciado marca a avaliação social/valoração; o caráter expressivo do enunciado é determinado pela sua integridade individual e pela situação concreta e histórica. A palavra entra no enunciado a partir da vida e não do dicionário e, portanto, a palavra se encontra saturada de valores e se adapta às exigências da avaliação social. Nessa visão, "as possibilidades de uma língua tornam-se realidade somente por meio da avaliação" (MEDVIÉDEV (2012 [1928], p.187).

Para o Círculo, as possibilidades da língua (discurso) se inserem tanto no seu surgimento quanto em seu desenvolvimento no conjunto de avaliações do grupo social, uma vez que "a avaliação social determina o fenômeno histórico vivo, o enunciado, tanto do ponto de vista das formas linguísticas selecionadas quanto do ponto de vista do sentido escolhido (MEDVIÉDEV (2012 [1928], p.189). Essa visão é reiterada por Bakhtin [Volochínov] (2006, [1929]) quando afirma que "não se pode construir um enunciado sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2006 [1929], p.135).

Assim sendo, cada palavra possui um acento de valor e seu uso por um sujeito, na fala ou na escrita, revela uma apreciação valorativa que se materializa no projeto de dizer do autor/falante que é percebido pelo ouvinte/leitor. Ademais, para Bakhtin (2010, [1920-1924), o conteúdo da experiência viva só pode se tornar real ao ser incorporado ao histórico do evento vivido pelo sujeito. Para isso, segundo o autor, é preciso "[...] entrar em uma ligação essencial com a valoração efetiva; somente como valor efetivo ele é por mim experimentado (pensado), isto é, somente posso pensá-lo verdadeira e ativamente tom emotivo-volitivo" (BAKHTIN, 2010[1920-1924], p. 86-87).

Acosta-Pereira e Rodrigues (2014) consideram que a interrelação entre linguagem e ideologia é mediada pela avaliação social/valoração, posto que os enunciados materializados nos discursos contêm uma dimensão avaliativa: "nesse contexto, observa-se o postulado da não neutralidade dos discursos, uma vez que estes são sempre marcados pela valoração de uma dada ideologia" (ACOSTA-PEREIRA, R; RODRIGUES, R. 2014, p.178).

Dentre as propriedades do enunciado – alternância dos sujeitos do discurso, conclusibilidade e expressividade – para os autores, a resposta ao enunciado é um ato de valoração sobre o enunciado do outro; a

conclusibilidade indica um trabalho de valoração, uma vez que responder ao outro é posicionar axiologicamente frente ao enunciado do outro; e a expressividade de um enunciado é uma das marcas da posição valorativa dos participantes da comunicação discursiva. Por isso, concordamos com Acosta-Pereira e Rodrigues (2014) quando estabelecem que a ideologia se refira ao horizonte axiológico do discurso e a avaliação social/valoração são os índices sociais, sendo que os enunciados/gêneros discursivos materializam tanto a avaliação social/valoração quanto a ideologia.

Em suma, a avaliação social/valoração é expressa no enunciado pela entoação expressiva através de sua dimensão social, ou seja, à luz da relação entre espaço e tempo: o cronotopo. Bakhtin (2003 [1979], 1998 [1975], 2013 [1965]), ao discutir o gênero romance da esfera artístico-literária, sustenta que esse gênero discursivo é o elo de ligação entre as pessoas e os eventos no tempo e espaço, pois concebe, como vimos, os gêneros do discurso como modos específicos de pensamento e de ação no mundo. Sob essa perspectiva, o estudo do cronotopo "apresenta-se como a forma de apreender e compreender as experiências sociais, históricas e culturalmente construídas", sendo "a porta de entrada do estudo da valoração" (ACOSTA-PEREIRA, RODRIGUES, R. 2014, p.187).

Como vimos, para Bakhtin (2003 [1979]), o enunciado tem como característica possuir uma ideia (intenção) a ser realizada. Porque atrás do enunciado se encontra o sistema de linguagem, isto é, os aspectos técnicos da obra, ele apresenta dados recorrentes, que são reproduzidos e repetidos, mas também se enuncia algo novo, singular e único, o que vem a definir o seu sentido e sua intenção. Sendo assim, todo enunciado tem um autor, um sujeito, e se direciona a outros sujeitos na interação verbal, uma vez que o Círculo considera a presença do ouvinte, do leitor, no ato da enunciação. Nas palavras de Bakhtin:

A obra, como réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 279).

Podemos dizer que o leitor, nessa perspectiva, assume uma posição ativa e responsiva na leitura de uma obra (romance, jornal, etc.), mas esse posicionamento não é de uma liberdade absoluta, porque o sujeito leitor é constituído historicamente a partir das situações interativas que participa nas diversas esferas da atividade humana. Para Bakhtin, o leitor "ocupa simultaneamente [...] uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara para usá-lo, etc., [...]. Toda a compreensão é prenhe de resposta" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 271). Esse entendimento da leitura como um ato do leitor se colocar em relação a outros discursos já-ditos enfatiza o processo de interação da comunicação social, pois "toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal" (BAKHTIN [ VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.98).

Nessa concepção, o ato de ler leva em conta tanto os fatores linguísticos quanto os discursivos, bem como a presença do outro, do autor da obra, da interação verbal mais imediata e ampla (o cronotopo) e as condições sociais. Segundo Bakhtin (2003 [1979]),

Toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a formar que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva [...], mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 272).

Para se compreender um enunciado, além de se estabelecer os seus limites, é preciso entender o projeto de dizer do outro sujeito e, por conseguinte, de seu mundo, uma vez que, na compreensão, temos dois sujeitos: o autor e o destinatário, o leitor, o ouvinte, que é de índole variada, cuja compreensão responsiva o autor procura e antecipa. Além deles, existe um terceiro participante da interação verbal, o supradestinatário superior, que, para Bakhtin, pressupõe alguma instância superior de compreensão responsiva a qual o autor também se dirige, cabendo ao leitor depreender, a partir do projeto de dizer do

autor, a presença desse supradestinatário. Segundo Bakhtin (2003 [1979]),

"Um destinatário como escapatória". diferentes épocas e sob diferentes concepções de mundo, esse supradestinatário e sua compreensão idealmente verdadeira responsiva diferentes expressões ideológicas concretas (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, etc.). O autor nunca pode deixar plenamente a si mesmo e toda a sua obra feita de à mercê plena e definitiva destinatários presentes ou próximos (porque até os descendentes mais próximos podem equivocarse), e sempre pressupõe (com maior ou menos consciência) alguma instância superior compreensão responsiva que possa deslocar-se em diferentes sentidos. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 333).

Esse terceiro, para Bakhtin, faz parte do enunciado e pode ser descoberto em uma análise mais profunda das ideologias e valores que perpassam a história das civilizações, o grande tempo, que é um dos pressupostos do Círculo de Bakhtin. Como a natureza da palavra enquanto signo ideológico e social está prenhe de sentidos e, ao ser enunciada, procura uma compreensão responsiva, esta pode não ocorrer no entendimento imediato do interlocutor, que se insere em um dado cronotopo, mas apenas posteriormente, em outro cronotopo.

A orientação de que o autor-criador não pode direcionar apenas para os seus interlocutores imediatos o seu projeto de dizer, pois, em cada época, prevalecem determinadas expressões ideológicas concretas como "Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, etc.", as quais mudam em decorrência de fatores sociais e históricos. Essa consciência do autor em relação ao alcance de seu projeto de dizer se relaciona, para Bakhtin, com o postulado da não neutralidade dos discursos, da posição responsiva diante da existência e nos remete à amplitude filosófica da concepção dialógica de linguagem. Nos dizeres de Bakhtin:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo (BAKHTIN, 2003 [1979], p.410, grifos do autor).

Com base na concepção de linguagem e de leitura dos escritos do Círculo de Bakhtin, buscamos compreender as finalidades e os valores da leitura discursivizados no jornal escolar O COLEGIAL, a fim de que esse conhecimento dos discursos de tempos passados nos auxilie a ter outro olhar para as ressignificações das finalidades e dos valores da leitura e de seu ensino na esfera escolar neste momento histórico.

Na próxima seção, abordamos a metodologia da pesquisa.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, discorremos sobre os procedimentos metodológicos usados nesta pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, que integra os estudos de do discurso na perspectiva do Círculo de Bakhtin na Linguística Aplicada, e faz parte projeto de pesquisa "O ensino de língua portuguesa nas escolas de Santa Catarina no Século XX (1900 a 1980): o discurso e a *práxis* escolar" da Prof.ª Dr.ª Rosângela Rodrigues Hammes.

Inicialmente percorremos os escritos do Círculo de Bakhtin, que apresentam diretrizes metodológicas para a análise do discurso, e apresentamos a posição de seus interlocutores atuais nos campos da Linguística e da Linguística Aplicada. Em seguida, descrevemos a trajetória da pesquisa qualitativa e o processo de geração dos dados. Por fim, apresentamos os dados, seu recorte e delineamos os procedimentos analíticos.

# 3.1 DIRETRIZES METODOLÓGICAS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O Círculo de Bakhtin entende as ciências humanas como ciências do texto<sup>19</sup>, uma vez que a atividade científica enquanto criação ideológica produz texto, o qual "só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 401). Essa posição do Círculo Bakhtin leva em conta que, para compreender as formas de produção de sentido nos discursos, é preciso enfrentar as especificidades discursivas que se remetem ao extralinguístico. Tal fato provém, segundo Faraco (2009), da opção de Bakhtin que:

[...] se identificava com uma tradição hermenêutica nos estudos humanos, uma tradição que entende que o fazer científico nas ciências humanas se materializa por gestos interpretativos, por uma continua atribuição de sentidos (uma espécie de **besinnliches Denken**) e não por gestos

O uso do termo texto se refere ao texto concebido como enunciado. Bakhtin desenvolve essa abordagem em "O problema do texto na linguística, na filologia e nas ciências humanas" (BAKHTIN, 2003 [1979]).

matemáticos. (FARACO, 2009, p.41, grifos do autor).

Em *Marxismo e Filosofia da linguagem*, Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929]) discorre sobre diretrizes para uma abordagem sociológica de estudo da língua, que têm como fundamento a relação entre signo e ideologia e a interação verbal. Destacamos os seguintes trechos da referida obra que tratam dessa questão:

- As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza:
- 2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados [os gêneros do discurso], em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala[os gêneros do discurso] na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
- A partir daí o exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 124).

Nesta citação, Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929]) reafirma que o estudo do discurso só pode ocorrer a partir da situação social da enunciação (as condições concretas da interação verbal). Assim sendo, o Círculo delineia, no âmbito dos estudos das ciências da linguagem daquela época, diretrizes para a análise de questões discursivas no âmbito da concepção dialógica de linguagem. Atualmente, segundo Faraco (2009, p. 118): "a teoria do discurso assume hoje como pressuposto de base (e explicitamente inspirado em Bakhtin) a heterogeneidade constitutiva dos discursos e dos enunciados, o que implica abandonar qualquer concepção homogênea de formação discursiva e de enunciado".

Brait (2006, 2007) defende que o conjunto de obras do Círculo, embora seus participantes não tenham formalizado uma teoria/análise do discurso, contribuiu para o surgimento de uma Teoria/Análise Dialógica do Discurso (ADD), principalmente no contexto brasileiro. Para a autora, a ADD tem como embasamento constitutivo "a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de

forma comprometida [...]" e parte de "[...] uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados" (BRAIT, 2006, p. 10).

Do ponto de vista metodológico, a ADD não aplica conceitos a partir de categorias previamente definidas para a análise dos discursos, mas procura buscar que os discursos demonstrem sua maneira de produzir sentidos. Por isso, concordamos com a autora quando afirma que "as contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso [...] constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica do corpus discursivo, da metodologia e do pesquisador" (BRAIT, 2006, p. 29).

Em continuidade ao proposto por Brait (2006, 2007), Acosta-Pereira e Rodrigues (2015) apresentam um dispositivo teórico-analítico especificamente para o campo da LA. Esses autores sugerem algumas questões que o pesquisador precisa atentar, a saber:

- a concepção de discurso como língua viva,
   a língua em uso em contextos de interação específicos;
- (ii) o estudo do enunciado como a forma material do discurso;
- (iii) o estudo do discurso a partir das relações dialógicas com outros discursos;
- (iv) o estudo das relações dialógicas enquanto relações semântico-axiológicas, isto é, relações de sentido que se engendram na constituição e no funcionamento do discurso, saturadas de projeções valorativas e ideológicas;
- (v) o estudo das projeções valorativas e ideológicas como índices sociais plurivalentes que consubstanciam o discurso e o situam em determinados horizontes sócio-histórico-culturais;
- (vi) o estudo das formas da língua (uso de recursos lexicais, gramaticais, textuais) como resultado da relação expressiva do sujeito com o seu discurso em situações singulares e concretas de interação verbal. (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2015, p. 80-81).

Os autores retomam os encaminhamentos propostos pela Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2006, 2007), mas acrescentam outros desdobramentos conceituais e, portanto, metodológicos, no campo da LA, tais como: as relações de sentido são saturadas de projeções valorativas e ideológicas; as projeções valorativas e ideológicas como índices sociais plurivalentes; as formas da língua como resultado da relação expressiva do sujeito com o seu discurso em situações singulares e concretas de interação verbal. Em consonância com os autores citados, adotamos como metodologia nesta pesquisa os encaminhamentos propostos pela ADD e as considerações de Acosta-Pereira e Rodrigues (2015) na LA.

A partir desse referencial teórico-metodológico, iniciamos a pesquisa sobre a produção de jornais em Santa Catarina, por meio de uma visita à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), situada na cidade de Florianópolis/SC. Em conversa com os bibliotecários, explicamos que a nossa finalidade seria a leitura de "jornais antigos" do estado e, assim, fomos orientados a nos dirigir ao Centro de Memória Bibliográfica e Documentária da BPSC.

Na seção de periódicos, consultamos parte dos jornais na forma impressa. Fomos informados de que a BPSC desenvolveu um projeto de recuperação e ampliação do seu acervo de jornais de Santa Catarina, com base na primeira edição do Catálogo de Jornais Catarinenses. O resultado desse trabalho foi a segunda edição revista e ampliada do Catálogo de Jornais Catarinenses: 1831- 2013, publicada em 2014. Esse catálogo é composto pelos jornais publicados no estado entre 1831 a 2013, formando um acervo de 1.483 títulos de periódicos provenientes de várias cidades do território catarinense. A maioria desse material está digitalizada e disponível para consulta no site da Fundação Catarinense de Cultura como parte integrante da Hemeroteca Digital Catarinense<sup>20</sup>, mas também é possível a leitura dos originais em papel ou pelos microfilmes na seção de periódicos da biblioteca.

Com base no Catálogo de Jornais Catarinenses: 1831- 2013, procedemos a sua leitura para selecionar os jornais que eram publicados pelas instituições escolares catarinenses. Partimos, inicialmente, da denominação de cada jornal e, posteriormente, pesquisamos os jornais selecionados na Hemeroteca Digital Catarinense para ler a proposta

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Este projeto foi desenvolvido pelo bibliotecário Alzemi Machado em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Para a consulta dos jornais catarinenses, acesse o site: <www.fcc.gov.br/bibliotecapublica/hemeroteca>.

editorial desses periódicos e também para averiguar se não havia outros jornais escolares que não indicassem pelos seus títulos serem publicações da esfera escolar. O resultado deste estudo preliminar é apresentado no quadro 1.

Cabe destacar que concebemos como jornal escolar as publicações que foram editadas e escritas pelos colégios, ginásios, liceus, grupos escolares e institutos de educação catarinenses entre 1900 a 1950. Esses jornais escolares foram criados a partir da iniciativa de diretores e de professores, e tinham como uma de suas finalidades a publicação de conteúdos e exercícios das disciplinas escolares, o incentivo à produção textual e iconográfica dos alunos, a publicação de textos para a leitura e a divulgação das atividades escolares.

Segundo Dallabrida (2011), no grupo escolar de Laguna, foi criado o jornal "A Escola – Deus, Pátria e Família – Órgão do Grupo Escolar Jerônimo Coelho", por iniciativa do diretor dessa escola, que foi um dos dirigentes dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina, na época de modernização do ensino primário catarinense. Na análise dos dados do quadro 1, notamos que outros grupos escolares e liceus também tinham seu jornal escolar, a saber: A ESCOLA, Grupo Escolar Cruz e Souza, Tijucas; ALPHABETO, Liceu Infantil de Itajaí; O ESCOLAR, Liceu Infantil, Canoinhas, o que pode ser explicado pela criação dos primeiros grupos escolares em Santa Catarina no período de 1911-18 (DALLABRIDA, 2011).

Os demais jornais escolares foram publicados pelos ginásios, colégios e institutos de educação, o que nos levou a investigar a relação entre os nomes dos jornais escolares e as mudanças na estrutura educacional brasileira, ou seja, a segmentação do ensino por níveis: ginásio, colégio e instituto de educação. Além disso, os dados nos mostraram que havia dois jornais escolares com o mesmo nome, mas editados em períodos diferentes, a saber: O COLLEGIAL (1915) e *O COLEGIAL* (1945).

Como "a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.113), ao analisarmos a situação de interação de O COLLEGIAL (1915), observamos que esse jornal escolar é de autoria da Congregação Mariana e tinha como interlocutores os alunos do Ginásio Santa Catarina e a comunidade escolar. Já *O COLEGIAL* (1945) é de autoria do Colégio Catarinense em Florianópolis e tinha como interlocutores os estudantes do colégio, as famílias dos estudantes, os antigos alunos do colégio e as autoridades catarinenses.

Quadro 1 - Jornais escolares publicados em Santa Catarina (1903-1947)

| Título              | Editor                                 | Local              | Período         | Ano                                    | Ed.               |
|---------------------|--|--------------------|-----------------|--|-------------------|
| O ESTUDO            | Colégio<br>Municipal                   | Laguna             | Trimes-<br>tral | 1903                                   | 1                 |
| BOLETIM<br>ESCOLAR  | Colégio<br>Itajaí                      | Itajaí             | Mensal          | 1905                                   | 1-6               |
| O ESCOLAR           | Colégio<br>Municipal                   | Joinville          | Quinze-<br>nal  | 1907<br>1908                           | 1- 21             |
| ALPHABETO           | Liceu<br>Infantil                      | Itajaí             | Mensal          | 1908<br>1909                           | 1,2,<br>4, 5      |
| A ESCOLA            | Grupo<br>Escolar<br>Jerônimo<br>Coelho | Laguna             | Mensal          | 1916                                   | 7,8               |
| O COLLEGIAL         | Ginásio<br>Santa<br>Catarina           | Florianó-<br>polis | Quinze-<br>nal  | 1915                                   | 1,<br>2,3,<br>4,5 |
| A ESCOLA            | Grupo<br>Escolar<br>Cruz e<br>Souza    | Tijucas            | Quinze-<br>nal  | 1919                                   | 2,11              |
| O ESCOLAR           | Liceu<br>Infantil                      | Canoinhas          |                 | 1919                                   | 1                 |
| SETE DE<br>SETEMBRO | Instituto<br>Politécnico               | Florianó-<br>polis |                 | 1922                                   | 1                 |
| FOLHA<br>ACADÊMICA  | Instituto<br>Politécnico               | Florianó-<br>polis | Mensal.         | 1923,<br>1924<br>1929,<br>1930<br>1931 | 1,7,8,<br>12      |

|                 | 1  |                           |                | ı  | 1   |
|-----------------|--|---------------------------|----------------|--|---|
| ESCOLA          | Escola<br>Compleme<br>ntar                       | S.<br>Francisco<br>do Sul | Quinze-<br>nal | 1928   | 1   |
| ESTUDANTE       | G. José<br>Brasílico e<br>Instituto<br>Comercial | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1929   | 1   |
| GYMNASIANO      | Centro<br>Ginasial                               | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1932   | 1   |
| NOSSO<br>JORNAL | Instituto<br>Estadual de<br>Educação             | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1937   | 1,3   |
| O COLEGIAL      | Colégio<br>Catarinense                           | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1945,<br>1946,<br>1947,<br>1948,<br>1949<br>1950 | 1-10;<br>1-10;<br>;1-8;<br>1-9;<br>1-5;<br>1-6              |
| O MARIANO       | Colégio<br>Catarinense                           | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1945;<br>1946<br>1947;<br>1948<br>1949;<br>1950  | 1-10;<br>1-4<br>1-<br>10;1-<br>6,8<br>1-3,;<br>5,7,9<br>1-6 |
| O IDEALISTA     | Instituto de<br>Educação                         | Florianó-<br>polis        | Mensal         | 1945<br>1946<br>1947                             | 1-2,4<br>7-12<br>15-16                                      |

Fonte: Produção da autora. Catálogo de Jornais Catarinenses: 1831- 201, Florianópolis: BPSC, 2014.

Para buscar os sentidos de cada denominação do jornal escolar O COLEGIAL (1915 e 1945), retomamos a leitura das edições de 1945, Ano I, uma vez "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. [...] é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as

formas ideológicas gerais da comunicação semiótica (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 36, grifos dos autores). No segundo número publicado em abril de 1945, encontramos um texto assinado por João Melchíades que se intitulava: *O COLEGIAL 2ª edição?* Nele o autor tece comentários sobre O COLLEGIAL (1915): "nas suas colunas, quase microscópicas, numerosos jovens, um deles era eu, dávamos vazão as nossas expressões sentimentais". No final do texto, o autor deseja que "a nova edição do COLEGIAL tenha vida mais longa que seu irmão mais velho e produza escritores como os de 1915".

Com esse dado, retomamos a análise dos exemplares de O COLLEGIAL (1915). Esse jornal escolar tinha como projeto de dizer informar os alunos sobre os eventos do Ginásio Santa Catarina e as atividades da Congregação Mariana. Com redatores diversos e periodicidade quinzenal, esse jornal escolar foi concebido como "um orgam litterario, crítico e noticioso" (O COLLEGIAL, 1915, Florianópolis, n.1, Ano I, p.1) e era de *autoria* da Congregação Mariana. Podemos dizer que *O COLEGIAL* (1945) seguiu a mesma linha editorial da edição de 1915, por ser também órgão literário, crítico e noticioso, mas teve nova *autoria*, que foi a direção do Colégio Catarinense, e, portanto, um novo posicionamento axiológico.

Como a nova edição do *COLEGIAL* em 1945 foi publicada conjuntamente com O MARIANO, sendo os dois jornais separados em cadernos distintos, consideramos que essa divisão material marcou o posicionamento axiológico do Colégio Catarinense no tratamento dos temas e seu direcionamento aos interlocutores (os prováveis leitores de cada jornal). O *COLEGIAL* (1945-1950) era de caráter noticioso e literário, voltado às atividades e aos eventos do Colégio Catarinense (esfera escolar). Já O MARIANO (1945-1950) era de caráter noticioso e religioso, voltado às atividades e eventos religiosos dos padres jesuítas e das freiras da Congregação Mariana (esfera religiosa). Essa separação entre um jornal escolar e um jornal religioso revela que os projetos de dizer desses dois grupos são distintos, uma vez "[...] cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006, [1929], p. 33).

Finalizada essa etapa da pesquisa documental, buscamos, através de pesquisa bibliográfica e do nosso referencial teórico-metodológico, reconstituir o contexto enunciativo e dialógico em que o jornal escolar *O COLEGIAL* foi produzido.

### 3.2 O RECORTE DOS DADOS E OS PLANOS DE ANÁLISE

Os dados são compostos pelas seis edições anuais do jornal escolar *O COLEGIAL*, que foram publicadas pelo Colégio Catarinense no período de 1945 a 1950, em Florianópolis, Santa Catarina. Dessas seis edições anuais (Anos I, II, III, IV, V e VI), nossos dados correspondem aos 44 (quarenta e quatro) exemplares que constam no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC).

Como vimos na introdução, nossa questão de pesquisa foi a seguinte: Quais as finalidades e os valores da leitura discursivizados no jornal escolar *O COLEGIAL*? Para isso, o **objetivo geral** foi investigar as finalidades e valores da leitura nos textos do jornal escolar *O COLEGIAL*. E os **objetivos específicos** foram compreender as concepções de leitura da época na esfera escolar; investigar a leitura no ensino secundário do Colégio Catarinense; analisar a posição axiológica do Colégio Catarinense em relação ao ensino de leitura no jornal escolar *O COLEGIAL*.

Partindo do jornal escolar *O COLEGIAL* como um conjunto de enunciados, delineamos alguns procedimentos analíticos. Inicialmente analisamos os discursos que incidiam sobre a esfera escolar da época a partir dos estudos da Historiografia da Educação (SAVIANI, 2009, 2013, 2015; ROMANELLI, 2014; DALLABRIDA, 2001, 2006, 2012; RAMOS, 2009).

Esse cronotopo predominante dialoga com outros cronotopos que se referem ao ensino secundário catarinense (DALLABRIDA, 2001, 2006, 2012; RAMOS, 2009), aos documentos oficiais do período e à produção de jornais na área educacional (BASTOS, 2013; AMARAL, 2002, 2003, 2013). Na sequência, retomamos os já-ditos sobre o Colégio Catarinense e a pedagogia católica (DALLABRIDA, 2001, 2006, 2008; SOUZA, 2005), para situarmos a dimensão social mais imediata do jornal escolar *O COLEGIAL*. Por fim, realizamos uma descrição do jornal escolar *O COLEGIAL*, concebido como um conjunto de enunciados.

Realizada essa etapa referente à dimensão sócio-histórica, analisamos as edições do jornal escolar *O COLEGIAL* dos anos de 1945, 1946, 1947, 1940, 1949 e 1950 para o recorte dos dados. Para isso, revisitamos as pesquisas que abordam o ensino de leitura na disciplina de Língua Portuguesa (RAZZINI, 2000; SOARES, 2002; FÁVERO, 2009) nos colégios secundários brasileiros e, especificamente, no Colégio Catarinense, no cronotopo do jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-1950). Isso porque, ao eleger a análise de base dialógica, o

pesquisador participa da criação do objeto de forma dialógica e sua análise parte tanto de um ponto de vista interno quanto externo. Por isso, a construção do objeto de análise se constitui na interação entre o enunciado do sujeito pesquisado com o contexto social e histórico e estes são reenunciados pelo sujeito pesquisador na produção de discursos. Conforme explica Amorim (2004) quando trata da relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa na visão bakhtiniana inserida nas Ciências Humanas:

O objeto que está sendo tratado num texto de pesquisa é ao mesmo tempo *objeto já falado*, *objeto a ser falado* e *objeto falante*. Verdadeira polifonia que o pesquisador deve poder transmitir ao mesmo tempo em que dela participa. Mas o conhecimento que se produz nesse texto é também uma questão de *silêncio*. Voz silenciada ou ausência de voz, a alteridade se marcará muitas vezes desse outro modo. Mas tanto pela voz como pelo silêncio, estaremos às voltas com produção de sentido. (AMORIM, 2004, p. 19, grifos da autora).

O resultado desse diálogo com os dados resultou na seleção de vinte e cinco textos (25), elencados no quadro 2.

### Quadro 2 - Textos publicados no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950)

#### O COLEGIAL 1945

Nº 1 − Livros Novos.

 $N^{\circ}$  2 – Morreu o P. Schrader; A biblioteca dos alunos do Colégio Catarinense.

 $N^{o}$  5 – Frutos de Leitura – Os barrigas-verdes.

 $N^{o}$  8 – Atividades do Grêmio C. P. Schrader.

 $N^{o}$  9 – Justificando o nome Grêmio C.P. Schrader.

Nº 10 - Frutos de Leitura - O caráter.

#### O COLEGIAL 1946

Nº 1 – Fedro.

 $N^{o}$  5 – A higiene da vista na leitura.

Nº 7 – Livros Novos.

Nº 8 – Esopo; Canção militar do Ginásio Catarinense.

Nº 9-10 – Olavo Bilac; Teatro.

#### O COLEGIAL 1947

- $N^{\circ}$  2 Novos Livros.
- Nº 3 O Dia Pan-Americano; Coluna do Grêmio C. P. Schrader.
- Nº 4 Um leão quer fundar um ginásio.
- Nº 5 − A pasta do Hélio.
- Nº 8 Concurso de contos do Grêmio C. P. Schrader .
- $\mbox{N}^{\rm o}$  10 Quem não sabe ler e escrever: Não pode compreender o que significa a liberdade.

#### O COLEGIAL 1948

- Nº 1 Cruz e Souza.
- Nº 3 Quem não sabe ler e escrever: Não pode admirar os grandes documentos escritos que atestam o progresso humano; Livros Novos.
- $N^{\circ}$  4 Quem não sabe ler e escrever: Não dispõe de elementos para o aperfeiçoamento de sua própria personalidade.  $N^{\circ}$  5 Prova de Português.

#### O COLEGIAL 1950

Nº 6 – Queima de gibis.

Fonte: produção da autora. *O Colegial* (1945-1950), Hemeroteca digital da BPSC, 2016.

No próximo capítulo, iniciamos o processo de compreensão da dimensão sócio- histórica mais ampla das interações em que o jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-1950) estava inserido, ou seja, o seu cronotopo. Como vimos na parte teórica, a dimensão cronotópica dos enunciados se estende para os outros domínios, pois "qualquer intervenção na esfera dos significados só se realiza através da porta dos cronotopos" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 362). Desse modo, a identificação do cronotopo nas produções discursivas pode auxiliar a revelar a visão de homem, de sociedade e cultura de determinado tempo histórico. Nesta pesquisa, a reconstituição do contexto histórico e social da época de publicação do jornal escolar *O COLEGIAL* (figura 1) nos auxilia na formulação das leis explicativas do texto e na interpretação de seus sentidos (AMORIM, 2004, p.189).



# 4 A DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO JORNAL ESCOLAR *O COLEGIAL* (1945-50)

Cada esfera social tem uma finalidade ideológico-discursiva e, por isso, um modo particular de se orientar para a realidade. Assim sendo, as esferas produzem produtos e discursos sob certo ângulo, de uma dada posição axiológica, o que significa um modo específico de significar a realidade e refratá-la, uma vez que, "no domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006, [1929], p. 33).

A sociedade moderna e contemporânea instituiu que a esfera escolar é o local que tem como função o ensino/aprendizagem de conhecimentos sistematizados e de práticas interativas, considerados relevantes para a formação dos sujeitos em determinado período histórico e social. Não obstante, a escolha de determinados saberes e de metodologias de ensino indica uma dada posição ideológica, uma vez que a opção por determinada pedagogia em detrimento de outra a ser desenvolvida nas práticas de ensino demonstra o predomínio de valores que marcam diferentes posições axiológicas em relação à concepção de educação e de formação dos sujeitos.

Com base no nosso referencial teórico-metodológico, a compreensão dos discursos materializados nos enunciados só pode ocorrer pela análise do cronotopo das produções culturais. Por isso, para compreendermos as finalidades e os valores da leitura discursivizados em O COLEGIAL (1945-1950), investigamos os discursos que incidiam na esfera escolar na época para depreender o cronotopo predominante, ou englobador, no qual o jornal escolar *O COLEGIAL* estava inserido, ou seja, os discursos sobre a educação brasileira daquele período.

Para Bakhtin, as obras contêm mais de um cronotopo que podem interagir dialogicamente, pois os cronotopos podem se incorporar uns aos outros, coexistirem, oporem-se, ou se encontrarem nas interrelações mais complexas. Assim, consideramos que o cronotopo predominante englobava o cronotopo que tematiza o ensino secundário em Santa Catarina que, do ponto de vista histórico, não pode ser dissociado do Colégio Catarinense e da influência da pedagogia católica na educação brasileira.

Com isso, pretendemos depreender as ideologias que se confrontavam na esfera escolar, que dialoga com outras esferas de atividade humana, para compreender a posição axiológica do Colégio Catarinense expressa no jornal escolar *O COLEGIAL* no que se refere às finalidades e valores da leitura nos textos do jornal escolar *O COLEGIAL*.

## 4.1 AS PEDAGOGIAS TRADICIONAL E RENOVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILERIA

Em relação à história da educação brasileira, Saviani (2013) propõe que as ideias pedagógicas no Brasil podem ser agrupadas em quatro períodos com base na noção de predominância ou hegemonia. O primeiro (1559-1759) é caracterizado pelo monopólio da *vertente religiosa da pedagogia tradicional*, que se divide em duas subvertentes: a pedagogia brasílica (1549-1599) e a *pedagogia jesuítica* ou a *Ratio Studiorum* (1599-1759). No segundo período (1759-1932), há a coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional. No terceiro período (1932-1961), predomina a pedagogia nova, com as seguintes fases: o *equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova* (1932-1947), o *predomínio da pedagogia nova* (1947-1961) e a crise da pedagogia nova e a articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969). O quarto período (1969-2001) se caracteriza pela configuração da concepção pedagógica produtivista.

Se nos ativermos apenas à concepção de história cronológica, nossos dados se inserem, a princípio, em parte do terceiro período (1932-1961) proposto por Saviani (2013) e também por Romanelli (2014), quando este último trata da organização do ensino brasileiro e do contexto sociopolítico do Brasil após 1930, uma vez que o jornal escolar *O COLEGIAL* foi publicado pelo Colégio Catarinense entre 1945 a 1950. Esse é apenas o nosso ponto de partida para a análise dialógica dos discursos sobre educação que afirmam a existência de dois movimentos na educação brasileira nessa época: os educadores tradicionais e os educadores renovadores (SAVIANI, 2013, ROMANELLI, 2014).

Para compreendermos melhor os nossos dados de pesquisa, que se inserem na *esfera educacional* no período de 1945 a 1950, em que ocorreram mudanças importantes no sistema educacional brasileiro, é preciso destacar as duas reformas do ensino secundário: a reforma Francisco Campos, em 1931, do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1937), e a reforma Gustavo Capanema, em 1942, no governo de Getúlio Vargas (1937-1945) denominado Estado Novo.

Segundo Saviani (2013), para organizar a base de um sistema educacional, uma das primeiras ações do ministro da educação

Francisco Campos foi a de baixar um conjunto de sete decretos conhecidos como a Reforma Campos:

- a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do regime superior no Brasil e adota o regime universitário:
- Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
- f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2013, p.196).

Essas medidas demonstraram a orientação do governo em tratar a educação como questão nacional e tinham como função a centralização das decisões através de medidas para regulamentar os diversos níveis e modalidades do ensino brasileiro. Ao serem enunciadas pelo governo através do gênero decreto, da esfera legislativa, tinham a finalidade de consolidar as normas a serem cumpridas pelos sujeitos. Essa escolha da palavra autoritária para tratar as questões de educação revela que não eram considerados os sujeitos sociais e suas reivindicações, uma vez que essa palavra está vinculada ao poder da autoridade, "é uma palavra encontrada de antemão" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 143, grifos do autor).

Como nessa época havia dois grupos de educadores com posições ideológicas distintas, os renovadores e os tradicionais, esse discurso do governo provavelmente se dirigia mais a um grupo do que a outro, o que nos remete a Saviani (2013), quando comenta sobre o estabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas no Decreto nº 19.941, de 30 de

abril de 1931. O teor desse decreto demonstra a relação intrínseca entre o governo provisório e a pedagogia católica, pois, segundo o autor, "a aliança com a Igreja Católica compreende-se também pelo fato de que Francisco Campos vinha-se aliando com o pensamento autoritário [...]. Tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais católicos, entre os 'tenentes', e nos positivistas históricos do Rio Grande do Sul" (SAVIANI, 2013, p. 197). Ao organizar essa reforma, o discurso do governo fortalecia os *valores* da pedagogia católica na esfera educacional, sem, no entanto, deixar de atender aos renovadores, que solicitavam a presença do Estado na educação.

Segundo Romanelli (2014), essa reforma dividiu o curso secundário em dois ciclos: um fundamental de 5 anos e outro complementar de dois anos. O primeiro era obrigatório para o ingresso em qualquer curso superior e o segundo, em determinadas escolas. No ciclo complementar, havia uma especialização conforme se tratasse de um curso preparatório para ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante inspeção federal, e oportunizou a possibilidade dessa equiparação às escolas particulares. Na análise do currículo do curso secundário (ciclo fundamental e ciclo complementar), Romanelli afirma que "trata-se de um curso secundário que procurou dar, em seu ciclo fundamental, formação geral e básica, e, em seu ciclo complementar, buscou estruturar-se como curso propedêutico" (ROMANELLI, 2014, p.138). A autora enfatiza o caráter "elitista" do ensino secundário e destaca que essa seletividade se efetivava também pelo sistema rígido de avaliação, controlado do centro, ou seja, a partir das decisões político-administrativas do governo e sem participação da sociedade, e exigente em relação ao número de provas e exames.

Ainda segundo Saviani (2013, 2015), essa época é marcada pela convivência de duas correntes educacionais na sociedade brasileira. Os educadores católicos, vinculados à Igreja Católica, defendiam o papel do ensino privado, a disciplina de religião nas escolas pública e privada, os valores da pedagogia tradicional, bem como o pressuposto de que o ensino deveria ser diferenciado por gênero, uma vez que meninos e meninas destinavam-se a cumprir funções distintas na sociedade. Por outro lado, os educadores renovadores, como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Mário Cassassanta, Fernando de Azeredo, dentre outros, tinham posições axiológicas distintas da proposta pela pedagogia católica

Os renovadores, como o sentido dessa *palavra* sugere nesse contexto, combatiam as ideologias da pedagogia católica porque sustentavam a proposta do ensino público, laico e gratuito, sem distinção de gênero, e a restrição do ensino religioso às escolas privadas. Podemos dizer que esses discursos dos educadores estão em relação dialógica de oposição, de confronto, porque cada grupo enuncia uma posição axiológica e, portanto, ideológica, sobre a função da educação formal no país naquele momento histórico.

Segundo Fausto (2015) e Saviani (2013), o governo Vargas não assumiu inteira e explicitamente uma dessas correntes, mas mostrou inclinação pelo projeto de dizer da educação de base católica pelas seguintes ações: a atuação do ministro da educação Francisco Campos do primeiro governo de Vargas, que promoveu o ensino religioso nas escolas públicas e, no segundo governo de Vargas (1937-1945), a nomeação de Capanema para o cargo de ministro da educação, que se inspirava no intelectual conservador católico Alceu de Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Ataíde. Essa escolha teve como finalidade promover a continuidade do trabalho de Francisco Campos (1930-1932), no sentido de enfatizar a ideologia conservadora na educação brasileira, que, de certa forma, retratava parte da sociedade brasileira daquela época, no sentido de que "o meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa" (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 57).

A segunda reforma na educação brasileira ocorreu no governo de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo (1937-1945). Em sua atuação no ministério da Educação, Capanema iniciou uma reforma parcial na educação, através da promulgação das Leis Orgânicas do Ensino em 1942, conhecidas como Reforma Capanema. A estrutura educacional foi modificada a partir de oito decretos-leis promulgados pelo governo:

- a) Decreto-lei n.4.048, de 22 de janeiro de 1942: cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) Decreto-lei n. 6141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;
- e) Decreto-lei n.8529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;

- f) Decreto-lei n.8530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) Decreto-lei n. 8621, de 10 de janeiro de 1946, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- h) Decreto-lei n. 9613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

(SAVIANI, 2013, p.269, grifos nossos).

Para Saviani (2013), essa reforma fortaleceu a ideologia do caráter propedêutico deste segmento do ensino, que vinha sendo difundida pela Reforma Campos, por dar continuidade ao processo de "renovação" do ensino secundário com a promulgação do Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942. Se por um lado as leis orgânicas garantiram a especificidade de cada um dos ramos do ensino secundário, por outro, não estabeleceram diretrizes gerais comuns a todos os ramos do ensino secundário (propedêutico ou técnico-profissional). Romanelli (2014, p.161), ao analisar o texto dessa lei quanto às finalidades do secundário, considera que era função desse segmento proporcionar cultura geral e humanística, acentuar a ideologia política do patriotismo e do nacionalismo, dar condições ao ingresso no curso superior e possibilitar a formação de lideranças. Assim, o discurso do governo promovia mudanças na educação por estar presente ativamente na esfera educacional, o que era uma das solicitações dos educadores renovadores no sentido da atuação do Estado, mas conservava a cultura da escola secundária conteudística e elitista da pedagogia tradicional e católica.

Em relação dialógica de concordância quanto a suas posições axiológicas frente a esse tema, Saviani (2015) e Romanelli (2014), Ramos (2009) afirmam que essa reforma criou dois sistemas independentes, apesar da organicidade do ensino secundário. Isto porque o currículo seriado, de caráter acadêmico, propedêutico e aristocrático, ao se tornar exigência obrigatória para o ingresso no ensino superior, oficializa "o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos de configuração produtiva e ocupacional" (RAMOS, M. N. 2009, p.230).

Ainda segundo Saviani (2015), essas reformas educacionais realizadas por Campos e Capanema foram decorrentes de um acordo entre o governo e a Igreja Católica, no qual Vargas apoiava as teses católicas na educação em troca do apoio dessa instituição ao seu

governo, com a intenção de diluir as críticas desta ao chamado monopólio estatal do ensino, de que eram acusados os educadores renovadores. Essa aliança ocasionou a derrota do movimento renovador e, consequentemente, o discurso desse grupo foi silenciado<sup>21</sup> naquele momento histórico. Cabe destacar que essas enunciações eram socialmente dirigidas ao governo de Vargas, pois ocorria um embate entre as duas posições axiológicas por meio dos discursos de cada grupo, o que nos remete a Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929] quando afirma que "em todo signo ideológico confrontam-se índices sociais de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.46, grifos do autor).

No entanto, essa derrota do movimento renovador, segundo Saviani (2015), precisa ser relativizada, pois "para a 'trindade governamental' (Vargas, Campos e Capanema), os princípios da educação cristã assim como os princípios renovadores não tinham valor em si, mas eram vistos como instrumento de ação política" (SAVIANI, 2015, p. 271). Para o governo, as ideologias e posições defendidas tanto pelos educadores católicos quanto pelos educadores renovadores não eram incompatíveis. Por isso, os intelectuais renovadores continuaram participando do governo em cargos técnicos, por serem vistos como "portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora" (SAVIANI, 2015, p.271).

Essas diferentes posições dos grupos e dos sujeitos sociais — educadores tradicionais, educadores renovadores e as autoridades governamentais — nos remetem à arena em que se confrontam as ideologias de cada grupo social pertencente à esfera educacional e à esfera política, pois cada esfera da atividade humana tem sua própria maneira de criar produtos e discursos ideológicos que se orientam para a realidade e a refratam de certo ângulo, de uma dada posição axiológica. O discurso materializa valores e posições axiológicas dos grupos humanos e dos sujeitos, que, nesse caso, estão em relação dialógica de oposição (os educadores tradicionais e renovadores). A posição da 'trindade governamental', em relação aos princípios educativos dos dois grupos, é a de incorporação de parte de cada um desses discursos para que seja enunciado um novo discurso educacional, com outro sentido

\_

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Um dos marcos da posição dos educadores renovadores foi a publicação do "Manifesto dos Defensores da Escola Nova", em 1932, e várias obras pedagógicas que defendiam a educação pública, gratuita e laica.

que foi denominado de "projeto de modernização conservadora<sup>22</sup>". Segundo Saviani (2015, p.271), essa denominação mostra a influência desses dois grupos e a maneira que o governo da época administrou essas divergências, ou seja, "enquanto conservadora, essa orientação buscava atrair a Igreja para o seu projeto de poder; enquanto modernização, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova". Assim, o discurso do governo estabelecia relação dialógica com parte do enunciado do discurso tradicional e com outra parte do discurso renovador e, a partir disso, propôs uma contrapalavra, ou seja, enuncia a sua posição axiológica a partir dessas duas posições para consolidar seu projeto de poder.

Em suma, os discursos pedagógicos do período situado entre a Revolução de 30 e o final do Estado Novo demonstram um equilíbrio tenso entre as influências das concepções humanista tradicional dos católicos e da concepção humanista moderna dos pioneiros da Educação Nova, promovendo certa hegemonia entre essas duas correntes educacionais na história das ideias pedagógicas do nosso país (SAVIANI, 2013, 2015). Esses discursos se situam em dois cronotopos distintos que estão em relação dialógica de embate, confronto, mas fazem parte de um cronotopo maior, englobador, que seria o do discurso autoritário do governo Vargas (1937-1945). Como esse governo era o enunciador das diretrizes da educação brasileira, podemos dizer que o seu discurso tinha como finalidade implantar o projeto de "modernização conservadora" na educação brasileira.

## 4.2 A PRODUÇÃO DE JORNAIS ESCOLARES E A PEDAGOGIA RENOVADORA

As pesquisas de Amaral (2002, 2003, 2013) e de Bastos (2013) sobre jornais escolares na perspectiva da história cultural (CHARTIER, 1990), enfatizam que a sua produção foi profícua entre as décadas de 1930 a 1960 no Brasil, em decorrência das atividades complementares desenvolvidas na sala de aula, ligadas às influências das ideias do escolanovismo na educação brasileira.

<sup>22</sup> Segundo Saviani (2013, p.271), esse conceito é usado pela historiografia da

educação para classificar a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 30.

Segundo Bastos (2013), o jornal escolar<sup>23</sup>, elaborado pelos alunos, foi uma das atividades estimulada pelos protagonistas da Escola Nova através das instituições complementares ou associações complementares à escola. Segundo a autora,

O jornal escolar, instituição incentivada pelas autoridades educacionais ao longo do século 20, especialmente da década de 1910 a 1970, será foco de normatizações pelas quais se busca orientar minuciosamente os professores e a criar um periódico em sua escola ou sala de aula, em todas as fases necessárias a sua concretização, do planejamento à circulação.[...] Os impressos escolares ou impressos estudantis são documentos preciosos para olhar a escola e, especialmente, os escritos autobiográficos e as escritas de si, reproduzidas nesses impressos (BASTOS, 2013, p.8-9, grifos nossos).

Para Bastos (2013, p.9), os "impressos estudantis são documentos preciosos para olhar a escola e, especialmente, os escritos autobiográficos e as escritas de si, reproduzidas nesses impressos". Essa afirmativa está em relação dialógica de concordância com a intencionalidade desta pesquisa de doutorado, pois buscamos investigar as finalidades e valores da leitura nos textos do jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950), bem como compreender a concepção de leitura da época e as práticas de ensino de leitura discursivizadas nesse jornal escolar, publicado pelo Colégio Catarinense.

Como vimos (SAVIANI, 2013), os discursos pedagógicos de 1930 a 1945 indicavam a hegemonia da corrente humanista tradicional dos católicos e da corrente moderna dos pioneiros da Educação Nova nas ideologias pedagógicas do nosso país. No entanto, cada grupo buscava que as suas ideias prevalecessem nas políticas educacionais do governo e na opinião por meio de diversas publicações, ou seja, ocorria um embate discursivo entre esses dois grupos para buscar a hegemonia

livros, revistas especializadas ou não, manuais didáticos, jornais discentes, entre outros – pelos pesquisadores, amplia a investigação do fenômeno educacional e, consequentemente, da escola.

Em Impressos e História da educação: usos e destinos, Magaldi e Xavier (2008) destacam os estudos que têm valorizado os impressos em pesquisas educacionais de vertente histórica, uma vez que a utilização dos impressos – livros, revistas especializadas ou não, manuais didáticos, jornais discentes,

de uma pedagogia e, em consequência, o silenciamento da outra. Nesse embate, as ideologias renovadoras influenciaram de forma incisiva os discursos pedagógicos dessa época, que visavam convencer seus interlocutores a alterar as práticas de ensino tradicionais e implementar novas metodologias, como a do "ensino ativo, centrado no estudante" (SAVIANI, 2013), sendo uma dessas práticas a produção do jornal escolar pelos professores e estudantes em complemento às aulas.

O discurso renovador também se fazia presente na obra de Guerino Casasanta, que publicou o livro "Jornais escolares" a partir de sua experiência como inspetor de ensino em Minas Gerais. Nessa função, Guerino Casasanta teve acesso aos inquéritos e as atividades desenvolvidas pelos professores do Estado de Minas Gerais e, a partir desse material, organizou um manual sobre as práticas a serem implantadas para a criação do jornal escolar. Nessa publicação, Casasanta (1939; *apud* AMARAL, 2013)<sup>24</sup> elenca os seguintes pontos para demonstrar a importância da elaboração do jornal escolar: as características psicológicas da criança que exigem práticas docentes que extrapolam os conteúdos dos programas de ensino, a organização de atividades que levam a elaboração do jornal escolar, os spocedimentos para a elaboração do jornal escolar, ou seja, as seções, as fontes, as notícias, os títulos, as correções, os custos, a circulação, entre outros. Para Casasanta (1939; *apud* AMARAL, 2013):

- a) A escola deve ser uma família, devendo predominar aí o espírito coletivo. O jornal alimenta esse espírito, promove a cooperação, estimula as iniciativas. É o traço de união entre seus membros.
- b) As atitudes escolares, como, aliás, todas as atividades sociais, requerem estímulo e incitamento. A publicidade é um meio de êxito e sucesso. O jornal escolar pode manter vivas as atividades, incentivando o entusiasmo entre os alunos, levando-os a empregar nelas todo o esforço e toda a atenção.
- C) O jornal une a escola à sociedade, pondo-a constantemente a par de sua vida e de suas realizações. Estabelece, assim, um

-

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> A obra de Casasanta (1939) não se encontra disponível para consulta no acervo da Editora Nacional e em bibliotecas públicas.

- entendimento recíproco, interessando o povo na obra escolar.
- d) O jornal leva aos pais, aos ex-alunos e a todos as notícias da escola. Mantém-se, dessa forma, sempre vivo o interesse daqueles que viveram na escola e cujas notícias lhes são particularmente gratas.
- e) As notícias da vida escolar, de suas iniciativas e atividades, suscitarão iguais procedimentos a outros estabelecimentos.
- f) Não se poderá dizer que o treino do aluno no jornal escolar seja início de que, mais tarde, se torne um jornalista [...]. Entretanto, o exercício que o jornal dá revelação de uma tendência. (CASASANTA, 1939, p.40-41; apud AMARAL, 2013, p.14-15, grifos nossos).

Como os discursos contêm uma dimensão axiológica (valorativa) que se materializa nos enunciados (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]). A citação destacada acima revela os valores da pedagogia renovadora, como a presença, em todas as atividades, do interesse do estudante, do estímulo constante ao educando, do trabalho em grupo, da relação entre a escola e a sociedade, dentre outros, que integram a atividade de produção do jornal escolar.

Segundo Amaral (2013), essa obra prioriza a atividade de produção de jornais escolares para os alunos do ensino primário, mesmo porque essa era a ênfase na legislação nacional da época, mas também inclui orientações mais gerais sobre os jornais escolares em escolas de ensino secundário. Nas palavras de Casasanta (1939), "[...] tratando-se de alunos adiantados, já com personalidade formada [...], o papel do professor será o de companheiro [...] A ação é toda ela da classe pois o jornal constitui um fim" (CASASANTA, 1939, p.83-84; *apud* AMARAL, 2013). Em relação a esse nível de ensino, a autora destaca que muitos jornais escolares eram frutos dos encontros dos grêmios estudantis e outros foram criados por estudantes ou turmas específicas, mas tiveram pouca duração. Na voz dela,

Nos impressos estudantis, jornais e revistas, há a predominância de textos produzidos por alunos. Contudo, constata-se também a participação de outras pessoas que faziam parte ou não da instituição – diretores, inspetores escolares, ex-

alunos, membros de associações escolares, etc. Ressalta-se instituição que a caracterizada, então, por ser um território cultural que perpassa as relações internas e expande-se a outros campos, a outros atores. E um dos atores constituintes do espaco educativo que tem muito a contribuir nas pesquisas histórico-institucionais é o aluno. Sem dúvidas. são vozes pouco escutadas que o estudo da imprensa estudantil pode fazer emergir. (AMARAL, 2013, p.9, grifos nossos).

O trecho que destacamos na citação mostra que a esfera escolar é perpassada por outras esferas, ou seja, as esferas não são fechadas e impenetráveis, mas são porosas em sua relação com as demais. Elas se constituem nas fronteiras e estão em relação dialógica com as outras esferas (RODRIGUES, 2017). Isso pode ser notado no caso do jornal escolar O COLEGIAL, que pertence à esfera escolar, mas é influenciado pela esfera religiosa, legislativa e jornalística.

Bastos (2013) e Amaral (2013) ressaltam a relevância de se pesquisar os impressos da esfera escolar e, dentre eles, o jornal escolar, para compreender as práticas culturais de determinada época. Assim, estamos em relação dialógica de concordância na esfera acadêmica com esses autores, uma vez que nossa questão de pesquisa é investigar as finalidades e valores da leitura discursivizados no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950). Ademais, esses autores afirmam que o jornal escolar é uma prática dos sujeitos que integram a educação brasileira desde 1910 e, como vimos na introdução, ainda se faz presente na escola do século XXI e nas pesquisas da esfera acadêmica.

Em relação à educação catarinense e à produção de jornais escolares<sup>25</sup>, o escolanovismo foi instituído oficialmente no estado pelo Decreto 2.991 de 28 de abril de 1944. Esse decreto aprovou instruções para as associações da escola e foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 09 de maio de 1944. Segundo esse documento oficial, as associações, nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares, deveriam seguir "instruções" para o funcionamento de dez associações: Liga-Pró-Língua Nacional,

prática incentivada pelo escolanovismo em Santa Catarina.

\_

Em pesquisa sobre a publicação de jornais escolares em Santa Catarina, encontramos os seguintes trabalhos: Rabelo (2013), Silva (2013) e Cunha (2013). Esses estudos revelam que a produção de jornais escolares foi uma

Biblioteca, **Jornal Escolar**, Clube Agrícola, Círculo de Pais e Professores, Museu Escolar, Centros de Interesse, Liga da Bondade, Clube de Leitura e Pelotão de Saúde (vide Anexo I).

Em relação ao jornal escolar, destacamos os seguintes trechos<sup>26</sup>:

Ao ser focalizada na escola, a importância do jornal, o professor fará uma exposição do assunto, evidenciando os seguintes tópicos:

1º – O jornal representa uma coleção de trabalhos que se concentra em um só todo, e assim para, no futuro, poderem os novos alunos conhecer as realizações do passado.

2º- Muitos alunos que têm queda pela narração, descrição, contos, crônicas, desenho, caligrafia, terão oportunidade de expandirem a sua inclinação, podendo ser o jornalzinho uma fonte, onde fará brotar tendências latentes da alma juvenil.

3º- Possuindo as diversas secções adiante descritas, servirá ainda para gravar certos pormenores íntimos da vida local que, mais tarde, servirão como elemento valioso de consulta, quando tivermos de escrever a história da região. 4º- Os pais, por meio do jornalzinho, ficarão ao par, não só do progresso de seus filhos, como terão a oportunidade de verificar as vantagens que outras crianças estão realizando, pois, no jornal, teremos várias manifestações da vida escolar.

5°- O jornal deve ter um nome escolhido pelos alunos, bem como o de seus dirigentes, em número de quatro (4) para as escolas isoladas.

Com tais elementos o *professor implanta no ânimo de seus discípulos* a vontade de criado o jornalzinho da escola.

Seria de conveniência que esta propaganda provocasse uma manifestação espontânea dos alunos, naturalmente de maneira positiva.

(DECRETO n. 2991, 28 de abril de 1944, p.07, grifos nossos).

-

Vide página 7 do referido decreto no Anexo I e sua transcrição, que, por questões de legibilidade, estão nos Anexos 1 e 2.

Esse documento é de autoria da Secretaria de Educação do governo do Estado de Santa Catarina e tem como projeto de dizer normatizar as práticas educativas para os seus interlocutores: os professores e demais sujeitos da esfera escolar, a fim de que "incentivem" os alunos a realização dessa prática. Esse discurso de autoridade se alinha às ideologias dos renovadores, estabelecendo relações dialógicas de convergência entre as concepções de que o aluno é o centro do processo educativo, da função do professor estimular ("o professor implanta no ânimo de seus discípulos") e de realizar o processo de ensino e aprendizagem através de atividades práticas ("coleção de trabalhos"). Além disso, enuncia a importância dos princípios do escolanonismo, isto é, os seus valores, como a relação entre a escola, a família e a comunidade ("manifestações da vida escolar") e a história das escolas através dos textos escritos pelos estudantes ("elemento valioso de consulta, quando tivermos de escrever a história da região").

Esse discurso de autoridade direciona as ações que o professor deverá realizar junto com seus alunos, pois "a distância em relação à palavra autoritária permanece constante em toda a sua extensão" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 144) nesse documento através dos seguintes enunciados: "o professor fará uma exposição do assunto, evidenciando os seguintes tópicos", ou seja, "as cinco vantagens enunciadas no documento", e ao afirmar que "com tais elementos o professor implanta no ânimo de seus discípulos a vontade de criar o jornalzinho da escola".

Podemos evidenciar a predominância da palavra autoritária, mesmo na parte explicativa da confecção gráfica do jornal, que deveria conter as seguintes partes em relação ao Corpo:

O corpo do jornal compreende o seguinte: o título, a localidade, o município, a data, o número, o ano e o nome dos dirigentes. O título - Título é o nome do jornal colocado na primeira página e na parte superior ou de maneira destacada, atendendo ao gosto artístico dos seus compositores. O título, em todos os números, deve ser uniforme de maneira a poder ser identificado pelo seu feitio. A localidade - É o nome do local onde se acha a escola, e , portanto, ao que pertence o jornal. Assim, teremos a seguinte indicação: "órgão mensal da escola estadual, municipal ou particular de (nome da localidade) e, em seguida, como elemento

indispensável o nome do município. (Decreto n. 2991, 28 de abril de 1994, p.07).

Na parte final do documento, o tom do enunciado revela seu caráter normativo aos interlocutores, que seriam as escolas municipais, estaduais e particulares, aos inspetores dessas escolas, à direção escolar e aos professores: "Conclusão – *Todas* as escolas *deverão* organizar o seu jornal dentro dos *princípios acima expostos*", pelo uso dos seguintes recursos linguísticos: o verbo *dever* que é um verbo deôntico, o pronome definido *todas*, que tem como referente as escolas municipais, estaduais e particulares, e pela expressão *princípios acima expostos*, que tem como referência as informações expostas no documento na sua íntegras enquanto princípios a serem seguidos, ou seja, prescrições normativas. Ademais, o texto final reitera novamente o exposto em todo o documento quando afirma que "com essas instruções, desejamos obter o máximo de resultado".

De certo modo, essas instruções impõem que o professor deva trabalhar seguindo essa proposta, porque esse discurso afirma que a responsabilidade do desenvolvimento do jornal escolar é do professor. Esse discurso apresenta as características do discurso autoritário, que, como vimos, "exige nosso reconhecimento incondicional e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras. Também ele não permite qualquer jogo com o contexto que a enquadra, ou com seus limites [...]" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 144), não avaliando se havia a possibilidade de serem feitas em todas as escolas essas atividades, no sentido da estrutura física e das condições de trabalho dos professores. Tal discurso enunciado pelo governo catarinense através do Decreto n. 2991, 28 de abril de 1944 estava em relação dialógica de concordância com o discurso oficial sobre educação do governo de Vargas e, portanto, com suas ideologias que tinham como finalidade implantar o projeto de modernização conservadora na educação brasileira, que abordamos na seção 4.1 deste capítulo.

Partindo de que "o discurso nasce do diálogo com sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto" (BAKHTIN (1998 [1975], p.88), a publicação do jornal escolar O COLEGIAL pelo Colégio Catarinense atendia as políticas educacionais da época, que pretendiam instaurar as ideologias dos renovadores nas escolas. De certa forma, essa era uma proposta inovadora para a pedagogia católica, que começava a aceitar parte dos discursos escolanovistas, principalmente quanto aos métodos de ensino,

já que o jornal escolar era uma das atividades complementares citadas no Decreto 2.991 de 28 de abril de 1944.

O jornal escolar O COLEGIAL seguia as orientações do decreto sobre a produção do jornal escolar pelas escolas catarinenses nos seguintes requisitos: a responsabilidade da publicação era do Colégio Catarinense, o cabeçalho, a disposição dos textos em colunas, o destaque dos temas principais na primeira página, as fotografias e legendas, dentre outros aspectos. Esse projeto gráfico<sup>27</sup> do jornal escolar O COLEGIAL foi mantido durante todas as edições sem alteração, o que abrangeu um período de seis anos (1945, 1946, 1947, 1948, 1949 e 1950). Ademais, o formato do jornal é o tabloide, com as matérias dispostas geralmente em três colunas intercaladas com fotografias e com média de quatro páginas; o jornal tinha poucas seções fixas, uma vez que as matérias eram diversificadas em cada edição, estando de acordo com as orientações do referido decreto.

Além disso, a proposta de integração entre escola, estudantes, pais, que representam a família, e a sociedade catarinense também foi enunciada como uma de suas finalidades no texto da Apresentação, o que mostra que os discursos de O COLEGIAL estavam, a princípio, em relação dialógica de assimilação quanto às ideologias dos renovadores. Essa incorporação de parte do discurso renovador aos discursos da pedagogia tradicional católica, que tinham como valores a formação moral dos estudantes em primeiro plano e, depois, a educação científica, era reenunciada pela direção do Colégio Catarinense.

A partir da avaliação dos discursos que incidiam na esfera escolar naquela época, o jornal escolar O COLEGIAL posicionava-se axiologicamente como uma instituição educacional tradicional, mas que acompanhava as mudanças pedagógicas e, portanto, científicas daquele momento histórico. Sendo assim, a formação científica dos estudantes no Colégio Catarinense era perpassada pelos valores humanistas cristãos, ou seja, pela pedagogia inaciana, mas adotava práticas de ensino renovadoras, como os grupos de estudos e a publicação do jornal escolar *O COLEGIAL*.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> O projeto gráfico é o sistema simbólico composto de traços, ilustrações, letras e disposição do texto em colunas que caracteriza o jornal impresso enquanto um produto ideológico da esfera jornalística

# 4.3 O ENSINO SECUNDÁRIO EM SANTA CATARINA E O COLÉGIO CATARINENSE

O ensino secundário catarinense seguia as reformas ao nível federal, mas tinha suas especificidades. Segundo Dallabrida (2001), o governo Vidal Ramos, em meados de 1905, suprimiu o Ginásio Catarinense, estabelecimento de ensino secundário público e gratuito<sup>28</sup>, e viabilizou a criação do Ginásio Santa Catarina, dirigido pelos padres jesuítas alemães, de caráter privado e com subsídios do Estado. Isso foi possível graças a aliança entre a Igreja Católica, as oligarquias catarinenses e o governo, o que representou a privatização do ensino secundário em Santa Catarina na Primeira República e a quebra do ensino laico implantado pelo regime republicano. O autor afirma que, de sua inauguração em 1906 até o final da década de 1920, o Ginásio Santa Catarina<sup>29</sup> era o único estabelecimento que proporcionava escolarização secundária de forma regular em Florianópolis e no restante do Estado de Santa Catarina.

Em oposição à perspectiva de Dallabrida (2001), Silveira (2013) considera que, em relação à história dos ginásios catarinenses, a informação do autor não inclui dados não oficiais de ensino e, por isso, não considera as escolas comunitárias como:

O Colégio São Paulo (posteriormente Colégio Franciscano Santo Antônio), quanto a Escola Nova, por muito tempo, ofereceram um ensino secundário que também não era oficializado e, portanto, estava às margens das estatísticas. O que queremos mostrar aqui é que por trás do discurso oficial, das estatísticas oficiais e do reconhecimento "oficial" dos estabelecimentos de ensino há história sobre a qual nos cabe refletir (SILVEIRA, 2013, p.394-95, grifos nossos).

Ainda segundo Dallabrida (2001), a primeira expansão desse nível de ensino em Santa Catarina, decorrente do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, permitiu a criação de vários ginásios, o que

.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Esse ginásio foi criado em 1892 pela Reforma Benjamin Constant, que previa a existência de pelo menos um ginásio estadual para cada unidade da federação (DALLABRIDA, 2001).

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> O *Ginásio Santa Catarina* passou a ser chamado, em 1918, de *Ginásio Catarinense*.

promoveu, de certo modo, a quebra do monopólio do Ginásio Catarinense. Os novos ginásios pertenciam majoritariamente à rede privada e se destinavam à educação dos rapazes. São eles: o Ginásio Diocesano (Lages), o Colégio Santo Antônio (Blumenau), o Ginásio Lagunense (Laguna), o Ginásio Barão de Antonina (Mafra) e o Ginásio Aurora (Caçador). Dentre eles, segundo Dallabrida (2001), somente o Ginásio Lagunense era laico e, para atender as mulheres, foi criado o curso ginasial do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis) em 1935, sendo que este foi o único curso de ensino secundário voltado às moças catarinenses até a década de 1940.

Segundo Ramos (2009), a segunda expansão do ensino secundário em Santa Catarina, que promoveu a criação dos primeiros cursos ginasiais e colegiais de caráter público, ocorreu a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942. Com isso, o ensino secundário deixou de se concentrar na capital, Florianópolis, passando a ser oferecido em mais cidades e em alguns municípios rurais. Como vimos, esse decreto-lei possibilitava que os ginásios passassem a oferecer o curso colegial desde que cada estabelecimento de ensino se adequasse, por meio de inspeção federal, às exigências das políticas educacionais vigentes. Cabe destacar que o primeiro ginásio privado a implantar os novos ciclos do ensino secundário foi o Ginásio Catarinense, no início de 1943, passando a se chamar Colégio Catarinense. Já no tocante ao ensino público, após a criação do curso ginasial no Instituto de Educação Dias Velho<sup>30</sup>, esse passou a implantar, posteriormente, os cursos do colegial na capital.

Em 1946, o Governo de Santa Catarina apresenta suas primeiras iniciativas visando ampliar a oferta de ensino público, seguindo o disposto pelo governo federal no Decreto-lei nº 8.529 e no Decreto-lei nº 8530, ambos de 02 de janeiro daquele ano, que tinham como objetivo a implantação da Lei Orgânica do Ensino Primário e do Ensino Normal. Segundo Ramos (2009), o ensino secundário nos segmentos ginasial e colegial permaneceu praticamente inalterado até a década de 60, pois o governo catarinense incentivou apenas as reformas no ensino primário e no ensino secundário no segmento normal, que visava à formação de professores.

Ao analisarmos os discursos dos autores acima sobre o ensino secundário catarinense, podemos dizer que, ao nível das políticas

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> O Instituto de Educação Dias, como os demais institutos no país, oferecia os cursos normal e primário. Durante o Governo de Aderbal Ramos da Silva, foi criado o curso ginasial e, posteriormente, o colegial.

estaduais em relação aos segmentos ginasial e colegial, prevaleceram os valores da pedagogia católica, visto que a maioria das instituições educacionais desse segmento de ensino estava sob responsabilidade dos educadores católicos e, portanto, sob a égide dessa ideologia, que primava pelos conhecimentos da cultura clássica e humanística, pelos valores nacionalistas e pela formação de lideranças.

Ademais, o governo catarinense ampliou apenas a oferta de ensino público e gratuito para o ensino secundário no ramo normal, ficando os demais ramos concentrados no ensino privado. De certa forma, os discursos dessas reformas promoviam mudanças na educação catarinense direcionadas aos interesses do governo e de determinadas classes sociais, pois o direito à educação era direcionado apenas à parte da população que tinha condições de arcar com as mensalidades escolares, o que nos remete a Romanelli (2014, p.138) quando analisa o caráter "elitista" do ensino secundário no nosso país.

Já no que se refere especificamente ao Colégio Catarinense, Souza (2005), ao relatar a história dessa instituição em publicação sobre seu centenário, informa que foi criado a partir de um contrato entre o governador do Estado, Coronel Vidal Ramos, e a Companhia de Jesus, Sociedade Antônio Vieira, em 1905. Com a denominação de Ginásio Santa Catarina, essa escola privada teve subvenção do Estado para a instalação do programa do Ginásio Nacional, e iniciou as suas atividades em 15 de março de 1906 na cidade de Florianópolis, SC, na Rua Esteves Júnior, 159, local em que permanece até os dias atuais do século XXI.

Souza (2005) cita trechos do "Resumo Histórico do Colégio Catarinense (1906-1956)", que afirmam a finalidade dessa instituição educacional: "[...] O novo Estabelecimento, desde o princípio venera[va] e invoca[va] como seu protetor especial o chefe da Sagrada família, São José, pelo que a data de sua fundação é comemorada a 19 de março" (RELATÓRIO DO CINQUENTENÁRIO DO COLÉGIO CATARINENSE 1906-1956. Florianópolis, Santa Catarina, p.62).

Ainda segundo Souza (2005), no final do primeiro ano de suas atividades, o Ginásio Santa Catarina foi equiparado ao Ginásio Nacional<sup>31</sup> pelo Decreto n. 6.187, em 22 de outubro de 1906. Considerado pelo governo o instituto oficial do Estado de Santa

.

O Ginásio Nacional mais tarde denominado Colégio Pedro II foi uma instituição educacional pública instalada no Rio de Janeiro, na época da República Velha. Segundo Razzini (2000), esse colégio serviu de modelo oficial para outras instituições públicas e privadas de ensino secundário até meados do século XX.

Catarina, essa equiparação possibilitou a validação de seus exames para todo o Brasil e, portanto, o acesso ao ensino superior. Na fala do autor:

O Colégio Catarinense nasceu afamado, *nutrindo* simpatia de alguns e reclamos de outros. Reconhecia-se o zelo dos padres jesuítas pela ciência, pela arte e pela virtude, sendo considerado preferível seu ensino a qualquer outro. Todavia, não era unanimidade. Sempre houve uma indisposição da elite liberal e, principalmente, anticlerical para com a pedagogia humanista cristã. Para os liberais, os males transmitidos por esse tipo de ensino eram bem maiores que os benefícios alcançados. (SOUZA, R.L.2005, p.11, grifos nossos).

No enunciado acima, notamos, na voz e na avaliação do autor citado, a presença do embate entre a posição dos educadores católicos, aliados ao governo, e os educadores renovadores e de parte da sociedade contrários à pedagogia humanista cristã, como vimos em Saviani (2015). Quanto à tonalidade usada por Souza (2005) ao enunciar seu projeto de dizer, o discurso é marcado pela aparente neutralidade da esfera científica no relato da história do colégio. Mas como todo signo é social e ideológico, o discurso do autor defende a posição humanista católica ao selecionar os fatos que compõem a história dessa instituição de ensino, pois todo enunciado tem como ponto de partida para a sua estruturação um posicionamento axiológico, uma posição autoral.

Para Dallabrida (2006), a viabilização do colégio da Companhia de Jesus provocou debate público, especialmente na imprensa escrita pelos jornais *Correio do Povo* e *Reforma*, os quais questionavam o caráter privado dessa instituição, a subvenção do Estado e, principalmente, a restrição do ensino secundário apenas à parcela da população que poderia pagar mensalidade. Essa situação foi decorrente de que não havia outro estabelecimento de ensino secundário público e a concessão de bolsas de estudo pelo colégio, subsidiadas pelo Estado aos estudantes sem condições financeiras, não contemplava a maioria dos jovens da população catarinense.

Na análise da expressividade dos enunciados (BAKHTIN, 2003 [1979]) desses autores sobre o tema da criação do Ginásio Catarinense, concluímos que a posição valorativa de Souza (2005) é a de enfatizar as características positivas em relação à pedagogia humanista cristã quando cita, por exemplo, "o zelo dos padres jesuítas pela ciência, pela arte e

pela virtude" e demonstrar que isso não era "unanimidade". Ademais, reitera a importância dessa instituição de ensino quando afirma que "no final do primeiro ano de suas atividades, o Ginásio Santa Catarina foi equiparado ao Ginásio Nacional". Essa posição do autor-criador (BAKHTIN, 1998 [1975]) de certa forma responde aos outros participantes da comunicação discursiva e a seus enunciados já-ditos, que seriam, a princípio, a "elite liberal", ou seja, os educadores renovadores, e a Dallabrida (2001), uma vez que o livro de Souza (2005) foi, de certo modo, 'encomendado' para a comemoração do centenário do Colégio Catarinense, o que nos leva a questionar a cientificidade de suas informações.

Já Pick (1979) apresenta parte do Regulamento do Colégio de 1906, que destaca a finalidade dessa instituição educacional no momento da sua fundação, a saber:

O Gymnásio Santa Catharina<sup>32</sup> tem por fim proporcionar aos alunos, depois de uma *sólida educação moral e cívica*, a *cultura científica* necessária para a matrícula nos cursos Superiores, sendo dirigida de conformidade com o regulamento e programa do Gymnásio Nacional<sup>33</sup>, com o código de ensino e com *as leis, decretos e instruções que regulam o ensino secundário*. (Colégio Catarinense. "Regulamento do Colégio". O Dia. Florianópolis. 21/08/1906 *apud* PICK 1979, p. 26, grifos nossos).

Nesse documento é enunciada a concepção de educação do Ginásio Santa Catarina, cujo princípio fundante se constitui em "uma sólida educação moral e cívica", seguida da "cultura científica" para o ingresso nos cursos superiores, conforme "as leis, decretos e instruções que regulam o ensino secundário". Como "é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica" (BAKHTIN [ VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36), as palavras em destaque revelam que o ginásio tinha como ideologia a formação moral e cívica dos sujeitos aliada aos conhecimentos científicos, bem como seguia a legislação do ensino secundário, o que nos remete à aliança entre os padres jesuítas alemães e o governo catarinense. Por isso, Soares (2015) afirma que a direção do

.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Mais tarde denominado *Ginásio Catarinense*.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Passou a ser chamado *Colégio Pedro II*.

ginásio seguia a pedagogia católica e a "Ratio Studiorom", documento sobre os procedimentos educativos e pedagógicos da Companhia de Jesus, que uniformizava as práticas escolares nos seus colégios em diversos países.

Segundo Souza (2005), a proposta educacional dos padres jesuítas se projetava em bases sólidas e, no final da década de 20, "o Ginásio já era reconhecido como um dos melhores do país, despertando o desejo das famílias de outros estados e a admiração do poder público federal" (SOUZA, 2005, p.70). O autor destaca também que os professores, os padres jesuítas alemães, tinham uma experiência educacional que remontava ao século XVI, enfatizando o estudo das humanidades<sup>34</sup>.

Ainda segundo Souza (2005), no período de 1930 a 1945, a política de nacionalização do governo Vargas buscava impor seu projeto de uma única cultura de nacionalidade, vinculada aos valores e ideologias de brasilidade, sendo que os padres do Ginásio Catarinense foram convocados pelo arcebispo metropolitano para colaborar nessa ação. Essa afirmação de Souza (2005) nos remete à questão do discurso autoritário (BAKHTIN, 1998 [1975]) da Igreja Católica, o qual o Colégio Catarinense tinha que aderir, além do discurso do Estado que já abordamos, uma vez que Estado e Igreja estavam alinhados ideologicamente em relação ao projeto educacional brasileiro daquela época.

No contexto da política de nacionalização de Vargas, a posição axiológica do Colégio Catarinense está enunciada em Souza (2005) quando afirma que:

[...] até 1945, o modelo pedagógico implantado no Colégio Catarinense exigira o reconhecimento de uma autoridade, o sacrifício pela *edificação da pátria*, a "invenção" ou apropriação de uma *brasilidade* e a internalização de *valores ético-cristãos* considerados capazes de reordenar as condutas sociais e de *perspectivar um projeto nacionalista*. (SOUZA, R.L. 2005, p.145, grifos nossos).

O discurso nacionalista e de edificação da pátria está presente em muitos dos textos publicados nas edições do jornal escolar O

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Ver O Humanismo da *Ratio Studiorum* in SOUZA (2005, p.71-74).

COLEGIAL de 1945 a 1950, revelando que, mesmo com o término do governo de Vargas em 1945, o Colégio Catarinense defendia essa ideologia e os seus valores estavam presentes tanto nas suas práticas pedagógicas e publicações quanto na voz dos alunos que publicavam textos no jornal escolar O COLEGIAL (vide o texto Saudação à Bandeira Nacional, figura 2).

Figura 2 - O COLEGIAL, Florianópolis, dez. 1946, n.9-10, Ano I, p.1.



Com a retomada do processo democrático no Brasil e a posse de Dutra no fim de janeiro de 1946, começam a ocorrer mudanças nos discursos educacionais. A promulgação da Constituição de 1946, "caracterizada pelo espírito liberal de seus enunciados" (ROMANELLI, 2014, p.175), estabeleceu (artigo 5°, inciso VI, letra "d") que cabe à

União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional<sup>35</sup>. Essas alterações, segundo Saviani (2013), fortaleceram a retomada das ideologias dos educadores renovadores e forçaram os educadores católicos a promoverem mudanças nas suas práticas educativas baseadas até então nas ideologias da pedagogia católica. Nas palavras do autor,

A questão que estava em pauta era, pois, renovar a escola confessional sem abrir mão de seus objetivos religiosos. Para os colégios católicos, cujo alunado integrava as elites econômica e cultural. era, mesmo, uma questão sobrevivência. Com efeito, com o predomínio do ideário renovador, as famílias de classe média tendiam a usar como um dos critérios de escolha da escola para seus filhos a sintonia metodológica com as novas ideias pedagógicas. A Igreja precisa renovar-se pedagogicamente sob o risco de perder a clientela. O caminho que a Igreja Católica encontrou foi assimilar a renovação metodológica sem abrir mão da doutrina. (SAVIANI, 2013, p.301).

Segundo Saviani (2015), a pedagogia católica no Brasil buscava se adaptar às transformações da sociedade brasileira articuladas aos avanços das ideias novas, o que deu origem à denominada "Escola Nova Católica". Como "não [há] neutralidade dos discursos, uma vez que estes são sempre marcados pela valoração de uma dada ideologia" (PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. 2014, p. 178), o Colégio Catarinense passou a incorporar, no seu discurso pedagógico, os métodos de ensino renovadores, como a ênfase às atividades complementares e, dentre essas, a de produção do jornal escolar O COLEGIAL, mas manteve os valores da pedagogia católica. Assim, foram criados, nas sessões dos círculos de estudo do Colégio Catarinense, os seguintes grupos: o Grêmio Cultural Padre Schrader, o Clube Pan-Americano Colombo, o

\_

Segundo Saviani (2015), os educadores renovadores são chamados pelo ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, para integrar uma comissão com outros educadores católicos para elaborar um anteprojeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tal projeto suscitou inúmeros debates e entraves provenientes das divergências ideológicas entre os educadores tradicionais e os renovadores. Com isso, a aprovação da nossa primeira LDB ocorreu apenas em 20 de dezembro de 1961, entrando em vigor em 1962.

Grêmio Oratório Vieira e o Grêmio Cultural Anchieta, fundados, respectivamente, nos anos de 1945, 1946, 1947 e 1960, segundo Souza (2005, p.181).

O jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) era uma das atividades do Grêmio Cultural "Padre Schrader", sendo produzido pela direção, estudantes, professores do Colégio Catarinense e com a participação de antigos alunos. O primeiro exemplar desse jornal escolar foi publicado em 1945 e, nessa época, o Colégio Catarinense procurava se adaptar aos novos discursos educacionais, às expectativas dos pais e dos estudantes catarinenses e às mudanças na sociedade brasileira, destacando sua tradição na esfera educacional. Na voz de Dallabrida (2008),

[...] O ano letivo de 1945, no Colégio Catarinense, iniciou com uma novidade: o lançamento do primeiro número do jornal "O Colegial: órgão dos alunos do Colégio Catarinense". O título reforçava o status de "colégio" conseguido pelo estabelecimento dos padres jesuítas em 1943, ou seja, a partir daquele ano ele passava a oferecer os dois ciclos do ensino secundário – ginasial e colegial – determinados pela Lei Orgânica do Ensino Secundário. (DALLABRIDA, 2008, p. 147).

Essa publicação estava em consonância com os discursos e ideologias da Escola Nova e da legislação educacional, no que se refere às Leis Orgânicas do Ensino Secundário que enfatizavam as atividades complementares. Além disso, a legislação catarinense reafirmou o discurso oficial federal, pois instituiu a Escola Nova em Santa Catarina através da promulgação do decreto n. 2991, de 28 de abril de 1944, que analisaremos na próxima seção.

Em relação ao Grêmio Oratório Vieira, segundo SOUZA (2005, p.181), "além da finalidade declamatória e oratória, os alunos eram estimulados a estudar assuntos sociais e morais e exortados à luta contra as 'doutrinas negativas". Essa afirmação de Souza (2005), nos mostra o papel ativo do Colégio Catarinense em defender a sua posição axiológica através da produção de discursos voltados não apenas à formação científica dos estudantes, mas também à formação política e, portanto, ideológica.

Com essas ações, o Colégio Catarinense passa a incorporar ao seu discurso educacional as práticas de ensino renovadoras, como as que propunham o trabalho em grupos de estudos para estimular o próprio

esforço do educando, mas a reenunciava e valorava na perspectiva dos valores da pedagogia católica, mantendo sua posição axiológica de instituição educacional católica no cenário da educação catarinense da época.

Em nossa análise do ensino secundário em Santa Catarina, constamos que o Colégio Catarinense teve um papel central na formação dos sujeitos, que tinham acesso à educação secundária e, consequentemente, ao ensino superior. Assim, esses sujeitos, ao passarem a integrar lugares de destaque e de poder na sociedade catarinense da época, teriam adquirido não apenas formação intelectual, mas também formação moral dentro dos valores inacianos, uma vez que a consciência é formada a partir das projeções ideológicas veiculadas pelo grupo social da qual o sujeito está inserido (BAKHTIN, 2004 [1927].

Os discursos das pesquisas de Dallabrida (2001) e Souza (2005) estão em relação dialógica de oposição, no que se refere ao papel dessa instituição de ensino secundário na formação ideológica dos estudantes catarinenses.

O estudo de Dallabrida (2001) trata da cultura escolar do Ginásio Catarinense nas primeiras décadas do século XX, defendendo que esse colégio de padres jesuítas contribuiu para distribuir de forma desigual o capital cultural na sociedade catarinense, posição essa que pode ser estendida aos seus outros trabalhos relativos à educação secundária em Santa Catarina (DALLABRIDA, 2006, 2008, 2012). Já a pesquisa de Souza (2005), que, de certo modo é também a voz dessa instituição, defende que a proposta pedagógica desse educandário esteve explícita em sua trajetória desde o início de sua criação. Ademais, argumenta que, em vários momentos, os padres jesuítas, enquanto diretores, tiveram que se adaptar às imposições das autoridades religiosas e das políticas educacionais dos governos para continuar atuando na educação catarinense, sem, contudo, deixar de seguir os princípios e valores da moral cristã e da pedagogia inaciana.

A constatação do embate de posições axiológicas distintas sobre um tema entre esses dois pesquisadores, no caso o papel do Colégio Catarinense na história da educação catarinense em relação ao ensino secundário, indica a não neutralidade dos discursos nas esferas da atividade humana e, dentre elas, a esfera científica.

#### 4.4 O JORNAL ESCOLAR *O COLEGIAL* (1945-50)

O primeiro número do jornal escolar *O COLEGIAL* foi publicado em janeiro de 1945 pelo Colégio Catarinense, que procurava acompanhar os discursos da pedagogia renovadora. Esse jornal escolar foi uma publicação periódica do Colégio Catarinense entre 1945 a 1950. A periodicidade dessas edições era mensal, mas alguns números continham duas edições agrupadas, em decorrência das férias escolares dos alunos no meio e no final de cada ano letivo.

Para reafirmar sua posição axiológica na sociedade catarinense, ou seja, uma instituição educacional católica que adotava a pedagogia tradicional renovada, o Colégio Catarinense passou a adotar algumas das metodologias de ensino provenientes da Escola Nova e da legislação educacional como, por exemplo, a elaboração de um jornal escolar. Por isso, o projeto de dizer de *O COLEGIAL* — Órgão dos alunos do Colégio Catarinense — tinha como interlocutores não apenas os estudantes e os seus pais, mas também os antigos alunos, as autoridades catarinenses (políticas, religiosas, educacionais, jornalísticas, dentre outras) e os demais sujeitos que integravam essa comunidade escolar e a sociedade catarinense daquela época (cronotopo).

A organização social do jornal escolar *O COLEGIAL* era composta pela direção do Colégio Catarinense, responsável pela publicação, e contava com a participação dos professores (os padres jesuítas), dos estudantes dos ensinos superior e secundário, dos antigos alunos do colégio e, eventualmente, das autoridades eclesiástica, civis e militares, integrando a cultura escolar dessa instituição educacional.

Na leitura das edições de *O COLEGIAL*, depreendemos certas regularidades quanto aos temas, ou melhor, assuntos desencadeadores tratados nos textos publicados, saber: datas cívicas e religiosas; heróis nacionais; santos da Igreja Católica; fatos da vida escolar; homenagens; esportes; literatura (resenhas de livros, poemas, hinos, contos, crônicas, peças teatrais, etc.); memórias do colégio; orientações pedagógicas e educacionais; atividades extracurriculares; lazer (piadas, charge, etc.); e algumas outras matérias, abordando assuntos nacionais e internacionais relacionados aos valores difundidos pelo Colégio Catarinense e pela pedagogia católica.

Apesar dessa diversidade de temas, podemos dizer que os conteúdos do jornal eram organizados pelo Colégio Catarinense, o autor do discurso, a partir de um discurso nacionalista e dos valores da pedagogia católica e inaciana, pois estas estão tematizadas por meio dos signos verbal e visual (fotografias do prédio do Colégio Catarinense, das

atividades dos estudantes, dos passeios, das turmas, dos esportes, entre outras). Dessa forma, o projeto de dizer do jornal escolar O COLEGIAL visava destacar a vida dos estudantes no Colégio Catarinense e o papel desse estabelecimento educacional na formação científica e moral dos estudantes, uma vez que os discursos dos textos publicados no jornal enunciavam como valores o esforço nos estudos e a disciplina individual, os quais ao serem adquiridos pelos sujeitos estudantes levariam à superação de suas dificuldades na esfera escolar. Esse discurso com base nos valores cristãos e nacionalistas tinha a intencionalidade de convencer os estudantes de que "esse era o caminho" para adquirir "a formação moral e científica", e assim "poder se integrar na sociedade e ter um futuro próspero".

Essa ideologia perpassou os discursos de todas as edições do jornal (1945, 1946, 1947, 1948, 1949 e 1950), o que nos remete a Bakhtin quando trata do significado temático do cronotopo, cujo papel é de organizar os principais acontecimentos dos fatos narrados, ou seja, das narrativas sobre o Colégio Catarinense. Por isso, consideramos que o tema Colégio Catarinense é o cronotopo predominante a partir do qual os enunciados de O COLEGIAL se organizam, e essa dimensão cronotópica afeta tanto a produção quanto a compreensão de seus enunciados.

Na análise dos textos verbo-visuais (figura 3), que se encontram na parte superior do jornal, temos: o brasão do Colégio Catarinense dessa época (1945), o nome do jornal e a ilustração da ponte Hercílio Luz de Florianópolis, SC.

O brasão é composto pelo símbolo da Companhia de Jesus, colocado na parte superior esquerda do cabeçalho, para estar em destaque para o leitor. Com isso, é enfatizado que o jornal escolar é uma publicação de um grupo de sujeitos ligados à educação tradicional de base católica, como aponta o texto visual do edifício do Colégio Catarinense, indicando a importância do colégio na sociedade catarinense pela imponência dessa construção material.

Acima dele, está o símbolo da Companhia de Jesus, ou seja, dos padres jesuítas, uma vez que o Colégio Catarinense integra o conjunto de instituições educacionais católicas que seguem a pedagogia inaciana. No centro, temos cinco estrelas e, do lado direito, temos a letra C que remete às iniciais do Colégio Catarinense, ou seja, essa instituição educacional teria os requisitos necessários para atuar como Colégio, segundo a legislação educacional da época, a qual vimos no capítulo 4, bem como as orientações pedagógicas do Colégio Pedro II. A imagem enfatiza que o Colégio Catarinense se situa geograficamente na capital

do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, e faz uma relação entre o nome do colégio e a palavra *catarinense*, uma vez que as pessoas nascidas nesse estado são denominadas por esse adjetivo pátrio. O nome do jornal escolar se encontra ao centro do cabeçalho e em destaque, tanto em relação ao tamanho das letras quanto pela tipologia da letra. A disposição gráfica do nome ao centro está dividindo em duas partes: acima o brasão do Colégio Catarinense e em baixo a cidade de Florianópolis, aponta que a passagem por esse caminho – o do Colégio Catarinense – seria um marco na trajetória do sujeito, uma vez que a ideologia dessa instituição destaca o esforço nos estudos para a futura inserção na sociedade florianopolitana.

A denominação *O COLEGIAL* também se refere ao período da educação brasileira<sup>36</sup> em que os ginásios passaram a oferecer o curso colegial, com duração de três anos, nas seguintes modalidades: curso clássico e científico. Essa escolha aponta que o Colégio Catarinense estava se posicionando axiologicamente enquanto instituição educacional que seguia as disposições legais daquela época e que oferecia os dois níveis de ensino do secundário, o ginasial e o colegial.

A ilustração da ponte Hercílio Luz, situada em Florianópolis, é um dos símbolos dessa cidade, bem como a imagem da natureza com o mar e o sol se pondo ao fim do dia. Em uma tarja abaixo desta parte gráfica são apresentadas as informações da edição: Ano 1, local de publicação — Florianópolis, a data de sua publicação (01/1945) e o número (1). A distribuição de informações do cabeçalho do jornal seguiu as "instruções" do Decreto 2.991 de 28 de abril de 1944, que propunha: "o corpo do jornal compreende o seguinte: o título, a localidade, o município, a data, o número, o ano e o nome dos dirigentes".

Em relação ao título, o decreto dizia que: "o Título é o nome do jornal colocado na primeira página e na parte superior ou de maneira destacada, atendendo ao gosto artístico dos seus compositores". Em relação à localidade, o decreto recomenda que: "A localidade - É o nome do local onde se acha a escola, e, portanto, ao que pertence o jornal. Assim, teremos a seguinte indicação: "órgão mensal da escola estadual, municipal ou particular de (nome da localidade) e, em seguida, como elemento indispensável o nome do município". Como o Colégio Catarinense seguia a legislação educacional da época, o jornal escolar O COLEGIAL utiliza a palavra *órgão*, no sentido de publicação periódica e impressa, na segunda parte do título, a saber: *O Colegial, órgão dos* 

-

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Ver capítulo 4 sobre o ensino secundário no Brasil.

alunos do Colégio Catarinense. Essa expressão indica que o jornal escolar seria uma publicação dos estudantes do Colégio Catarinense, pois marca o enunciador e o local de enunciação. No entanto, como discorremos mais adiante, esse discurso tinha apenas a intencionalidade de posicionar o Colégio Catarinense, frente a sociedade catarinense daquela época, como uma instituição educacional que estava seguindo as mudanças na educação da época propostas pelos renovadores.

Na primeira página, temos a Apresentação encontrada ao lado de um dos símbolos do Colégio Catarinense: a imagem de Santa Catarina, padroeira do Colégio. Esse signo visual indica que a publicação do Colégio Catarinense tem como valores os ideais cristãos da Igreja Católica (esfera religiosa). Embaixo dessa imagem, temos um espaço destinado às seguintes homenagens a sujeitos pertencentes aos grupos sociais das esferas política, religiosa, educacional e militar, respectivamente: a S. Ex.ª Dr. Nereu Ramos, interventor Federal em Santa Catarina; a S. Ex.ª Rev. D. João Domingues de Oliveira, arcebispo metropolitano; aos Ex.º Inspetores do Colégio Catarinense, ciclo ginasial e colegial; ao Rev. P. Diretor do Colégio Catarinense, e as demais autoridades civis, militares e eclesiásticas de Santa Catarina.

Na Apresentação<sup>37</sup> (figura 5), o autor do texto, o Colégio Catarinense, enuncia que uma das finalidades da publicação de *O COLEGIAL* é o desenvolvimento da "cultura das letras"<sup>38</sup>, da literatura denominada do cânone.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Como os textos do jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-1950) estão com pouca legibilidade, destacamos os textos ao lado de cada parágrafo, sempre que isso for possível. Para os textos mais longos, os textos estão em destaque na parte de baixo dos quadros. Nos anexos, encontram-se os originais de cada página de O COLEGIAL da qual foram extraídos os textos e respectivos enunciados.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Geraldi (2010b, p.40), ao discutir a cidade das letras, a cidade das exclusões, diz que "a leitura pressupõe uma escritura. E a escritura erigiu-se historicamente como o espaço da ordem e do limite dos sentidos", o que nos remete ao controle da leitura



Figura 4 - Apresentação. O COLEGIAL, Florianópolis, jan. 1945, n. 1, Ano

I, p.1.

#### Apresentação

Eis o primeiro número de "O Colegial"! Em nome de Deus e sob a proteção de Santa Catarina, esta nova publicação dá início a sua existência. Foi criada a fim de realizar praticamente o anseio que, de longa data, agitava os alunos do Colégio Catarinense. A vida colegial tema suas horas de alegria e de entusiasmo, de tristeza e de abatimento, comunicar tudo isso aos colegas e estreitar sempre mais os laços que nos unem, é o fim precípuo de "O Colegial".

Inútil será frisar que tal finalidade é incentivo poderoso para a cultura das letras. A teoria, muitas vezes seca das disciplinas escolares achará aplicação concreta nas páginas de nosso jornal e, queira Deus, adestrará na difícil arte de escrever, mais de um futuro literato. [...].

Ademais, [...] "O Colegial" está fadado a retribuir e estreitar este louvável intercâmbio literário entre alunos que, amanhã ou depois, lutarão juntos pelo engrandecimento da Pátria comum.

Finalmente "O Colegial" será o portados das lembranças e saudades do Colégio Catarinense a seus antigos alunos [...].

A leitura é concebida como um dos meios de adquirir os conhecimentos literários e, a partir dela, se promove a educação, concebida como "adestramento", ou seja, a realização de exercícios de escrita que visam à formação de futuros escritores, conforme o seguinte trecho: "adestrará na difícil arte de escrever, mais de um futuro literato".

Esse discurso pedagógico refrata a ideologia da formação intelectual pela prática da leitura dos textos literários do cânone escolar e o valor da cultura letrada. Pela sua expressividade, enfatiza a importância da produção textual escrita dos estudantes para que *O COLEGIAL* possa se posicionar pela qualidade de seus textos frente aos jornais e revistas literários das instituições de ensino.

Ademais, indica que o Colégio Catarinense abordava, nas suas práticas de ensino de leitura na disciplina de Português, o programa referente às literaturas portuguesa e brasileira (RAZZINI, 2000) e seus respectivos autores, como vimos no Capítulo 4 desta tese.

Na análise das edições de *O COLEGIAL*, não notamos uma padronização fixa por seções e assuntos, os quais variam conforme o número e o ano. No entanto, a parte referente aos ESPORTES se mantém constante em todas as edições, tendo sempre o espaço integral da quarta página do jornal denominado *O COLEGIAL ESPORTIVO*.

Em suma, como vimos na parte teórica desta tese, o Círculo de Bakhtin estabelece uma relação entre as esferas da atividade humana e as ideologias, pois cada esfera social tem uma finalidade ideológico-discursiva e, consequentemente, uma maneira de significar essa realidade. O jornal escolar é uma das práticas de linguagem da esfera escolar e *O COLEGIAL* (1945-1950), enquanto produto simbólico e, portanto, ideológico, era um dos materiais de leitura disponíveis aos estudantes e à comunidade escolar da sociedade catarinense. Assim, os textos publicados refratavam as ideologias da época, como o nacionalismo, o patriotismo e o higienismo, dentre outros (SILVA FILHO, 2013), e os valores dessa instituição educacional que, a princípio, estavam ligados à formação humanista e cristã baseada na ética do dever.

# 5 A LEITURA DISCURSIVIZADA NO JORNAL ESCOLAR *O COLEGIAL* (1945-50)

Este capítulo apresenta as leis explicativas dos textos e seus sentidos a partir do recorte dos dados. Iniciamos pela constituição da autoria no jornal escolar *O COLEGIAL*, a partir do expediente do jornal. Em seguida, abordamos os valores da leitura, as projeções ideológicas e os sentidos do ensino de leitura a partir dos textos publicados nas edições do jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-50). Esse percurso tem a intencionalidade de depreender, pela análise dos enunciados, as finalidades e os valores da leitura discursivizados no jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-50).

#### 5.1 A AUTORIA EM *O COLEGIAL* E A VOZ DOS ESTUDANTES

Na nossa leitura inicial dos dados, consideramos inicialmente que o jornal escolar seria de autoria dos estudantes do Colégio Catarinense, conforme indicado no título, Órgão dos alunos do Colégio Catarinense, que seguia a legislação educacional daquela época e a pedagogia renovadora que propunha a elaboração de jornais escolares na esfera escolar. Na leitura analítica desses textos, notamos que a voz predominante nos discursos não era a dos estudantes, mas sim da direção do Colégio Catarinense que se intitulava como responsável pelo jornal escolar *O COLEGIAL* (1945-50).

Apesar do que é dito no título do jornal, a saber: O Colegial, órgão dos alunos do Colégio Catarinense, constatamos que a autoria dessa publicação é da direção daquela época do Colégio Catarinense, a qual enuncia, aos seus interlocutores, seu projeto de dizer em relação a essa nova publicação, a saber: "abordar a vida colegial, estabelecer uma maior proximidade com os estudantes e a comunidade escolar, incentivar a cultura da letras, estabelecer um elo entre a teoria das disciplinas e a prática, principalmente auxiliando os alunos na 'difícil arte de escrever', promover o intercâmbio literário e ser o portador das lembranças dos antigos alunos". Esse discurso pedagógico sobre a função do jornal escolar O COLEGIAL está em conformidade com as diretrizes propostas pela Escola Nova, o que evidencia que essa instituição seguia não apenas a legislação educacional da época, mas as tendências pedagógicas em relevância naquele momento histórico.

A análise das edições do jornal escolar *O COLEGIAL* indicou que o discurso pedagógico renovador é adotado apenas parcialmente, pois são mantidas as ideologias e valores da pedagogia católica. Essa

constatação analítica foi evidenciada quando, na análise do primeiro número de *O COLEGIAL*, temos a indicação de leitura de livros na seção LIVROS NOVOS. O livro recomendado para leitura dos estudantes e dos leitores do jornal escolar é "Vida de Santo Inácio de Loiola", publicado pela Editora Brasil em 1944, cuja abordagem é a história desse Santo, fundador da Companhia de Jesus e da pedagogia inaciana, que é seguida pelo Colégio Catarinense, tendo como pano de fundo os acontecimentos históricos do século XVI.

Na leitura das edições de 1949, constatamos que a maioria dos textos era de autoria institucional, pois ocorreu um declínio da participação dos estudantes e dos antigos alunos na produção de textos para o jornal escolar, ao comparamos essa edição com as edições de 1945 a 1948. Por isso, fizemos uma nova leitura da edição de 1949, na qual encontramos, na coluna do Grêmio Padre Schrader (O COLEGIAL, n.7, 1949, p.2), um texto de autoria de um professor que tinha como projeto de dizer convencer os estudantes a participarem das atividades desse grupo de estudos e do jornal escolar *O COLEGIAL*. Essa pouca participação dos estudantes em 1949 em relação aos anos anteriores nos levou a investigar que motivos podem ter ocorrido para um aparente silenciamento das vozes dos estudantes

Ao retomarmos a análise das edições de *O COLEGIAL* dos anos de 1945 a 1948, notamos que, apesar de diferentes vozes enunciadas nos textos (a direção do Colégio Catarinense, os professores, os estudantes que cursavam o ensino secundário, os antigos alunos do colégio, bem como mais eventualmente as autoridades catarinenses), esses discursos endossam a posição axiológica do Colégio Catarinense. Para compreender esse dado, analisamos como se constitui a autoria no jornal escolar *O COLEGIAL* – órgão dos estudantes do Colégio Catarinense, no período de 1945 a 1950, a partir da análise do expediente do jornal.

Para Bakhtin, o autor-criador dá forma ao conteúdo a partir de certa posição axiológica, tendo em vista que todo ato cultural está inserido em uma dada atmosfera ideológica. Por isso, todo enunciado tem como ponto de partida para a sua estruturação um posicionamento axiológico, uma posição autoral. Considerando-se que as produções discursivas são situadas nas esferas da atividade humana, a questão da assinatura do autor em um texto é vista muito além de ser um simples ato, pois indica o seu reconhecimento do conteúdo deste ato: "não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação" (BAKHTIN, 2010 [1920-1924], p. 94). Na assinatura de uma obra, engloba-se a dimensão da responsividade do projeto de dizer do

autor, que está inserido em relações sociais e culturais estabelecidas dentro de determinados papéis sociais, os quais constituem os sujeitos, conforme seu pertencimento nos grupos sociais.

O expediente aparece apenas no segundo ano de publicação de *O COLEGIAL*, em 1946 (Ano II), e no terceiro número (número 03), sendo que se torna uma publicação constante nas edições subsequentes, a saber: 1947, 1948, 1949 e 1950.

O expediente de 1946 aparece na página 2, contendo as seguintes informações, constantes no quadro 4. Nesse ano, os dados indicam que um grupo de sujeitos, com funções distintas, era responsável pela edição e linha editorial do jornal escolar *O COLEGIAL*, que é um jornal escolar do Colégio Catarinense.

Quadro 3 - Primeiro expediente no jornal escolar O COLEGIAL (1946)

#### **EXPEDIENTE**

#### O COLEGIAL

Órgão dos alunos do Colégio Catarinense

Diretor: Hélio Milton Pereira

Gerente: Alfredo Zimmer

Redatores: Hélio Saciolotti de Oliveira

Edio Jose Tomolli Deoclécio Rodrigues

Redação: Colégio Catarinense

Fonte: O COLEGIAL, n.3, 1946, p. 2.

O expediente se manteve inalterado até o número 2 do ano de 1947, ano em que foi alterado o nome do diretor do Colégio Catarinense, sem aparecer mais as funções e os respectivos nomes de gerente e redatores, sendo enfatizado que o jornal escolar está "sob a responsabilidade da Diretoria do Estabelecimento", conforme quadro 5.

#### Quadro 4 - Segundo expediente no jornal escolar O COLEGIAL (1947)

#### **EXPEDIENTE**

#### O COLEGIAL

Órgão dos alunos do Colégio Catarinense Sob a responsabilidade da Diretoria do Estabelecimento

Diretor: Cid Gomes

Gerente: Alfredo Zimmer

Redação: Colégio Catarinense

Fonte: O COLEGIAL, n.2, 1947, p. 2.

Em 1948, quarto ano de publicação do jornal escolar O COLEGIAL, ocorre nova alteração no expediente, pois são tiradas as funções de Diretor e Gerente, com seus respectivos nomes, reafirmando que essa publicação é de "responsabilidade da Diretoria do Estabelecimento", conforme quando 6.

Quadro 5 - Último expediente no jornal escolar O COLEGIAL (1948)

#### **EXPEDIENTE**

#### O COLEGIAL

Órgão dos alunos do Colégio Catarinense Sob a responsabilidade da Diretoria do Estabelecimento

Redação: Colégio Catarinense

Fonte: O COLEGIAL, n.4, 1948, p. 2.

O expediente acima se manteve inalterado nos anos seguintes: 1949 e 1950. Nesse período, observamos que há poucos textos dos estudantes publicados no jornal. Essa análise nos indicou que foi alterada, significativamente, a responsabilidade por essa publicação e, com isso, a seleção dos textos a serem publicados em *O COLEGIAL* (1945-1950). Em outras palavras, a proposta editorial inicial de ser um jornal escolar estudantil, que seguia a legislação oficial e as tendências

pedagógicas dos renovadores, foi gradativamente se alterando ao longo das edições para a de um jornal escolar institucional, com base nas ideologias e valores da pedagogia tradicional católica inaciana. Essa análise também foi decorrente dos temas publicados a partir das edições de 1948, e da pouca participação dos estudantes tanto na organização do jornal, como enunciado no primeiro expediente, quanto nas autorias dos textos.

Esses dados indicaram que, apesar de o jornal escolar *O COLEGIAL* enunciar que se trata de uma publicação dos estudantes, seguindo o discurso pedagógico renovador da época, essa publicação mantinha o discurso da pedagogia tradicional católica, tendo em vista que prevalecia a palavra autoritária, pois a autoria estava sob a responsabilidade apenas da Diretoria do Estabelecimento.

Ademais, apesar da redemocratização do país e da Constituinte de 1946, que iniciaram um processo de renovação econômica e cultural, em termos de língua, segundo Geraldi (2010b, p.24), "reencontra-se a necessidade de corrigir (ou fazer calar). São desse período as gramáticas ainda hoje editadas (com exceção de Rocha Lima, um pouco anterior". Assim, o discurso normativo voltou a prevalecer na esfera escolar e pode explicar, de certo modo, as mudanças ocorridas no Expediente, que visavam o controle dos discursos escritos de *O COLEGIAL*.

Como vimos na seção teórica sobre o autor/autoria no Círculo de Bakhtin, podemos dizer que, no jornal escolar *O COLEGIAL*, a autoria se constitui como autoria institucional, que se é definida como aquela em que "[...] a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual [...]" (ALVES FILHO, 2006, p.20).

Nessa primeira análise, concluímos que *O COLEGIAL* tem como projeto de dizer convencer os seus interlocutores de que a proposta educacional do Colégio Catarinense, baseada na educação tradicional, com ênfase nos valores pátrios e princípios católicos da pedagogia inaciana, incorporou parte do discurso renovador como a produção do jornal escolar e as atividades extracurriculares. Além disso, essa publicação tinha a intencionalidades de convencer seus interlocutores, os leitores de *O COLEGIAL*, de que o Colégio Catarinense seria a melhor opção para a formação dos estudantes, uma vez que levava ao ingresso nos cursos superiores e à inserção profissional na sociedade catarinense.

Segundo a posição enunciativa da autoria do jornal escolar *O COLEGIAL*, essa publicação era de caráter noticioso e literário. Essa

orientação pôde ser notada análise das edições que contêm vários textos literários, tais como a biografia, a fábula, dentre outros, de autoria dos estudantes e de antigos alunos, como veremos nos textos a seguir.

No texto da figura 5, "Um leão quer fundar um Ginásio", publicado em 1947, de autoria de Luiz Carlos S. Tiago, estudante do Colégio Catarinense do 2º ano do curso ginasial, o enredo é construído de modo simbólico, porque os personagens, que são os animais, não somente agem, como pensam – [os animais] iriam estudar bastante para aprenderem a ler e a escrever como os homens. Ao seu final, o autor segue a estrutura da fábula, que geralmente termina com a moral da história, pois encerra seu texto expressando que: "sem sacrificio, nada adianta".

Esse discurso também se faz presente na seguinte biografia sobre a vida e a obra de Esopo, um autor de fábula, de autoria do estudante Nelson Bitar, do 1º ano do Curso Científico (figura 6). O trecho em destaque aponta a visão do autor sobre a ideologia da leitura entre os estudantes, incorporando, de certa forma, os discursos e os valores da instituição de ensino, o Colégio Catarinense. O autor faz uma avaliação da prática social de leitura quando afirma que existem leituras úteis, boas, indicadas, como a leitura das fábulas de Esopo, bem como leituras não indicadas, uma vez que não tem utilidade e não constituem assunto da "juventude estudiosa".

Os valores discursivizados sobre a leitura são a de que a leitura humaniza e leva à formação moral. Nesse caso, o valor é o sacrifício, e esse enunciado dialoga com os valores do Catolicismo, cujo pilar ideológico é o sacrifício de Cristo na crucificação para a salvação dos homens. Essa questão emerge desses enunciados a partir da posição axiológica do autor do texto, o estudante do Colégio Catarinense.

Assim, o discurso do autor, estudante do Colégio, está em relação dialógica de concordância com o discurso institucional, pois refrata os mesmos valores atribuídos à leitura, o que revela a função pedagógica da leitura de textos literários e a eficiência da formação educacional nos valores católicos do Colégio Catarinense

Figura 5 - Um leão quer fundar um ginásio. O COLEGIAL, Florianópolis,

junho 1947, n.4, Ano III, p.2.



#### Um leão fundar quer um Ginásio

No domingo de Páscoa, eu sonhei com os coelhinhos. Uma porção de coelhos de chocolate estava a minha disposição. Quando tava me preparando para começar, um coelho grande, maior que os outros, pôs-se na frente e disse: "Não nos mates, sei que estás com água na boca, mas não nos mates", disse ele.

Então, eu disse sim, que não mataria nenhum coelhinho.

então em sonho como satisfeitos com tanta generosidade os coelhos se reuniram e foram falar com o leão, que era o rei dos animais.

Chegando lá disseram: " Nós viemos aqui, Majestade, para aconselhar o senhor a fundar um Colégio para ensinar os bichos a ler". [...]

Iriam estudar bastante para aprenderem a ler e a escrever como os homens.[...]

Então acordei do sonho. Sem sacrifício, nada adianta. [...] E acabou-se a história.

Luiz Carlos S. Tiago

Figura 6 - Esopo. O COLEGIAL, Florianópolis, outubro 1946, n.8, Ano II, p.5.



#### **ESOPO**

Fabulista grego que, segundo a tradição, é o suposto autor de uma coleção de fábulas, algumas das quais datam dos antigos tempos dos egípcios. Muitas das notícias que a ele se referem (ditos, descrições, dados biográficos, etc.) são meras invenções das últimas épocas. [...]

#### ALGUMAS FÁBULAS

O gato e a pérola: fábula cuja moral é que os leitores perdem o tempo lendo coisas inúteis, ao invés de aprenderem o que é útil.

As pombas e o milhano

ſ...1

O asno e o leão

[...]

Juno e o pavão [...]

O cão e a ovelha [...]

O rato e a rã [...]

Os lobos e as ovelhas [...]

O burro e a cadelinha[...] Nelson Bittar – 1° Cient. Nessa análise dos dois textos (figuras 5 e 6), concluímos que privilegiam a leitura como uma prática que promove a formação moral dos estudantes, sendo que é desenvolvida pedagogicamente a partir da leitura de determinados textos literários selecionados pelos professores, seguidos da escrita da redação escolar. Os textos são de autoria dos estudantes e, também, neles é atribuído à leitura o valor de divertimento e de passatempo, o que seria, atualmente, a ideologia da leitura de textos literários como lazer.

Essa posição axiológica também é reverberada na biografia Fedro, publicada em 1946 e de autoria de um antigo aluno. Os seguintes trechos, que estão ao lado da figura 7, foram destacados por tematizarem a ideologia de que a leitura promove a formação intelectual dos estudantes, no sentido da leitura de obras clássicas da literatura para a aquisição da cultura das letras, no caso da clássica.

Por isso, a leitura das obras consideradas pela instituição escolar como importantes, ou seja, a leitura de obras literárias do cânone, para se obter o conhecimento literário. A concepção de leitura expressa não é apenas a de decifração, mas sim a de que ler é compreender o implícito, o que não está aparente, as segundas intenções: "Esta segunda intenção é, para ele, mais importante do que a ideia manifesta clara, direta. Quem não a compreende não saber ler".

Apesar de ampliar a finalidade da leitura, o ato de ler ainda significa descobrir o sentido figurado que o autor da fábula pensou no momento em que escreveu esse texto literário. A leitura se baseia em não apenas compreender "a ideia manifesta clara, direta", mas o que realmente o autor tinha como finalidade transmitir ao leitor através de uma linguagem metafórica: "A fábula, a seu ver, é um ardil de guerra, inventado para encobrir o pensamento de quem não está livre". Esse recurso estilístico foi muito usado pelos autores das fábulas em determinados momentos históricos.



Figura 7 - Fedro. O COLEGIAL, Florianópolis, março 1946,  $\,$  n.1, Ano II,

## COLUNA DO ANTIGO ALUNO FEDRO

Entre os escritores antigos, é, sem dúvida, um dos mais apreciados pelos jovens. Sua vida particular nos é quase desconhecida. Nenhum escritor do seu tempo o nomeia. Conhecemo-lo apenas através de sua obra.

- [...] Fedro é, pois, o introdutor da fábula de literatura latina. De Esopo hauriu quase todo o argumento, mas o enriqueceu e transformou de tal maneira que se pode considerar novo já por seu estilo, já por suas alusões.
- [...] Fedro não é moralista nem conservador. O epíteto que lhe quadra melhor é o de satírico. A fábula, a seu ver, é um ardil de guerra, inventado para encobrir o pensamento de quem não está livre. Esta segunda intenção é, para ele, mais importante do que a ideia manifesta clara, direta. Quem não a compreende não saber ler.
- [...] as fábulas de Fedro estão traduzidas total ou parcialmente em quase todas as línguas e foram imitadas por não poucos escritores.

Em todos os países cultos, constituem elas um dos assuntos prediletos de leitura da juventude estudiosa.

Em outras palavras, a fábula, um gênero da esfera literária, foi muito usado na esfera escolar para as aulas de leitura visando à formação moral dos estudantes, uma vez que a literatura tinha essa função pedagógica no ensino daquela época, como vimos em Razzini (2000), e eram privilegiados os textos literários. Assim, essa leitura era indicada para a juventude, no caso a juventude católica. O valor atribuído à leitura de fábulas seria a de integrar a cultura clássica, ou seja, os conhecimentos propedêuticos para a formação de *jovens cultos*: "Em todos os *países cultos*, constituem elas um dos *assuntos prediletos de leitura* da *juventude estudiosa*." Nesses trechos são atribuídos à fábula os valores referentes a uma leitura boa, indicada, leitura de jovens cultos e estudiosos e, portanto, de uma determinada elite cultural.

Na análise desses três textos de autoria dos estudantes e de um antigo aluno, o discurso predominante é o institucional, pois esses autores reverberam as ideologias e os valores do Colégio Catarinense. Isso revela que a voz dos estudantes é, de certo modo, silenciada, uma vez que o seu projeto de dizer é reenunciar os já-ditos. Assim, os estudantes apenas repetiam os discursos dos textos lidos nas suas produções escritas, sendo que os textos e livros para a leitura eram somente os indicados pelos professores e pela direção escolar. Esse silenciamento da voz dos estudantes também foi constatado no declínio de sua participação como autores em *O COLEGIAL*, conforme já abordamos na análise do expediente desse jornal escolar no início deste capítulo.

Em relação aos grupos de estudos, como Grêmio Padre Schrader, eles tinham como finalidade reunir os estudantes do ensino secundário do Colégio Catarinense para as diferentes atividades de estudos no âmbito cultural, conforme exposto no capítulo 4 desta tese. O texto, na figura 8, foi publicado em 1945 e tem como tema a vida do Padre Scharader, escrito para uma homenagem póstuma, destacando a sua função de escritor. O discurso enaltece a obra produzida por esse padre jesuíta e enfatiza, pela sua expressividade, a produção científica do referido autor, a saber: Compêndio de Cosmografia, Compêndio de Física e o de Química. No entanto, pela tonalidade do enunciado, é atribuído maior valor à sua produção voltada aos temas religiosos. Com isso, a ideologia da leitura para a formação intelectual é reafirmada, mas prioriza-se a leitura dirigida à formação religiosa de base cristã: "a verdadeira religião, a Católica", ou seja, a leitura para a formação moral.

Figura 8 - Morreu o P. Scharader. O COLEGIAL, Florianópolis, abril.

1945, n.2, Ano I, p.1.



#### MORREU P.SCHARADER

O

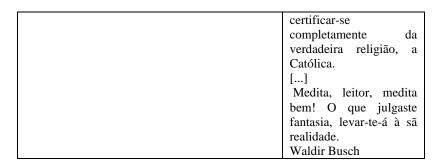
### I SCHRADER

AUTOR

[...] Lancemos à vista estante de livros. Lá encontraremos alinhados um notável Compêndio de Geometria, reunindo que outros não conseguiram senão com 3 ou 4 volumes, seguese um Compêndio de Cosmografia. adotado Faculdades de nomeada de todo o país. Adjetivos, mais OS enaltecedores, brotarão para as duas outras obras seguintes, seja folheando o Compêndio de Física e de Ouímica. [...] encontramos no dorso: P.Godofredo Schrader S.J."

#### [...]

Há ainda outro livro e, além disso, superior aos demais pela sua finalidade. É a *Filosofia Cristã*. Manuseá-lo é esmagar a dúvida a respeito da existência de Deus, é convencer-se da imortalidade da alma, duma vida eterna e



Como "a obra, como réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 279), esse discurso concebe que a leitura leva ao conhecimento da verdade e antecipa uma possível resposta de não-concordância com esse projeto de dizer do autor do texto, quando se dirige diretamente ao leitor: " Medita, leitor, medita bem! O que julgaste fantasia, levar-te-á à sã realidade".

Provavelmente, alguns dos textos publicados no jornal escolar O COLEGIAL, de autoria dos estudantes, eram selecionados entre as melhores redações produzidas nas aulas de Português e que estavam em relação dialógica de concordância com as ideologias e valores dessa instituição educacional. Nesse contexto, a voz do autor, um estudante do Colégio Catarinense, revela que incorporou a ideologia da leitura para a formação intelectual e moral. Isso nos aponta que a formação científica dos estudantes do Colégio Catarinense não era neutra, tendo em vista que apenas determinados livros eram indicados aos leitores, uma vez que os textos anteriores eram de autoria institucional (Santo Inácio de Loiola, Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil e Cupido da Índia) e de um ex-aluno do Colégio Catarinense (Gramática Latina). Concluímos, então, que havia controle do acesso ao discurso escrito e, em consequência, de determinadas leituras, a fim de serem difundidas as ideologias do projeto educacional tradicional de base católico-cristã. Essa posição nos remete a seguinte fala de Bakhtin:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e de conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas

se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos "senhores do pensamento" de uma época verbalmente expressas. algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 294).

O texto da figura 9 tem como projeto de dizer a divulgação das conferências nas quais eram lidos em voz alta "trabalhos de caráter histórico, filosófico e sociológico para o público", que se constituía na comunidade escolar e em membros da sociedade catarinense, ou seja, o conteúdo desses trabalhos primava pela leitura para a formação intelectual.

Nessa perspectiva, a leitura parte do texto escrito para ser realizada em voz alta, ou seja, ler é oralizar o texto escrito. Nesse caso, a finalidade dessa leitura era a formação de oradores, tanto do ponto de vista intelectual quanto do conhecimento de oratória: "estas que tem atraído numeroso auditório com que têm sido proferidas pelo culto orador".

Como não há neutralidade nos discursos, pois "toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2006 [1929], p.135), a seleção de trabalhos e do tema da conferência *A Questão Social no Correr dos Séculos*" indica que provavelmente refratavam a ideologias desse grupo social, ou seja, a comunidade do Colégio Catarinense.

Segundo Chartier (1998), a leitura era um modo de sociabilização comum no século XIX, pois se lia em voz nas sociedades literárias, carruagens, cafés, entre outros. Depois, esse tipo de leitura passa a ser realizado no ensino e pela pedagogia: "fazendo os alunos ler em voz alta, procurava-se paradoxalmente controlar sua capacidade de ler em silêncio" (CHARTIER, 1998, p.143). O autor comenta que também se lia em voz alta em outros lugares institucionais, como a igreja, a universidade e o tribunal.

Figura 9 - Atividades do G. P. Scharader. O COLEGIAL, Florianópolis,

out. 1945, n.8, Ano I, p.2.

#### ATIVIDADES DO "G. C. P. SCHRADER" O "G. C. P. Schrader" conti- | Abreu, Walmir Dias, Ivo Sell, nua apresentando tódas as Jaime Linhares Filho e Walsextas-feiras, numa continui- my Bittencourt, trabalhos de dade deveras admirável, e com caráter histórico, filosofico, grande concurrência por par- sociológico, foram lidos, agrate de seu corpo social, as já dando plenamente à assistêntão esperadas conferências. cia. Outrossim, consignamos Com apenas um mês de viem especial a série de instruda, afora as sessões ordinárias tivas conferências, iniciada peonde são apresentadas trabalo P. Fuger, sob o título de "A lhos os mais diversos, conta já Questão Social no Correr dos nesse curto período duas ses-Séculos", conferências estas sões solenes, a primeira pela que tem atraido numeroso aufundação da novel associação, ditório pela excelência com e a posterior em comemoração que têm sido proferidas pelo à Independência da Pátria, culto orador. tendo tido ambas como convi-Ao Grêmio, pelo esfôrco dedado de honra o Rev. P. Diremonstrado por seus sócios e pelas vitorias iniciais, votos de Da autoria dos senhores continua prosperidade! membros Alcides e Nelson 0. T.

### ATIVIDADES DO G.C. P. **SCHARADER**

 $\mathbf{O}$ G.C.P. Schrader continua apresentando todas as sextas-feiras [...] as tão esperadas conferências[...].

De autoria dos senhores membros Alcides e Nelson Abreu, Walmir Dias, Ivo Sell, Jaime Linhares Filho e Wlamy Bittencourt. trabalhos de caráter histórico. filosófico e sociológico, foram lidos agradando plenamente à assistência. Outrossim, consignamos em especial a série de instrutivas conferências, iniciada pelo P.Fuger, sob o título de A Questão Social no Correr dos Séculos, conferência estas que tem atraído numeroso auditório com que têm sido proferidas pelo culto orador. Ao Grêmio, pelo esforço demonstrado por seus sócios e pelas vitórias iniciais, votos de contínua prosperidade. O.T.

Essas práticas culturais influenciaram, de certo modo, as práticas pedagógicas de leitura adotadas no Colégio Catarinense e nos seus grupos de estudos, que tinham como finalidade a formação doutrinária, e por esse motivo, as leituras indicadas primavam pela formação intelectual e moral dentro de determinados valores e se opunha aos outros discursos daquela época, como veremos mais adiante quando trataremos das "leituras proibidas" e das "leituras a serem combatidas" pelos estudantes secundaristas do Colégio Catarinense.

Em outro texto publicado em 1945 (figura 10), o discurso do autor está em relação dialógica de concordância com os valores atribuídos ao ensino nessa instituição educacional: "o vanguardeiro da instrução moral, cívica e patriótica da mocidade catarinense", bem como ao papel da autoridade e da hierarquia institucional, uma vez que o projeto de dizer é uma homenagem pelo aniversário: "do reverendíssimo Padre Alvino Bertoldo Braun, muito digno diretor deste Colégio". A escolha dos pronomes de tratamento em destaque e da expressão qualificativa ao lado do substantivo diretor marcam essa posição discursiva do autor.

Como estratégia discursiva, o autor se coloca na posição enunciativa de aluno quando afirma, aos seus interlocutores, que vai "apresentar em primeiro plano, as facetas predominantes nas atividades daquele virtuoso sacerdote, no decorrer dos anos de 1940 e 1941, quando ele o mestre, e eu o aluno". Assim, o autor enaltece as atividades do denominado "virtuoso sacerdote", e com a intencionalidade de se posicionar axiologicamente de forma humilde (algo valorizado pelos cristãos), criando empatia com a plateia, o que é um dos recursos da oratória.

Para o Círculo de Bakhtin, "a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. [...] É precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36, grifos dos autores). Esse uso consciente dos efeitos de sentido da palavra enquanto discurso se faz presente na voz do autor do texto quando valora a voz do homenageado, o diretor do Colégio, na seguinte parte do texto: "Fazendo da palavra um instrumento de lapidação espiritual, [...] como fonte inesgotável de sabedoria, condição de suma importância na formação de todo o caráter destinado à futura vida cristã e ao convívio da sociedade". Esse discurso se volta tanto para formação intelectual ("cultura do indivíduo", "assimilação dos ensinamentos contidos nas obras, quer literárias quer de caráter científico"), quanto à formação moral e educacional, por enfatizar a ação do estudante a fim de adquirir os conhecimentos para a sua própria vida, desde que dentro dos valores cristãos.

Cabe ressaltar que esse texto era a transcrição da sessão de discursos do Grêmio Padre Schrader, que tinha como finalidade a leitura em voz alta de trabalhos escritos. Por isso, estão presentes os valores da pedagogia tradicional católica no que se refere à leitura para a formação intelectual e moral. Mas, além disso, estava subentendida, entre o autor

e os seus interlocutores, os leitores presumidos de *O COLEGIAL*, a necessidade de se combater os discursos renovadores da época.

Figura 10 - Justificando o nome do Grêmio C.P. Schrader. O COLEGIAL, Florianópolis, novembro 1945, n.1, Ano I, p.4.



Comemorando o aniversário natalício do reverendíssimo Padre Alvino Bertoldo Braun, muito digno diretor deste Colégio, educandário que é o vanguardeiro da instrução moral, cívica e patriótica da mocidade catarinense, imperioso de consignar é louvar a orientação sadia de seu chefe. [...] "infatigável batalhador em prol de um ensinamento cada vez mais produtivo.

A presente sessão, de aspecto solene, é uma das muito justas homenagens ao [...] mestre e amigo, nada mais é do que uma prova eloquente do quanto os estimam aqueles que tiveram e tem a oportunidade de haurir os sábios ensinamentos dele emanados.

O trabalho em apreço não possui caráter amplo, nem vasto [...]. Tem o trabalho, quero frisá-lo desde já como finalidade dominante, apresentar em primeiro plano, as facetas predominantes nas atividades daquele virtuoso sacerdote, no decorrer dos anos de 1940 e 1941, quando ele o mestre, e eu o aluno.

Glorioso membro da Companhia de Jesus, possuidor de uma sólida cultura extensiva ao terreno científico, mestre absoluto na difícil arte do "bem e do como ensinar. [...] Fazendo da palavra um instrumento de lapidação espiritual, foi assim que ouvi sua voz grave e levemente trêmula explicar a todos aqueles que o escutavam a necessidade de encarar o estudo, não como um meio de satisfazer as exigências do progenitor desejoso em não empregar o dinheiro inutilmente, mas sim como fonte inesgotável de sabedoria, condição de suma importância na formação de todo o caráter destinado à futura vida cristã e ao convívio da sociedade, esta última, as mais das vezes, perniciosa e falsa.

Acrescentava, ainda, aquele inesquecível sacerdote, que a verdadeira cultura do indivíduo não se resumia a assimilação nua e crua dos ensinamentos contidos nas obras, que literárias quer de caráter científico, mas sim consistia ela tão somente no desenvolvimento e consequente beneficiamento desses mesmos ensinos por intermédio do aluno estudioso. Ora se um tal ensinar espelha severidade, necessário se torna o afastamento do mencionado vocábulo para ceder espaço ao substantivo sabedoria.

[...]

Terminada a leitura de sua impressionante oração de preces. Hélio Sacilotti de Oliveira, 2ª Série Clássica

O discurso de defesa dos valores éticos e cristãos da pedagogia católica estava presente em outras publicações do jornal escolar O

COLEGIAL, como no texto O Dia Pan-americano (figura 11). Nos primeiros trechos, é enfatizada a importância dos estudos e, consequentemente, da leitura para a formação intelectual dos estudantes através da leitura em voz alta para a formação de oradores. Esse discurso é reiterado em outros textos analisados, pois tem como projeto de dizer informar a produção dos grupos de estudos do Colégio Catarinense aos seus interlocutores, isto é, os leitores do jornal.

Segundo Souza (2005, p.181), nesses grupos "os alunos eram estimulados a estudar assuntos sociais e morais e exortados à luta contra as 'doutrinas negativas', o que entra em uma relação dialógica de concordância com o discurso do Deputado Antonio Carlos K. Reis". Esse discurso tem como querer-dizer convencer os estudantes e demais sujeitos que estavam no auditório ao combate das denominadas 'doutrinas negativas da dignidade humana' por meio da participação dos jovens católicos nesse movimento para combater as ideologias da juventude comunista. Esse discurso era legitimado pela posição social do autor, o qual, ao se opor aos discursos dos jovens vinculados ao Partido Comunista, leva para a esfera escolar essa posição axiológica ao atribuir valores negativos aos discursos de outros grupos sociais.

Para Bakhtin (1998 [1975]), é importante avaliar as variantes da vinculação da palavra com a autoridade e a organização em torno de si, de massas de outras palavras. Essa situação ocorre na parte em que o autor dessa notícia reenuncia, na forma de discurso indireto (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]), os dizeres do Sr. Deputado Antonio Carlos Konder Reis destacando o lugar social dessa voz: "acentuou a necessidade do manejo hábil das palavras para a defesa dos ideais próprios e coletivos". Esse discurso reafirma o ensino tradicional e a literatura canônica, pois nos mostra que o Colégio Catarinense defendia a sua posição axiológica na educação catarinense, através de suas publicações no jornal escolar *O COLEGIAL*, bem como nas sessões de estudos e conferências. Assim, a formação de oradores entre os jovens teria a finalidade de que, ao adquirirem *o* conhecimento, passassem a combater as ideologias "comunistas", que incidiam nos discursos daquela época, principalmente entre os jovens, segundo esses autores.

Figura 11 - O Dia Pan-Americano. O COLEGIAL, Florianópolis, maio

1947, n.3, Ano III, p.1.



#### O DIA PAN-AMERICANO

Dando cumprimento aos respectivos programas dos Clubes Vieira e Colombo, constituídos pelos alunos do internato sob a direção do Revdo. Pe. Braun, realizaram em conjunto, no dia 14 de Abril, mais uma sessão de estudos.

[...]

Todos esses oradores demonstraram através do brilhantismo de seus trabalhos o quanto tem sido útil para a formação intelectual de seus sócios, os Clube de Oratória Vieira e o Clube Pan-Americano Colombo.

Estando presente à sessão usou a palavra, finalmente, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis. [...] ressaltou o valor de reuniões situou como esta. americanismo como um gesto de amizade. compreensão cristianismo. [...] exultou iuventude católica à luta caldosa e compreensiva contra as doutrinas negativas da dignidade humana. Objetivou esta luta lembrando a necessidade de se contrapor entre um grande movimento de jovens católicos ao perigo da "Juventude Comunista" recém-criada. [...]

Para Bakhtin (1998 [1975]), é importante avaliar as variantes da vinculação da palavra com a autoridade e a organização em torno de si, de

Esse discurso autoritário promovia um embate ideológico entre os jovens estudantes do Colégio Catarinense e os de outras instituições, posto que a interação verbal é condicionada pela organização social e pelas condições em que ela ocorre. Por isso, "em todo signo ideológico confrontam-se índices sociais de valor contraditórios. O signo se torna a desenvolve a luta de classes" onde se (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.46). Essa posição do Colégio Catarinense pode ser explicada pelo cronotopo visto no capítulo 4 desta tese, pois, de acordo com Saviani (2015), a pedagogia católica no Brasil buscava se adaptar às transformações da sociedade brasileira articuladas aos avanços das ideias novas, o que deu origem à denominada "Escola Nova Católica".

Em suma, a maioria dos textos, publicados na coluna do Grêmio Padre Schrader era de autoria dos estudantes secundaristas e, como vimos, refratavam as ideologias e valores do Colégio Catarinense. Em todos esses discursos, o posicionamento ideológico e, portanto, axiológico, foi o de que a leitura tem como finalidade a formação científica e moral dos sujeitos, o que revela a eficiência das práticas pedagógicas do Colégio Catarinense na formação dos estudantes dentro dos valores da pedagogia inaciana, bem como o provável silenciamento das vozes discordantes dos estudantes.

#### 5.2 OS VALORES DA LEITURA

Em uma das seções de *O COLEGIAL*, denominada "Livros Novos ou Novos Livros", eram publicadas resenhas, cujos autores, os professores do Colégio Catarinense e antigos alunos, indicavam a leitura de livros e teciam comentários sobre o teor das obras. Na primeira edição desse jornal escolar, o livro selecionado para essa finalidade foi "Santo Inácio de Loiola", escrito pelo Padre Bertoldo Braun, e publicado pela Editora do Brasil S/A em 1944 (figura 12).

Figura 12 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, jan. 1945, n.1, Ano

I, p.2.



#### LIVROS NOVOS

Acaba de sair do prelo:

## Padre Bertoldo Braun S. J. SANTO INÁCIO DE LOYOLA

Editora do Brasil S.A – S. Paulo -1944

O Rev. P. Diretor do nosso Colégio enriqueceu a literatura hagiogrática e histórica com um livro precioso:

Vida de S. Inácio de Loiola. fundador Companhia de Jesus. contada em frases simples, mas empolgantes. Não é só a história de Inácio, é a história do século XVI. pois não houve nenhum acontecimento em que Inácio nova Companhia não tomaram parte ativa.

De rico conteúdo, cito alguns capítulos: Pagem donairoso, Soldado destemido, Travessura de mancebo, Peregrino penitente, A pé pela Itália, Santo e espião, inquisição e cárcere. Os exercícios espirituais, Inácio, amigo do Brasil...

Um livro, cuja leitura é recreio e aproveitamento. Livro que será utilíssimo a todos que procuram edificação e história.

Principalmente será bem-vindo a todos os amigos da Companhia e aos antigos alunos de iesuítas. O bom livro é uma das maiores preocupações de nossos dias: eis um livro que se recomenda sob todos pontos de vista. A venda em todas as Livrarias da Capital!

Essa indicação, no primeiro número de *O COLEGIAL* (1945), aponta a leitura para a formação intelectual e moral. Constamos esse discurso quando é enunciado pelo autor do texto, a instituição educacional, porque esse texto não está assinado, a seguinte passagem: "Não é só a história de Inácio, é a história do século XVI", que faz prevalecer a relevância do conteúdo histórico e, portanto, intelectual dessa obra, deixando subentendida a intenção de divulgação das ideologias e dos valores morais da pedagogia católica de base inaciana através da leitura dessa obra.

Os discursos remetem à leitura para a formação moral "aproveitamento" e "edificação", sendo, nesse caso, a leitura para a formação religiosa com base nos valores da Companhia de Jesus. A tonalidade – "Livro precioso", "De rico conteúdo" – marca a posição valorativa do autor do texto que enaltece os valores cristãos, vinculados à pedagogia católica, de base inaciana, tendo como princípios educativos os desenvolvidos no livro indicado para a leitura nessa seção. Para convencer os seus interlocutores, o autor enuncia que a leitura dessa obra é uma forma de divertimento, de lazer, ou seja, na voz do autor do texto: "um livro, cuja leitura é recreio".

A valoração atribuída a essa leitura é de que é "utilíssima" (adjetivo no grau superlativo), ou seja, de grande valor, aos sujeitos que "procuram edificação e história", o que nos aponta a função da leitura para o aprimoramento moral e intelectual. O discurso da leitura para a formação intelectual também está presente na segunda indicação de leitura na mesma seção, publicada em 1946 (figura 13). O texto abaixo tem como projeto de dizer convencer os seus interlocutores, os leitores do jornal escolar, sobre a importância da leitura para adquirir conhecimento: "Em nove fartos capítulos, estuda o autor, a mão de uma bibliografia rica, a mitologia de tribos brasileiras" e "Ensaio etnosociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas brasileiras".

Esse discurso reforça a ideologia de que a leitura tem como finalidade a formação intelectual dos sujeitos por meio dos conteúdos científicos: "nove fartos capítulos", "bibliografía rica", valores marcados pela expressividade desses enunciados. O valor do esforço (ideologia do catolicismo) para a superação das dificuldades, é expresso em parte no trecho: "A leitura do livro não é fácil, é um estudo profundo", que aponta para a relação entre leitura e estudo, ou seja, ler para instruir-se, ler para possuir saber.

Figura 13 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, set.1946, n.7, Ano II, p.4.



#### LIVROS NOVOS

Ensaio etnosociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil. Por Ergon Schrader (São Paulo)

Em um número da Revista

### SOCIOLOGIA,

Revista didática e científica, São Paulo (Vol. VII, n.4) 1945. Mas é um livro (72 pgs.).

Em nove fartos capítulos, estuda o autor, a mão de uma bibliografia rica, a mitologia de tribos brasileiras.

Interesse especial!

Desperta o 3ª capítulo que trata dos movimentos messiânicos entre os

índios da América e sua relação com mitos heroicos. [...]

A leitura do livro não é fácil, é um estudo profundo.

A bibliografia indicada se aproveitada em cada página seria por si já é um trabalho tremendo. Se o autor permitisse uma sugestão, formularíamos um pedido de vermos em breve um segundo livro sobre o mesmo assunto, livro de "texto", uma coleção de mitos e narrações, assim como já nos deu uma prova nesta revista de 1945, n.10, no seu artigo: "A terra sem males". P.A.

Em 1947, o livro indicado é a Gramática Latina escrita pelo P. Milton Valente S. J., antigo aluno do Colégio Catarinense nos anos de 1925-1927 (figura 14). A escolha desse livro está em relação dialógica de concordância com a linha editorial do jornal escolar O COLEGIAL, que visava destacar a sólida formação intelectual dos antigos alunos dessa instituição educacional.

Figura 14 - Novos Livros. O COLEGIAL, Florianópolis, abril. 194, n.2,

Ano III, p.2.



# NOVOS LIVROS P. Milton Valente S. J. Antigo aluno nos anos 1923-1927

Gramática Latina (Selhach, Porto Alegre). Ludus 1ª série 4. ed. Ludus 2ª série 2. ed. Ludus 3ª série 1. ed. Estes livros, dum tipo adaptados novo, mentalidade juvenil, conquistaram rapidamente OS Ginásios do Brasil. Assim que a 1ª série já s esgotou em menos de dois anos, a quarte edição.

O douto autor prepara atualmente a quarta série, assim que para o ano letivo de 1948 a coleção estará completa.

O Colegial parabeniza o autor, antigo aluno do Catarinense, que com mão segura e firme sabe elevar o nível científico e cultural das classes estudantis. Esse enunciado já antecipa a resposta ativa de seus interlocutores quanto a uma possível crítica a essa indicação de leitura: "Estes livros, dum tipo novo, adaptados à mentalidade juvenil", mostrando que é uma gramática latina adaptada e que tem por fim: "elevar o nível científico e cultural das classes estudantis". A expressividade desse trecho acentua o valor desse livro como fonte de conhecimento científico e cultural, sendo sua leitura uma forma de adquirir esses conhecimentos, o que demonstra a posição valorativa do autor face ao tema do enunciado.

No contexto histórico da época, quando foi publicada essa matéria em O COLEGIAL em 1947, o ensino de Português, segundo Razzini (2000, p. 99), "arrefecia a febre gramatical dos anos de 1920 e tentava recuperar a função 'tradicional' do ensino do vernáculo e da retórica". No entanto, o Colégio Catarinense, apesar de enunciar que incorporou o discurso renovador como tratado no capítulo 4 desta tese, está em discordância dessa posição oficial enunciada por Razzini (2000), ainda que enuncie tratar-se de uma gramática adaptada às mentes juvenis.

Em 1948, o livro indicado é uma obra literária (figura 15), que foi escrita especificamente para os jovens estudantes, o que, juntamente com a publicação da Gramática Latina (figura 8), também adaptada para esse público, evidencia tendência de produção de obras didáticas no mercado editorial daquela época.

O autor enuncia que, além de ser escrito especialmente para os jovens, "o livro todo é uma lição de moral". Esse discurso é reenunciado em várias partes dessa resenha: "é uma obra de valor inestimável quanto aos seus ensinamentos"; "O livro é feito para jovens e conserva uma moral elevada, muito acima daquelas dos chamados livros para jovens e que tanto se acham difundidos no meio de rapazes incautos". Quando o autor atribui dois diferentes sentidos para a expressão "para jovens", há uma relação dialógica de oposição entre a voz do autor e a voz do mercado editorial, pois esse, ao dizer que as obras são recomendadas para a juventude, não seriam, na posição axiológica do autor dessa resenha, boas leituras, leituras adequadas para a formação intelectual dos estudantes. Ademais, a tonalidade do enunciado aponta que apenas "os rapazes incautos", ou seja, despreparados, sem formação intelectual e moral, seriam convencidos pelo discurso do mercado editorial, que não seria, a princípio, o discurso das editoras que publicavam as obras de conteúdo pedagógico de base católica.

Esse discurso refrata, além da formação intelectual, que a leitura tem a finalidade de formação moral dos jovens. Ao contar a história da colonização em forma de aventura e pela ótica do colonizador, destaca os valores da "resignação e do esforço", empenhados pelos portugueses para a colonização de terras novas. Esse discurso revela a concepção de leitura de obras literárias, no caso adaptadas aos jovens, para o ensino de virtudes que remete à função pedagógica da literatura.

A ideologia da formação moral, pela prática da leitura de determinadas obras consideradas "de valor inestimável" e da rejeição a outras, que não teriam valor, é um discurso recorrente nessas seções de *O COLEGIAL*. Os autores se posicionam contra outras obras, sem citálas explicitamente, ou seja, deixam subentendido que seriam as leituras não recomendadas pela sua ideologia, contrária aos valores da pedagogia tradicional católica do Colégio Catarinense. Esse discurso revela a posição axiológica do Colégio Catarinense em relação à formação de leitores.

Em suma, os quatro primeiros livros indicados aos leitores na seção Livros Novos ou Novos Livros, a saber, Santo Inácio de Loiola, Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil, Gramática Latina e Cupido da Índia, discursivizam a leitura para a formação intelectual e moral dos sujeitos. Contudo, essa leitura é direcionada pelos valores da pedagogia católica dos padres jesuítas alemães, que seguiam as diretrizes de Santo Inácio de Loiola. O tema desses livros revela o caráter enciclopédico e elitista do acesso ao conhecimento e aos saberes escolares, pois são voltados às ideologias defendidas pela pedagogia católica e pelo projeto colonialista em pleno século XX, pois o jornal escolar *O COLEGIAL* foi publicado pelo Colégio Catarinense entre 1945 a 1950.

Figura 15 - Livros Novos. O COLEGIAL, Florianópolis, maio. 1948, n.3,

Ano IV, p.2.

#### LIVROS NOVOS

CUPIDO NA INDIA

Do sr. José Warken.

Recebemos do autor a obra supra citada, escrita especialmente para jovens. Sim para jovens, pois livro todo é uma lição de moral, onde se aprende aquéle amór puro que reina entre Jošé-Maria e Manuel-Júlia, que é fortalecido pelas circunstâncias; perigos, triscias e angústias comuns e que mem cada vez mais os corações. estes jovens e apertam ainda mais os laços de aminade existentes en-

os laços de la lacación de lac ovas. da resignação e esfórço que ova portuguêses, empenhavam na luta pela colonização de terras novas.

Os sofrimentos, as desgraças, er fim tudo que era incomodo, elca tomaram em seus ombros, abando-nando sua terra natal para posopr outras terras.

E qual a recompensa? Quando não a morte, a desgraça, o sofri-

Foi a custo de suor e de sangue que se ergue assim a colonia de Góa (Pangim). A conversão de Djamira e Mahor, são fatos incon-testáveis de quão fervorosos eram

testaveis de quão fervorosos eram estes primeiros colonizadores, que depositavam todas as suas esperanças. Naquele que os guiava do Céu, Deus, e da Virgem Mãe de Cristo, N. S. dos Navegantes.

As aventuras e peripêcias pelas quais passaram estes homens que iam desbravar as terras das Indias, aão de real encantamento, que fascinam o Jovem leitor, e ao mesmo tempo vale-se o autor destas aventuras para inserir conhecimento geográficos, nos quais é o autor, sem favor aigum, uma grande au-

turas para inserir conhecimentogeográficos, nos quais é o autor,
sem favor algum, uma grande autoridade.

Enfim é um livro que além de
constituir um deleite à seus leitores é uma obra de valor inestimivel quanto aos seus ensinamentos.
O livro é feito para jovens e conserva uma moral sempre elevada,
muito acima daquelas dos chamados livros "para jovens" e que
tanto se acham difundidos no meio
rapazes incautos. Esperamos que o
autor continue a produzír livros
deste quilate, uma vez que ja anuncia para breve, um outro initiulado la Formosa Indiana" que ser
ra a continuação deste primeiro.
Aguardemos, pois, este novo trabalho.

## LIVROS NOVOS

CUPIDO DA ÍNDIA

De sr. José Warken

Recebemos do autor a obra acima supracitada, escrita especialmente para jovens. Sim, para jovens, pois este livro todo é uma lição de moral, onde se aprende aquele amor que reina entre José-Maria.

O livro nos dá uma ideia clara da esforco resignação e que portugueses empenhavam na luta pela colonização de terras novas. [...]

Enfim, é um livro que além de constituir um deleite a seus leitores é uma obra de valor inestimável quanto aos seus ensinamentos. O livro é feito para jovens e conserva uma moral elevada, muito acima daquelas dos chamados livros "para jovens" e que tanto se acham difundidos no meio de rapazes incautos. Esperamos que o autor continue a produzir livros deste quilate, uma vez que já anuncia, para breve, um outro intitulado: A Formosa Indiana, que será continuação deste primeiro.

Aguardemos, pois, este novo trabalho.

De modo que "é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação

semiótica" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36, grifos dos autores), as palavras em destaque nesses trechos revelam que, apesar de primar pela formação intelectual dos sujeitos através da transmissão de conhecimentos científicos estabelecidos pela legislação do ensino secundário (o ensino de caráter acadêmico, propedêutico e aristocrático, de exigência obrigatória para o ingresso no ensino superior (RAMOS, 2009; ROMANELI, 2014; SAVIANI, 2015), o jornal escolar *O COLEGIAL* se posicionava axiologicamente pela primazia da formação moral, com base nos valores católicos por meio dessas indicações de leitura.

De certa forma, os discursos sobre leitura, que destacamos no início dessa parte da tese, têm ecos das autoridades que, por muito tempo, "atribuíram poder de guiar e selecionar: a família, a Igreja [...], a escola e, no seu prolongamento, o bibliotecário-público " (CHARTIER, 1998, p. 112). No caso do jornal escolar O COLEGIAL, da esfera escolar e com influência da esfera religiosa, a leitura estava sob responsabilidade dos educadores jesuítas, uma instituição inaciana. A ideologia da leitura para a formação intelectual e moral dos estudantes, ou seja, a partir da leitura é que se promove o acesso a determinados saberes, são considerados, por esse grupo, no caso os padres jesuítas alemães que dirigiam o Colégio Catarinense, como os importantes para a formação dos sujeitos. Essa escolha dos livros, que deveriam ser lidos em detrimento de outros, nos revela as avaliações sociais desse grupo social. Como já vimos, existem avaliações mais estáveis em uma determinada época, que perduram por muito tempo, e outras estão relacionadas aos fenômenos mais próximos e de curta duração. No entanto, todas estão interligadas, pois, segundo Medviédev, "a avaliação social reúne a minuta da época e o assunto do dia com a tarefa histórica. Ela determina a fisionomia histórica de cada feito e de cada enunciado, sua fisionomia de indivíduo, de classe e de época" (MEDVIÉVEV (2012 [1928], p.185).

Em várias edições de *O COLEGIAL*, encontramos textos que tematizam a biblioteca do Colégio Catarinense, como o seguinte (figura 16). Esse discurso refrata a ideologia de que a cultura está nos livros, atribuindo os valores da qualidade, variedade e quantidade do acervo dos padres jesuítas. O projeto de dizer é informar aos interlocutores a finalidade da biblioteca e expressa pela tonalidade do enunciado o tipo de livro que os estudantes encontrariam: leitura boa e instrutiva (valoração), excluindo a presença de determinadas obras não consideradas adequadas aos estudantes. A denominação "alunos externos" se refere aos estudantes do Colégio Catarinense que não

estavam no regime de internato, ou seja, apenas permaneciam nessa instituição de ensino no período destinado às aulas do curso secundário.

Figura 16 - A Biblioteca dos alunos externos do Colégio Catarinense. O COLEGIAL, Florianópolis, jul. 1945, n.5, Ano I, p.2.

A BIBLIOTECA DOS ALUNOS EXTERNOS DO COLE'GIO CATARINENSE (B. A. E.) Esta Biblioteca, mantida pela Congregação Mariana "Nossa Senhora do Rosário" e pelo Centro do Externato do Apostolado da Oração, está à disposição de todos os alunos do Colégio Catarinense. Sua finalidade é proporcionar aos alunos leitura boa e instrutiva. Divide-se a Biblioteca em duas Secções; A e C, contendo a primeira, de preferência amena, ao passo que a segunda está reservada à literatura científica e outras obras destinadas. a leitores dos anos superiores. (Registrada no Instituto acional do Li-A Biblioteca está aberta, todos os dias, depois da última aula do período da manhã. Alugam-se os livros para o prazo de um mês, mediante pagamento de uma taxa de dez centavos por volume. O Bibliotecário.

A BIBLIOTECA DOS ALUNOS EXTERNOS DO COLÉGIO CATARINENSE (B.A. E)

Esta Biblioteca, mantida pela Congregação Mariana "Nossa Senhora do Rosário" e pelo Centre Externato Apostolado da Oração, está à disposição de todos os alunos do Colégio Catarinense. Sua finalidade é proporcionar aos alunos leitura boa e instrutiva. Divide-se a biblioteca em duas Secções A e C, contendo a primeira, de preferência amena, ao passo que a segunda está reservada à literatura científica outras obras destinadas a leitores dos anos superiores (Registrada no Instituto Nacional Livro).

[...] O Bibliotecário Os valores atribuídos à leitura delimitam o espaço físico da biblioteca e, em consequência, a circulação dos estudantes para a escolha de livros: "a primeira, de preferência amena, ao passo que a segunda está reservada à literatura científica e outras obras destinadas a leitores dos anos superiores." Ademais, a seleção de livros que compunham o acervo dessa biblioteca partia de que a leitura tinha como finalidade ser boa (virtudes cristãs) e instrutiva (intelectual e moralmente), para a formação intelectual e ética- cristã dos estudantes.

O silenciamento em relação aos discursos presentes em outras obras publicadas, porém que não constam nesse acervo dos alunos externos do Colégio Catarinense, aponta para o direcionamento dentro da ideologia da pedagogia católica na formação de leitores. Esse fato nos remete à seguinte fala de Bakhtin: "em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, [...]. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos "senhores do pensamento" de uma época (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 294).

Em nossa análise, os discursos sobre as indicações de leitura, publicadas no jornal escolar O COLEGIAL, tinham como intencionalidade a formação ideológica dos estudantes e dos leitores dentro dos valores do catolicismo e da opção política dos padres jesuítas que dirigiam o Colégio Catarinense. Segundo SOUZA (2005, p.181), "os alunos eram estimulados a estudar assuntos sociais e morais e exortados à luta contra as doutrinas negativas". Isso nos mostra o papel ativo do Colégio Catarinense em defender a sua posição axiológica através da produção de discursos voltados não apenas à formação científica e moral dos estudantes, mas também à formação política e, portanto, doutrinária, como é materializado no texto, da figura 17, denominado "Queima de Gibis."

Essa ideologia da formação moral presente nos discursos das indicações de livros para a leitura pode ser explicada pela situação social e histórica da época. Segundo Souza (2005, p. 174-175), a cruzada eucarística iniciada em 8 de agosto de 1949, reunia os estudantes do Colégio Catarinense para prepará-los para realizarem determinadas ações no ambiente escolar. Dentre as obrigações dos cruzados, o autor destaca "a campanha da boa leitura", lançada em 1950 para que os alunos menores juntassem gibis e jornais infantis considerados 'perigosos' pelo Colégio Catarinense.

O resultado dessa campanha foi publicado no texto em O COLEGIAL (figura 17, denominado "Queima de Gibis"), reafirmando os valores atribuídos às leituras não permitidas por essa instituição.

Figura 17 - Queima de Gibis. O COLEGIAL, Florianópolis, ago. 1950, n.6

, Ano VI, p.2.

# QUEIMA DE "GIBIS" Como resultado da campanha contra as leituras perniciosas, os cruzados juntaram uns duzentos "Gibis" e outras revistas semelhantes. A queima dessas publicações foi feita no dia 12/8, após a reunião. Para facilitar a geuima, os cruzados desfizeram as revistas e amassaram as folhas, construindo uma fogueira de quase dois metros de altura. ""Ibis", o Capitão Marwel, o Super-homem, e muitos outros "heróis", desta vez não conseguiram escapar das vermelhas labaredas que os reduziram a cinza.

# **QUEIMA DE GIBIS**

Como resultado da campanha contras as leituras perniciosas, os cruzados juntaram uns duzentos gibis e outras revistas semelhantes. A queima dessas publicações foi feita no dia 12/08 após a reunião.

Para facilitar a queima, os cruzados desfizeram revistas e amassaram as folhas. constituindo uma fogueira de quase dois metros de altura - Ibis, o Capitão Marwel, o Superhomem muitos "heróis", desta não das conseguiram escapar vermelhas labaredas que os reduziram a cinza.

O projeto de dizer desse texto era voltado principalmente aos estudantes do Colégio Catarinense. O tema revela relações dialógicas de concordância com a perseguição de determinadas obras e autores, ocorrida na época da Segunda Guerra Mundial, no seguinte trecho: "constituindo uma fogueira de quase dois metros de altura". Isso pode ser explicado porque a queima de livros é um ato ritual e, portanto, simbólico, praticado em público, com a intencionalidade de demonstrar a oposição cultural, política ou religiosa aos conteúdos de determinadas obras, nesse caso os gibis, que se opõem à ideologia oficial dominante. A queima de livros na Alemanha, no contexto do nazismo, simbolizou a forca do regime político para silenciar as vozes discordantes de sua ideologia, ou seja, para censurar outras formas de cultura. Podemos dizer que esse é um cronotopo sígnico, segundo Rodrigues (2017), e que esse ato de queimar os gibis e de outras obras concebidas como leituras perniciosas está em relação dialógica de concordância com as ações de grupos sociais desse período histórico.

Chartier (1998), ao abordar a relação entre a cultura escrita e a censura de obras consideradas subversivas pelas autoridades políticas e religiosas, afirma que "a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência seus autores, pensavam erradicar para sempre as suas ideais" (CHARTIER, 1998, p. 23). O discurso autoritário é refratado pelo projeto de dizer do autor: "resultado da campanha contras as leituras perniciosas", e "se incorpora indissoluvelmente à autoridade — o poder político, a instituição, a personalidade — com ela permanece e com ela cai "(BAKHTIN, 1998 [1975], p. 144), que seria a voz da instituição educacional e católica, o Colégio Catarinense.

Ao retomar a situação histórica desse período (vide capítulo 4), para Saviani (2013), ela era marcada pelo fortalecimento das ideologias dos educadores renovadores. Como "o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p.46)", esse combate às outras leituras era reflexo da posição axiológica do jornal escolar O COLEGIAL frente aos outros discursos que circulavam em obras e jornais daquela época. Essa análise pode ser confirmada quando Souza (2005) afirma que os estudantes podiam ligarse à Juventude Estudantil Católica do Colégio Catarinense (JEC), fundada em setembro de 1949, que tinha como uma de suas funções a divulgação da "boa imprensa" e dos "bons livros". Segundo o autor, a JEC não se limitava a propagar livros só de editoras católicas, mas "deveria distribuir material de propaganda fornecido por outras editoras,

desde que as obras anunciadas satisfizessem o ponto de vista católico" (SOUZA, 205, p.175).

Como já abordado no capítulo 4, os estudantes do Grêmio Cultural Padre Scharader, como a própria palavra indica "cultural", estudavam literatura portuguesa e brasileira com maior aprofundamento do que os demais, que apenas participavam das aulas regulares. Mas essa era uma das finalidades desse grupo, a outra era de formação doutrinária, pois os estudantes eram orientados a [...] "se contrapor ao perigo da juventude comunista" (SOUZA, 2005, p.181). Podemos afirmar que o Colégio Catarinense defendia a sua posição axiológica através da produção de discursos voltados não apenas à formação científica dos estudantes, mas também política e ideológica, pois integrava o grupo de educadores católicos que combatia as ideologias do grupo dos educadores renovadores e de outros grupos sociais.

Cabe recordar que, nessa época, segundo Saviani (2013), "a questão que estava em pauta era, pois, renovar a escola confessional sem abrir mão de seus objetivos religiosos. [...] O caminho que a Igreja Católica encontrou foi assimilar a renovação metodológica sem abrir mão da doutrina (SAVIANI, 2013, p.301)". Assim, os discursos do jornal escolar O COLEGIAL apontam a incorporação da metodologia renovadora, como a publicação do jornal escolar, os grupos de estudos, entre outras, mas tinham como intencionalidade a manutenção dos valores da pedagogia inaciana, porque havia uma seleção rigorosa dos textos a serem publicados nesse jornal. Nessa perspectiva, os textos publicados eram os que tinham como projeto de dizer a doutrina social católica. Como vimos, o controle das leituras e de determinados comportamentos dos estudantes foi uma das ações, segundo Souza (2005, p. 174-175), da cruzada eucarística iniciada em 8 de agosto de 1949. Essas atividades passaram a ter um espaço denominado Coluna da Cruzada no jornal escolar O COLEGIAL em 1950 (vide o Anexo 16).

Em síntese, os valores atribuídos à leitura como profunda e amena, se relacionam com a prática de ensino da leitura, que analisaremos mais adiante, no sentido de que as obras são classificadas conforme o seu conteúdo e são indicadas para o desfrute ou para o estudo (formação intelectual). Já os valores úteis, recomendada, boa, instrutiva se referem ao conteúdo de cada obra a ser lida pelos estudantes que estão em relação dialógica de concordância com as ideologias da doutrina social católica (formação intelectual e moral).

# 5.3 PROJEÇÕES IDEOLÓGICAS: A LEITURA E A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Nas edições de O COLEGIAL, os três seguintes textos, de autoria do Colégio Catarinense e publicados em 1947 e 1948, tinham como finalidade convencer os seus interlocutores, os leitores do jornal escolar, da importância da cultura letrada, no caso da leitura e da escrita, para a formação intelectual e moral dos sujeitos.

# QUEM NÃO SABE LER E ESCREVER: NÃO PODE COMPREENDER O QUE SIGNIFICA A LIBERDADE

(O COLEGIAL, n.10, dezembro de 1947).

# QUEM NÃO SABE LER E ESCREVER: NÃO PODE SENTIR NEM ADMIRAR OS GRANDES DOCUMENTOS ESCRITOS OUE ATESTAM O PROGRESSO HUMANO

(O COLEGIAL n. 3, maio de 1948).

# QUEM NÃO SABE LER E ESCREVER: NÃO DISPÕE DE ELEMENTOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DE SUA PRÓPRIA PERSONALIDADE

(O COLEGIAL n. 4, junho de 1948).

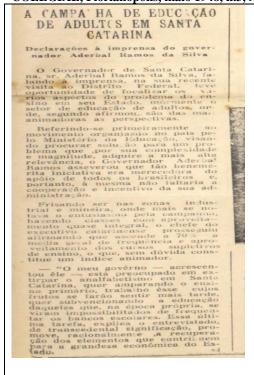
Esses discursos têm uma chamada que se repete: QUEM NÃO SABER LER E ESCREVER. Na sequência, cada um deles diz ao leitor que os não-alfabetizados vão ter determinadas "lacunas ou ausências" em sua formação intelectual e moral, caso permaneçam nessa condição. Essa primeira parte enuncia que é preciso primeiro saber ler para depois escrever, ou seja, a leitura como condição da escrita de textos. A segunda parte enumera, em cada texto, o que o sujeito não possui por não ser leitor e escritor, a saber: a perda da liberdade, o impedimento de

acessar os bens culturais escritos como as grandes obras científicas, literárias e filosóficas, e a incapacidade de aperfeiçoamento pessoal e, consequentemente, social. Assim, observamos que havia uma relação entre a ideologia da leitura para a formação moral e intelectual e a de que a alfabetização seria a porta de entrada para o universo dos livros, do conhecimento, da cidade das letras.

Na nossa análise das edições de 1948, constatamos que esses três textos estão em relação dialógica de concordância com duas notícias que o jornal escolar O COLEGIAL transcreveu da imprensa da época e publicou em 1948.

A primeira se refere ao discurso do governador de Santa Catarina daquela época, Aderbal Ramos da Silva, dirigido à imprensa local sobre a Campanha de Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina (figura 18). Essa declaração foi publicada no jornal escolar O COLEGIAL, na edição de maio de 1948 (n.03, p.01, ano IV). O projeto de dizer é a campanha de alfabetização de adultos no país e no Estado de Santa Catarina. O discurso do governador, que nos remete à palavra autoritária, é marcado pela relação dialógica de concordância com a ideologia oficial do governo federal em relação à alfabetização de adultos, pois, ao iniciar seu enunciado se referindo "ao movimento organizado no país pelo Ministério da Educação" e pela tonalidade do enunciado, expressa os seguintes valores frente a essa questão: "um problema que, por sua complexidade e magnitude, adquire a mais alta relevância".

Figura 18 - Campanha de Educação de Adultos em Santa Catrina. O COLEGIAL, Florianópolis, maio 1948, n.3, Ano IV, p.1.



## A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM SANTA CATARINA

Declarações à imprensa do governador Aderbal Ramos da Silva.

O Governador de Santa Catarina, sr. Aderbal Ramos Silva. falando imprensa, na sua recente visita ao Distrito Federal, oportunidade focalizar os vários aspectos do problema do ensino em seu Estado, mormente o de setor educação de adultos. onde, segundo afirmou, são das mais animadoras perspectivas.

Referindo-se primeiramente ao movimento organizado no país pelo Ministério da Educação, visando procurar solução para um problema que, por sua complexidade e magnitude, a adquire a mais alta relevância. Governador Aderbal Ramos asseverou que tão benemérita iniciativa era merecedora do apoio de todos os brasileiros portanto, à mesma não faltaria a cooperação e incentivo da sua administração. [...]

O meu governo –
 acrescentou ele – está
 preocupado em extirpar o
 analfabetismo em Santa
 Catarina, quer amparando o
 ensino primário, trabalho

esse cujos frutos se farão sentir mais tarde, quer subvencionando a educação época daqueles que, na própria. viram se impossibilitados de frequentar bancos os escolares. Essa última tarefa, explica entrevistado. de transcendente significação, promove, racionalmente, a recuperação dos elementos que contribuem para grandeza econômica do Estado.

Em seguida, o discurso se dirige aos interlocutores catarinenses quando tematiza a situação do analfabetismo em adultos no Estado de Santa Catarina: "O meu governo – acrescentou ele – "está preocupado em extirpar o analfabetismo em Santa Catarina", o que nos remete ao discurso do analfabetismo como uma doença a ser combatida. Isso será feito, segundo o autor, com o amparo ao ensino primário, "trabalho esse cujos frutos se farão sentir mais tarde, quer subvencionando a educação daqueles que, na época própria, se viram impossibilitados de frequentar os bancos escolares".

Com relação ao ensino primário, em 1946, o Governo de Santa Catarina apresenta suas primeiras iniciativas, visando ampliar a oferta de ensino público, seguindo o disposto pelo governo federal no Decreto-lei nº 8.529 e no Decreto-lei nº 8530, ambos de 02 de janeiro daquele ano, cujo objetivo era a implantação da Lei Orgânica do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ao enunciar que determinados sujeitos "se viram impossibilitados de frequentar os bancos escolares", o autor oculta a política educacional daquela época que priorizou apenas a educação de parte da população brasileira. Esse silenciamento é ideológico, uma vez que, apenas a partir dos governos de Getúlio Vargas, a educação começa a ser pensada como uma questão nacional e de caráter público.

Segundo Romaneli (2014), para organizar a base de um sistema educacional, uma vez que até então não existia uma política nacional de educação (ROMANELLI, 2014), uma das primeiras ações do ministro da educação Francisco Campos do governo de Vargas foi a de baixar um

conjunto de sete decretos, conhecidos como a Reforma Campos (vide capítulo 4). Como essa notícia foi publicada em 1948, o tema está situado no *cronotopo* em que ocorria o embate ideológico entre os educadores católicos e os educadores renovadores frente aos rumos da educação no país (vide capítulo 4). Segundo Saviani (2015), os educadores renovadores são chamados pelo ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, para integrar uma comissão com outros educadores católicos, com a finalidade de elaborar um anteprojeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tal projeto suscitou inúmeros debates e entraves provenientes das divergências ideológicas entre os educadores tradicionais e os renovadores. Com isso, a aprovação da nossa primeira LDB ocorreu apenas em 20 de dezembro de 1961, entrando em vigor em 1962.

Por fim, quando o governador enuncia que a alfabetização "promove, racionalmente, a recuperação dos elementos que contribuem para a grandeza econômica do Estado", está refratando a ideologia da neutralidade da alfabetização, atribuindo o valor de que a leitura e a escrita em si mesmas promovem o progresso econômico e social. Essa ideologia oficial é reverberada nos três enunciados que destacamos de O COLEGIAL, publicados também em 1948 (vide os dados na parte de metodologia desta tese), que estão em relação dialógica de concordância com o discurso do governador.

Para Bakhtin [Volochínov] (2006 [1929]), "não se pode construir um enunciado sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2006 [1929], p.135). Nesses enunciados são atribuídos valores à leitura: ler para ser livre; ler para vencer na vida; ler para ter segurança; ler para ter acesso à cultura escrita; ler para aperfeiçoar a personalidade. Tais valores se referem à ideologia da classe burguesa que tinha acesso à educação escolar.

Além disso, é estabelecida uma relação intrínseca entre leitura e escrita, ou seja, concebe-se apenas a leitura a partir do texto escrito (cultura grafocêntrica): QUEM NÃO SABE LER E ESCREVER. Por fim, temos também o discurso publicitário, pretendendo persuadir o leitor da importância dessa campanha, ao demonstrar que aprender a ler é fácil: É FÁCIL E RÁPIDA A APRENDIZAGEM DA LEITURA: INDIQUE AOS ANALFABETOS, QUE CONHEÇA UMA DAS CLASSES DO ENSINO SUPLETIVO, publicado em maio e junho de 1948 no jornal escolar *O COLEGIAL*.

O texto "Alfabetização em números" (figura 19) está em relação dialógica de concordância com os três textos dos nossos dados, se refere

à estatística sobre a situação da alfabetização na população brasileira, sendo publicado no *O COLEGIAL* de junho de 1948 (n.04, p.04, ano IV). Para reafirmar sua posição de apoio aos governos federal e catarinense, o Colégio Catarinense publica esse texto, assinado pelo Serviço de Educação de Adultos.

Com base na concepção positivista de ciência, o discurso estatístico tem como intencionalidade legitimar a importância da campanha nacional e estadual de Alfabetização de adultos: "[...] Os números acima demonstram o alto sentido da educação de adultos". Sendo assinado pelo órgão denominado Serviço de Educação de Adultos, logo, é a autoria institucional. Acima dessa notícia, temos o seguinte enunciado: "É FÁCIL E RÁPIDA A APRENDIZAGEM DA LEITURA: INDIQUE AOS ANALFABETOS, QUE CONHEÇA, UMA DAS CLASSES DO ENSINO SUPLETIVO." Esse trecho tem como projeto de dizer convencer os seus interlocutores, os leitores do jornal escolar O COLEGIAL, a aderir à campanha.

Se por um lado esse discurso demonstra a situação do analfabetismo em adultos no país, por outro, oculta as outras razões históricas do analfabetismo no Brasil. Um delas seria o não acesso à educação por grande parte da população desde o início do processo de colonização pelos portugueses. Segundo Soares (2012), da alfabetização em português praticada nas escolas menores, os estudantes passavam ao estudo do latim no ensino médio e no ensino superior estudava-se a gramática latina e a retórica a partir de autores latinos como Cícero e Aristóteles.

Figura 19 - Alfabetização em Números. O COLEGIAL, Florianópolis, junho 1948, n.4, Ano IV, p.4.

#### A ALFABETIZAÇÃO EM NÚMEROS

O controle estatístico do analfabetismo no Brasil, como não pode deixar de ser, é de grande importância. A fixação dos números nacionaliza e informa a tarefa de todos que se entregam à campanha. [...]

Apresentamos aqui certos

## A ALFABETIZAÇÃO EM NÚMEROS

O controle estatístico do analfabetismo no Brasil, como não podia deixar de ser, é de grande importância. A fixação dos números racionaliza e informa a tarefa de todos que se entregam à campanha. O conhecimento dos resultados será um estimulo e, por outro lado, as diferenças de Estado para outro devem ensear o sadio espírito de competição.

Apresentamos aqui certos dados. Em 1 de setembro de 1940, dos 20,96 habitantes de 18 anoa e mais no Brasil, 9,14 sabiam ler e escrever, o que nos dá a seguinte proporção: apenas 44% da população adulta era albafetizada. As quotas de alfabetização mostra grandes diferenças para as diversas Unidades da Federação. Depois do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paranão e Paranão, ocupam os quatro últimos são ocupados por Alagoas, Piaui, Maranhão e Paraiña. Em todos os Estados do Sul a quota de alfabetização excede 48%, enquanto que em nenhum dos Estados do norte atinge essa quota 31%.

Podemos adiantar outros dados. Comparadas as quotas de alfatização de 1920 a 1940 verificamos que registrou-se um aumento de 8,8% no número de analfabetos, o que equivale dizer: estariamos daqui a 52 anos com 30% de analfabetos entre a nossa população de 18 anos e mais.

Os números acima demonstramo alto sentido da educação de adutos. Demonstram igualmente de que maneira deve ser distribuido o esfôrço de quantos compreenderam o alcance dessa campanha, tendo em vista as sensiveis diferenças de um Estado para outro.

(Serviço de Educação de Adultos).

dados. Em 1 de setembro 1940 dos 20.96 habitantes de 18 anos e mais no Brasil. sabiam ler e escrever, o que nos dá a seguinte proporção: apenas 44% da população adulta alfabetizada. As quotas de alfabetização mostram diferenças para as diversas Unidades da Federação. Depois do Distrito Federal, Rio Grande do Sul. São Paulo, Santa Catarina e Paraná, ocupam primeiros quatro lugares.

Podemos adiantar outros Comparadas dados. quotas de alfabetização entre 1920 a 1940 verificamos que ocorreu um aumento de 8.8% do número de analfabetos, o que equivale dizer: estaríamos daqui 52 30% anos com de analfabetos entre a nossa população de 18 anos ou mais.

Os números acima demonstram o alto sentido da educação de adultos. Demonstram igualmente de que maneira deve ser distribuído o esforço de quantos compreenderam o alcance dessa campanha, tendo em vista as sensíveis diferenças de um Estado para outro.

(Serviço de Educação de Adultos)

Nessa época, a educação visava à política colonizadora de Portugal e se concentrava, segundo Fávero (2009, p.15), "em pontos estratégicos: os filhos dos colonos em detrimento do índio, os futuros sacerdotes em detrimento do leigo." A autora considera que os colégios jesuíticos formaram a elite colonial, uma vez que apenas instruíam os descendentes dos colonizadores, ficando destinado aos índios apenas a educação cristã, a catequese. Com isso, apenas uma parcela da população tinha acesso à educação formal, à escola, e, com vimos, essa situação perdurou até a década de 50 no Brasil, uma vez que a educação era destinada apenas às elites.

Em suma, a leitura discursivizada no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950) como um dos meios para a formação intelectual tinha como finalidade, por um lado, a defesa da ideologia da prática de leitura para adquirir conhecimento e saber para que o estudante pudesse adentrar na cultura das letras. Por outro, sem desconsiderar esse discurso, a leitura para a formação moral refratava a ideologia dessa prática para o cultivo de valores e a busca da verdade, com base nos valores do grupo social dos educadores jesuítas.

# 5.4 OS SENTIDOS DO ENSINO DE LEITURA NO CURSO SECUNDÁRIO

Na escola brasileira, segundo Fávero (2009), o ensino de português foi incluído no currículo apenas em 1857, no final do século XIX, quando um novo decreto alterou determinadas disposições e a gramática geral e a gramática nacional foram denominadas de Português. Com isso, houve a elaboração de um novo programa: gramática, *leitura*, recitação e exercícios ortográficos. Essa nova denominação, segundo Soares (2012), não alterou as práticas de ensino de Língua Portuguesa, que mantiveram a tradição da gramática, da retórica e da poética desde a referida época até os anos 40 do século XX.

Essa continuidade pode ser explicada pelos alunos que a escola atendia naquela época, isto é, os estudantes dos grupos sociais economicamente privilegiados, que já tinham incorporadas as práticas de leitura e de escrita na modalidade culta da língua portuguesa. Na voz da autora.

Assim, embora a disciplina curricular se denominasse português<sup>39</sup>, persistiram embutidas nela as disciplinas anteriores, até mesmo com individualidade e autonomia, o que se comprova pela convivência na escola, nas cinco primeiras décadas do século XX, de dois diferentes manuais didáticos: as gramáticas e as coletâneas de textos. Evidenciam essa convivência com independência a publicação concomitante de gramáticas e seletas, ambos os gêneros com forte presença na escola, nas primeiras décadas do século XX. (SOARES, 2012, p.150).

Segundo Razzini (2000), o ensino de português não era importante no currículo da escola secundária até 1869, no qual havia o predomínio das disciplinas clássicas, com destaque para o ensino de latim, porque ainda não havia a obrigatoriedade de se ter concluído o ensino secundário para a entrada nos cursos superiores. A seleção para esse nível de ensino era feita pelos Exames Preparatórios, os quais não incluíam os conteúdos referentes ao português. Apenas quando houve a inclusão do exame de Português, a partir de 1870, o currículo do Colégio Pedro II passa a aumentar a carga horária dessa disciplina, havendo certo declínio da formação tradicional. Nas palavras da autora:

[...] a análise dos Programas do Colégio Pedro II revela a lenta transferência e adaptação de velhas técnicas retóricas e poéticas para o currículo de português, ao invés de registrar seu simples desaparecimento. É, pelo menos nesse sentido, que se pode interpretar a introdução, no currículo de português, de *leitura e recitação* (1855), autores clássicos nacionais, portugueses e brasileiros (1860), redação e composição (1870). (RAZZINI, 2000, p.75, grifos nossos).

Segundo Razzini (2000) e Silveira (2013), com a promulgação do Decreto Imperial nº 8051 em 24 de março de 1881, foi estabelecido um

língua portuguesa.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> No caso das citações, mantemos a grafia de cada autor citado; assim, neste caso, observamos que Soares grafa com letras minúsculas o nome da disciplina escolar português. Nesta tese, grafamos com letra maiúscula quando nos referimos à disciplina de *Língua Portuguesa*, e minúscula, à

novo programa para o Colégio Pedro II, no qual o ensino de língua portuguesa passa a figurar em todos os anos do ensino secundário. O Colégio Pedro II, já citado nas seções anteriores deste capítulo, quando discutimos a necessária equiparação das escolas secundárias do Brasil a esse colégio. Situado no Rio de Janeiro, foi a escola média mais importante no Brasil, sendo fundado na corte pelo governo regencial, a partir do Decreto Imperial promulgado em 02 de dezembro de 1837. Esse decreto instituía que o Seminário São Joaquim passasse a oferecer instrução secundária e, assim tornava-se colégio, sendo que, a partir de sua inauguração em 25 de março de 1838, foi denominado Colégio Pedro II. Após a Proclamação da República em 1889, o Colégio Pedro II passa a ser chamado Ginásio Nacional.

Na República, os currículos e compêndios do Ginásio Nacional se converteram em referência dos decretos que regulamentavam os exames preparatórios e o ensino secundário nacional. Desse período até a década de 30, ocorreram muitas modificações nos seus programas de ensino, mas, segundo Razzini (2000) e Silveira (2013), a concepção de ensino de língua portuguesa não foi significativamente alterada, porque ainda tinha como princípio o ensino dos conteúdos gramaticais, visto que sua finalidade era atender às demandas dos cursos superiores até a década de 1930. Com base nas autoras, podemos concluir que os estudos tradicionais predominavam nesse período, e a linguagem era concebida como a expressão do pensamento (GERALDI, 1984), tendo como base teórica o subjetivismo idealista (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]).

Como já vimos, a reforma do ensino secundário (Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931), de Francisco Campos, possibilitou que as escolas secundárias do país fossem equiparadas ao Colégio Pedro II por meio de inspeção federal. Tal medida foi estendida tanto às escolas públicas quanto às escolas particulares, desde que se submetessem a essa inspeção. Com essa reforma, as aulas de línguas foram distribuídas em 16 horas semanais de Português, 9 horas de Francês, 9 horas de Inglês (o alemão era optativo) e 6 horas de Latim.

Segundo Razzini (2000), o programa de português, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde em 30 de junho de 1931, destacava que o ponto de partida para todo o ensino de língua portuguesa seria a leitura dos "bons escritores". A leitura dos textos literários começava como "prosadores e poetas contemporâneos" nas duas primeiras séries, passando pelos "modernos", e os do século XIX, na 3ª e na 4ª série, indo até os do "período" clássico, na 5ª série" (RAZZINI, 2000, p. 99).

Essa organização dos textos era seguida de exercícios de leitura, que eram abordados na seguinte ordem: "explicação dos textos" e do "estudo metódico do vocabulário" (da 1ª à 3ª série) até a "interpretação" dos trechos, e a "análise literária" nas últimas séries (4ª e 5; RAZZINI, 2000, p. 99)'. A partir da leitura desses textos, enfatizava-se a importância de se exprimir corretamente por meio da produção textual oral e escrita, com base no estilo de linguagem desses autores concebidos como modelo a serem seguidos pelos estudantes. Para isso, a prática ocorria por meio dos exercícios orais seguidos de exercícios escritos: na "composição oral e escrita", os alunos aprendiam a descrever, narrar e dissertar, ou seja, a triologia da redação escolar já estava presente no ensino de língua portuguesa; o ensino da gramática se concentrava em morfologia, sintaxe e fonética.

Podemos dizer que esses conteúdos propostos no programa de 1931 permaneceram por muito tempo no ensino de língua portuguesa. Nas palavras de Razzini (2000, p. 99), "o que fica evidente, tanto na precedência da leitura quanto na abordagem menos teórica da gramática (e na maior atenção com os exercícios orais e escritos), é que o ensino de português na década de 1930 arrefecia a febre gramatical dos anos de 1920 e tentava recuperar a função "tradicional" do ensino do vernáculo e da retórica". Razzini (2000) cita o seguinte trecho do programa:

Desde o princípio do curso, o professor procurará tirar o máximo proveito da leitura, ponto de partida de todo o ensino, não se esquecendo de que, além de visar a fins educativos, ela **oferece um manancial de ideias que fecundam e disciplinam a inteligência**, prevenindo maiores dificuldades nas aulas de redação e estilo. (cf. p. 344, apud RAZZINI, 2000, p.100, grifos nossos).

Ainda segundo Razzini (2000), o foco no ensino prático do vernáculo foi reafirmado pela expedição da Portaria 190, em 24 de abril de 1939, por Abgar Renault, diretor geral do Departamento Nacional de Educação:

O estudo da língua e da história nacional está a exigir de mestres e alunos um esforço de exceção, que é um *imperativo da própria nacionalidade*. Cumpre, pois, dedicar-lhe o maior carinho, o mais intenso labor, a mais viva decisão. (BICUDO, J.C. *O ensino secundário no Brasil e sua atual* 

legislação apud RAZZINI, 2000, p.94, grifos nossos).

Para Razzini (2000), esse direcionamento, em um currículo estável e obrigatório, propiciou a implantação da cultura nacional na escola secundária brasileira, processo que havia começado em meados do século XIX, mas que não se completou por causa das condições impróprias de ensino até então vigentes. Essa escolha não era ocasional, pois decorria do discurso nacionalista vigente no governo provisório de Getúlio Vargas, que buscava implantar as ideologias e os valores atribuídos à cultura nacional através do direcionamento dos conteúdos das disciplinas de Português e História.

A criação da relação entre identidade nacional e língua, concebida como única e homogênea, sendo falada por todos os habitantes do país e que, por isso, marcava a identidade do povo brasileiro, foi *tema* do discurso autoritário do governo daquela época. Nesse sentido, essa palavra era a autoritária, pois passou a se se incorporar "indissoluvelmente à autoridade — o poder político, a instituição, [...] aqui é impossível o jogo de distância — convergência e divergência, aproximação e distanciamento" (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 144).

Com essa obrigatoriedade, o Colégio Catarinense passa a estruturar seu currículo a partir das exigências legais da seguinte forma para o Curso Ginasial: Português no 1°, 2°, 3°, 4° e 5° anos; Francês no 1°, 2°, 3° e 4°; Inglês nos 2°, 3° e 4° anos; Alemão (facultativo); e Latim no 4° e 5° anos (SOUZA, p.138-139). Segundo Souza (2005), o português era concebido como "língua pátria" e enfatizado nas atividades pedagógicas, uma vez que "a maior parte do tempo das aulas era empregada na composição da redação no intuito de acostumar os alunos a manejarem com segurança e elegância o idioma vernáculo" (SOUZA, 2005, p.136).

Como é na palavra "que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36, grifos do autor), a denominação de 'língua pátria' indica o discurso nacionalista da época, que também se fazia presente no ensino de língua do Colégio Catarinense. Ademais, a denominação "idioma vernáculo", que se opõe ao "idioma estrangeiro", refrata o discurso patriótico da época e indica a ideologia de língua única, revelando que o ensino de língua no ensino secundário do Colégio Catarinense se baseava na concepção tradicional. Esse discurso sobre as práticas de ensino de língua portuguesa demonstra a

ação das forças centrípetas sobre a língua e os sujeitos que por ela interagem, as quais nos remetem às "forças de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 81).

Como vimos no início deste capítulo, a partir de 1942, com a Reforma Capanema, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, na qual o curso secundário foi dividido em ginasial e colegial. Com isso, por meio da portaria 170, de 11 de julho de 1942, houve alteração do Programa de Português no curso ginasial do Ginásio Nacional, expedido conjuntamente com as outras disciplinas. Ao analisar esse novo programa, Razzini (2000) afirma que:

[...] conservou a preeminência da leitura sobre as outras atividades (gramática, exercícios, redação). No entanto, nas três séries iniciais, a tradicional leitura literária, de "prosadores e poetas contemporâneos e modernos", presente até a Reforma de 1932, foi substituída pela leitura patriótica e nacionalista, de "trechos, em prosa e em verso" que tivessem "por assunto principal", na 1ª série, "a família, a escola e a terra natal"; na 2ª série, "a paisagem e a vida em cada uma das regiões naturais do Brasil"; e na 3ª série, "o amor ao Brasil" e "a conquista da terra, o melhoramento dela e a atualidade brasileira. (RAZZINI, 2000, p.130, grifos nosso).

Esse programa revela a função ideológica da leitura no curso ginasial, que era a de difundir os valores do discurso nacionalista por meio da abordagem dos seguintes temas: *a família*, a escola, o Brasil, as regiões naturais, o amor ao país, a conquista da terra, o seu melhoramento e atualidades brasileiras (vide o texto A Família e o Divórcio na figura 20). Isso nos remete ao "postulado da não-neutralidade dos discursos, uma vez que estes são sempre marcados pela valoração de uma dada ideologia" (ACOSTA-PEREIRA, R; RODRIGUES, R. 2014, p.178), o que demonstra que as orientações educacionais, que são discursos, marcam quais são as funções do ensino de leitura na escola daquela época. Esses temas também estavam presentes em grande parte dos textos publicados nas edições do jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950), que, ao se alinhar ao discurso

pedagógico do governo, reafirmavam o papel esses valores na formação dos estudantes.

Razzini (2000, p.103) destaca que, no programa de português de 1943, divulgado pela Portaria n.87 de 23 de janeiro, dos cursos Clássico e Científico do ensino secundário:

[...] A leitura admitida nas aulas de português do 2° ciclo era só a leitura literária, centrada na transmissão da história da literatura portuguesa e brasileira, por isso ela abrangia textos de autores portugueses e brasileiros "desde trovadores medievais até escritores do século XX". Sua função tradicional, de ponto de partida para outras atividades, foi preservada. Além do estudo da gramática (só na 1ª e 2ª séries), feito através de "comentário filológico-gramatical", a leitura servia de inspiração para os exercícios de redação e composição, e era a base da análise literária. Podemos dizer que a leitura literária, privilegiada no programa de português do 2° ciclo, atingia o objetivo patriótico e nacionalista, estabelecido na lei, quando tratava de nossa literatura, na 3<sup>a</sup> série. (RAZZINI, 2000, p.106, grifos nossos).

Assim, observamos que as orientações eram que o ensino de leitura fosse praticado através dos textos literários do cânone e, a partir da leitura, objetivava que os estudantes adquirissem os valores patrióticos e nacionalistas. A função ideológica da leitura dos textos literários era a formação moral e do caráter dos sujeitos dentro desses valores, os quais estavam estabelecidos na lei quando se tratava da literatura nacional, ou seja, pelo discurso autoritário.

Esse programa revela que a concepção de língua como expressão do pensamento, o subjetivismo idealista (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]), foi a base para a seleção dos conteúdos e metodologias do ensino de leitura no ginasial e nos cursos Clássico e Científico, aliados à cultura nacionalista. Razzini (2000) destaca que apenas a partir de 1951 ocorreram novas mudanças nos programas de ensino de português. Essa posição também é reiterada por Soares (2002), quando afirma que a real modificação no conteúdo da disciplina português se inicia apenas a partir da década de 50, porque a progressiva transformação das

condições sociais e culturais exigiu reformulações na função social da instituição escolar, acarretando mudanças nas disciplinas curriculares.

Ainda segundo Razini (2000), "os programas de português da década de 1950 revelam a manutenção das diretrizes do ensino secundário estabelecidas durante o Estado Novo, cujo decreto-lei 4.244 era sempre evocado nas portarias ministeriais (RAZZINI, 2000, p.105)." Assim sendo, a reforma Capanema assinalou a ascensão definitiva do ensino de português nesse nível de ensino, "uma vez que sua abrangência e carga horária, daí em diante, só tenderiam a aumentar". Isso porque ocorreram poucas modificações desde sua promulgação em 1942 no ensino secundário até o início dos anos de 1960, segundo Razzini (2000, p.104).

Com base em Razini (2000), concluímos que o ensino de Língua Portuguesa manteve o programa curricular estabelecido no Estado-Novo (1930-1945) até a década de 50, mesmo com a promulgação da Constituição de 1946, pautada nos princípios liberais e democráticos. Os cursos ginasial e colegial do Colégio Catarinense seguiram as exigências da legislação e, segundo Souza (2005, p.211), em 1948, o colegial-clássico deixou de fazer parte do currículo dessa instituição, mantendose apenas o colegial-científico, com a disciplina de Português nos quatro anos de curso ginasial e nos três anos de curso colegial-científico.



Figura 20 - O COLEGIAL, Florianópolis, dez. 1945, n. 10, Ano I, p.1.

#### 5.5 AS PRÁTICAS DE ENSINO DE LEITURA

Como abordamos acima, o programa de Português de 1943 destacava a leitura de textos literários e, segundo Razzini (2000, p.103), "a leitura servia de inspiração para os exercícios de redação e composição, e era a base da análise literária (RAZZINI, 2000, p.106). Por isso, a partir da leitura da vida e obra dos escritores modelares segundo a tradição escolástica, os estudantes do Colégio Catarinense escreviam a redação, que se dividia em narração, descrição e dissertação, sendo que alguns desses textos foram publicados no jornal escolar *O COLE*GIAL, conforme veremos a seguir.

O texto da figura 21 foi publicado na seção do jornal escolar *O COLEGIAL*, que foi chamada Frutos de Leitura. Nesse texto, temos uma narração a partir do livro Guerra de Artigas, de Gustavo Barroso, denominada "Os barrigas-verdes", que se inicia com o seguinte trecho: "João de Deus Mena Barreto, futuro primeiro visconde de S. o Gabriel, à frente de uns quinhentos homens, fora enviado pelo general Curado aos passos do Ibirocaí, afluente do Ibicuí, a fim de impedir sua travessia

pelas vanguardas de Artigas que procuravam talar o território de S.Pedro do Sul".

Como a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social, pois "[...] é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36), essa denominação Frutos de Leitura (o substantivo comum *fruto* indica algo concreto e está ligado à locução adjetiva *de leitura*, passando a significar o produto de algo) aponta que esse espaço do jornal escolar *O COLEGIAL* seria destinado à publicação de textos escritos pelos estudantes, a redação<sup>40</sup>, a partir de leituras solicitadas pelos professores.

Assim sendo, o conteúdo do livro que foi indicado pelo professor tem como finalidade a formação intelectual de cunho histórico dos estudantes, porque aborda a participação dos catarinenses na Guerra de Artigas, sendo escrito por Gustavo Barroso. Na narrativa escrita pelo estudante, a parte final do texto refrata, pela sua expressividade, a ideologia de formação moral dentro dos valores nacionalistas e patrióticos.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Ver BUZEN (2006).

FRUTOS DE LEITURA

OS "BARRIGAS-VERDES"

(Guerra de Arligas, Gustavo Barroso)

João de Deus Mena Barreto, futuro primeiro visconde de S. Gash bromenis, fora eraviado pelo general afluente do Ibicui, a fim-de Impedias de Artigas que procuravam talar o território da capitania de S. Na mula de 19 de outubro de 1816, a coluna brasileira avistou os uruguaios e corrientinos do Consultator. Defrontevares melo milhar de brasileiros e guerra do ditador. Defrontevares melo milhar de brasileiros e quasse um milhar de brasileiros e corrientados cabos de guerra do atacaram. Estenderam, calmamente, e quasse um milhar de brasileiros e quasse um milhar de brasileiros e quasse um milhar de brasileiros e na tiradores preserva, no centro; a cavalaria, nas alas.

Mena Barreto pões em bateria do ateria de santa Catarina do afferes Rego Capistrano e a da legiaco de S. Paulo de terento o fogo. Algumas balass rassas lavraram o campo, fazendo recuar os attradores de masses guerrilhass. Duas descara gas seguidas de metralha não atinigarias de pederorias Solidas limitos a linka de couro para de consensa guerrilhass. Duas descara gas seguidas de metralha não atinigarias de pederorias solidas limitos timos timos timos de consensa guerrilhass. Duas descara gas seguidas de metralha não atinigarias de pederorias Solidas limitos de companda de seguidas de metralha não atinigarias de pederorias Solidas limitos de solidas limitos d

Figura 21 - Frutos de leitura. COLEGIAL, Florianópolis, julho 1945, n.5, Ano I, p.1.

João de Deus Mena Barreto, futuro primeiro visconde de S. o Gabriel, à frente de uns quinhentos homens, fora enviado pelo general Curado aos passos do Ibirocaí, afluente do Ibicuí, a fim de impedir sua travessia pelas vanguardas de Artigas que procuravam talar o território de S.Pedro do Sul.

O general detém-se a face radiante junto ao major [...] e le diz: "Granadeiros de Santa Catarina, fostes os vencedores desse dia. Uma aclamação partida das cavalarias que se reformavam em flancos e das artilhaias interrompe-o. É um brado que enche o vasto campo: Vivam os "barrigas-verdes". Então emocionado sem poder concluir o que ia dizer, o general espera novamente o silêncio [...] Outra vez ergue a mão e grita: Vivam os "barrigas-verdes".

O trecho enaltece a ação corajosa dos catarinenses no desfecho da batalha: "É um brado que enche o vasto campo: Vivam os barrigas-

*verd*es. Então emocionado sem poder concluir o que ia dizer, o general espera novamente o silêncio [...] Outra vez ergue a mão e grita: Vivam os *barrigas-verdes*".

Ademais, nessa época, a partir da leitura de obras do cânone literário, segundo Razzini (2000), era enfatizada a importância de se exprimir corretamente na forma oral e escrita, a partir do estilo de linguagem desses autores "modelares". Para isso, na "composição oral e escrita", os alunos aprendiam a descrever, narrar e dissertar. Assim sendo, temos nessa seção uma relação entre a leitura e seu ensino que enfatiza a ideologia de que a leitura precede a escrita, ou seja, lê-se para escrever a redação, que pode vir ou não a ser publicada no jornal *O COLEGIAL*.

O texto da figura 22, "O Caráter", pode ser considerado uma dissertação pela sua textualidade, sendo de autoria de Alberto Zimmer, do 4º Ginasial A. Por sua temática abordar a ideologia da formação moral, esse texto deve ter sido escolhido pelo professor para a publicação em O COLEGIAL, como indica o subtítulo *Frutos de Leitura*. Ademais, o texto defende os valores católicos, como o caráter, e as atitudes dos sujeitos a partir desse valor da pedagogia católica.

Essa prática de ler para escrever a redação nos remete ao ensino de português tradicional baseado no vernáculo e na retórica. Segundo Razzini (2000), o programa de português de 1930 dizia que "o professor procurará tirar o máximo proveito da leitura, [...] não se esquecendo de que, além de visar a fins educativos, ela *oferece um manancial de ideias que fecundam e disciplinam a inteligência* (RAZZINI, 2000, p.100, grifos nossos)".

A prática de ensino de ler e escrever textos priorizando a formação moral ainda se fazia presente nos discursos educacionais em 1945 no Colégio Catarinense. Assim, apesar das escolas seguirem o programa oficial, cada instituição educacional poderia indicar determinadas leituras voltadas ao seu projeto pedagógico, portanto, ideológico, e ocultar ou não recomendar outras leituras. No caso desse texto de *O COLEGIAL*, a leitura tem a finalidade da formação moral dos estudantes, aliada à formação educacional: ler para escrever "bons" textos dentro das ideologias e valores da pedagogia católica, a fim de que fossem selecionados pelos professores para a publicação no jornal escolar *O COLEGIAL*.

Figura 22 - O caráter. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez 1945, n. 9-10.5, Ano I, p.2.



## O caráter

(Frutos de leitura)

O caráter é disposição d'alma como o porte é a compostura do corpo. O primeiro, íntimo, é tendência que se traduz em atos, o segundo é o jeito que se manifesta em atitudes.

Como os componentes do corpo precisam de apoio do esqueleto a alma precisa de caráter que é a estrutura que se firma.

Assim como 0 home sociedade deve comportar-se com decência e nobreza, guardando o respeito que a boa educação impõe, assim também lhe ocorre a obrigação de atender conveniências da moral e da disciplina, portando-se altivez sem soberba, discorrendo sem presunção, trazendo, porém, generosidade, preferindo desarmar a ferir o adversário.

Todas as virtudes se apoiam no caráter, que é a energia que nos mantém a prumo, uma vez, porém, que consintamos em vergá-lo, dificilmente restabeleceremos na primitiva posição já não inflexibilidade que era sua linha honesta, porque nele sempre se há de sentir a volta por onde dobrou.

#### Alberto Zimmer

4º Ginasial A

Como a leitura tinha como finalidade a realização de atividades escolares, pois, segundo Razzini (2000, p.103), o programa de português de 1943 enfatizava "a leitura [como] inspiração para os exercícios de redação e composição, e era a base da análise literária (RAZZINI, 2000, p.106)", o texto da figura 23 pode ter sido uma das atividades desenvolvidas nas aulas de Português e que foi escolhida pelo professor, entre outras, para a publicação no jornal escolar O COLEGIAL. Com o título "A Pasta do Hélio", os personagens são os livros que "reclamam" da brincadeira dos estudantes: "quando um dos meus colegas, cujo nome não quero dizer, teve a ideia de fazer com que os livros do Hélio atravessassem a sala toda."

Figura 23 - A pasta de Hélio. O COLEGIAL, Florianópolis, julho 1947, n.5, Ano III, p.1.



## A Pasta do Hélio

Estávamos num Sábado, na quarta aula, cuja matéria e professor não me ocorre — quando um dos meus colegas, cujo nome não quero dizer, teve a ideia de fazer com que os livros do Hélio atravessassem a sala toda. "E quando por mim passaram — o que? — a cochichar estavam os livros.

O livro de português dizia: Puxa! viagem desagradável a passar por debaixo das carteiras dos outros. [...] A primeira viagem que eu fiz foi desde a casa matriz. onde me fabricaram. até livraria. E isto tudo de avião, juntos com meus irmãos iguaizinhos

mim. [...] quando até então viemos ensinando esses alunos[...]. Isso não é vida de livro! Nós que lhe damos cultura.

Agora, vamos com isto acabar, se não quiserem fazer a redação em caprichado estilo: A Fabulosa Viagem da Mme. Pasta. Foi assim que eu "cacei" estas três páginas de redação. Está pronto! Desculpem... tenho de ir logo entregá-las. Hamilton, 4ª série B

O autor desse texto, o estudante Hamilton do 4º ano Ginasial do ensino secundário, faz referência à escrita da redação nos seguintes trechos: Agora vamos com isto acabar, se não quiserem fazer a *redação* em caprichado estilo: A Fabulosa Viagem da Mme. Pasta" e "Foi assim que eu "cacei" estas três páginas de *redação*. Está pronto! Desculpem... tenho de ir logo entregá-las".

No caso se lê para escrever textos, isto é, escrever a redação. A expressividade dos seguintes enunciados — [...] quando até então viemos ensinando esses alunos. [...] Isso não é vida de livro! Nós que lhe damos cultura" — revela o valor atribuídos aos livros como a fonte de conhecimento, saber e meio para a realização do ensino. Essa relação aponta para a cultura escolar daquela época que tinha como ideologia de que a redação partia primeiro da leitura de textos para, depois, serem escritas as redações, ou seja, lê-se para escrever redações na escola. Essa tradição da esfera escolar é questionada por Geraldi (1994, 2010). Por fim, podemos dizer que esse texto tem como ideologia a formação educacional pela leitura por valorizar o respeito aos livros pelo seu conhecimento, tradição e função.

No texto da figura 24, temos uma biografia, que tematiza a vida e obra de Olavo Bilac, no qual é refratado o discurso nacionalista da época. Como "a enunciação se apoia em sua relação real e material de

um mesmo fragmento da existência, atribuindo a essa comunidade material uma expressão ideológica e um desenvolvimento ideológico posterior" (VOLOCHÍNOV, 2013[1926], p.79), esse discurso é refratado nas seguintes expressões que atribuem valores ao poeta Olavo Bilac, que é denominado como "o primeiro poeta brasileiro", o "Príncipe dos Poetas Brasileiros".

Além das finalidades da leitura para a formação intelectual e moral, esses textos literários, publicados no jornal escolar *O COLEGIAL*, enfatizavam a leitura de autores brasileiros e de suas obras, como Olavo Bilac, uma vez que o programa de português sugeria as leituras literárias:

[...] que tivessem "por assunto principal", na 1° série, "a família, a escola e a terra natal"; na 2° série, "a paisagem e a vida em cada uma das regiões naturais do Brasil"; e na 3° série, "o amor ao Brasil" e "a conquista da terra, o melhoramento dela e a atualidade brasileira. (RAZZINI, 2000, p.130, grifos nosso).

Como Olavo Bilac "do ponto de vista ideológico, foi o poeta que melhor exprimiu as tendências conservadoras vigentes depois do interregno florianista" (BOSI, 2010, p.256), a sua obra era marcada pelo discurso nacionalista e, por isso, estabelecia relação dialógica de afirmação do discurso pedagógico do Colégio Catarinense e do governo federal, o que pode nos levar a concluir que esse seria um dos motivos da publicação dessa biografia no jornal escolar O COLEGIAL, além de que esse poeta e sua produção integram a história da literatura brasileira. Assim sendo, a leitura de sua biografia sugere, ao leitor, que ele venha a conhecer, através da leitura, a obra desse autor, demonstrando sua relevância para a formação educacional do estudante.

A função pedagógica da leitura dos textos literários seria a de ler para construir conhecimento sobre a pátria e para incorporar determinados valores como "o amor ao Brasil". Essa posição axiológica do Colégio Catarinense, expressa através da publicação do texto acima, nos remete à função do ensino secundário da época, que, segundo Romanelli (2014), era a de proporcionar cultura geral e humanística, acentuar a ideologia política do patriotismo e do nacionalismo, dar condições ao ingresso no curso superior e possibilitar a formação de liderancas.

Figura 24 - Olavo Bilac. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez 1946, n.9,

Ano II, p.1.



OLAVO (186519180 BILAC

Nasceu no Rio de Janeiro, Cursou a Faculdade Medicina do Rio e de Direito de São Paulo, as quais deixou para se dedicar ao cultivo das letras. Colaborou, durante muitos anos, em diversos jornais e revistas, nos quais crônicas escreveu novelas

Foi, no seu tempo, o primeiro *poeta brasileiro* pelo vigor na inspiração, pela correção da forma e pela força, colorido e brilho da expressão, com uma imaginação das mais ricas. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras.

Presentemente, os meios estudantis

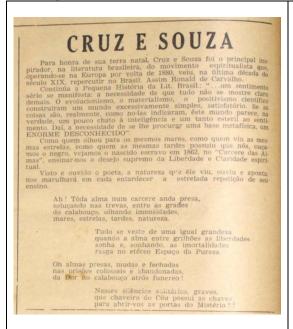
florianopolitanos levam a efeito uma campanha para construção de um busto desse grande literato — o "Príncipe dos Poetas Brasileiros".

Razzini (2000) afirma que o programa de português, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde em 30 de junho de 1931, destacava

que o ponto de partida para todo o ensino de língua portuguesa seria a leitura de "bons escritores". O texto da figura 25 é a biografia de Cruz e Souza, publicada no primeiro número de O COLEGIAL em 1948, na segunda página, ao lado de um texto sobre o Padre Anchieta. Como o texto não está assinado, consideramos que a autoria é institucional, pela escolha do tema. Ademais, esse discurso reforça a concepção pedagógica da literatura para a formação moral dos estudantes do Colégio Catarinense

Essa prática da leitura dos textos literários começava com "prosadores e poetas contemporâneos" nas duas primeiras séries, passando pelos "modernos" e os do século XIX, na 3ª e na 4ª série, indo até os do "período" clássico, na 5ª série" (RAZINI, 2000, p. 99). Isso nos leva a relacionar que os autores dos textos, ou seja, os estudantes, escreveram sobre Olavo Bilac (figura 24) e Castro Alves (figura 25) a partir do conhecimento desses poetas a partir da leitura de suas obras indicadas pelos professores de Português.

Figura 25 - Cruz e Souza. O COLEGIAL, Florianópolis, março 1948, n.1, Ano II, p.4.



## **CRUZ E SOUZA**

Para a honra de sua natal, Cruz Souza foi o principal inspirador, na literatura brasileira. movimento espiritualista que, operando-se na Europa por volta de 1880, veio, na última década do século XIX, repercutir no Brasil. Assim Ronald de Carvalho.

Continua a Pequena História da Lit. Brasil: "... um sentimento sério se manifesta a

necessidade de que tudo não se mostre claro demais. O evolucionismo, o materialismo e o positivismo científico construíram um mundo excessivamente simples, satisfatório. [...] que nós, ouçamos o negro, vejamos o nascido escravo em 1862, no "Cárcere das Almas", ensinar-nos o desejo supremo da Liberdade e Claridade espiritual [...].

A escolha de Cruz e Souza para a leitura e posterior escrita da redação revela que o jornal escolar O COLEGIAL tinha como intencionalidade apoiar "o movimento espiritualista" na literatura brasileira, que se opunha aos discursos "do evolucionismo, do materialismo e do positivismo científico". Como o Simbolismo retoma os valores espirituais, estabelece relações dialógicas de concordância com o discurso pedagógico inaciano no seguinte enunciado: "ensinarnos o desejo supremo da Liberdade e Claridade espiritual" e também com o artigo Arte Espiritual, publicado no último número de 1947<sup>41</sup>. As ideologias refratadas nesses textos são a de que ler é um dos meios para a formação educacional, sendo que essa formação nos permite ter clareza espiritual e liberdade.

Os textos analisados foram escritos e assinados pelos estudantes, antigos alunos dos cursos Ginasial e Científico e pelo Colégio Catarinense. Consideramos que essas publicações resultaram do ensino de leitura na disciplina de Língua Portuguesa, pois, no programa da época (RAZZINI, 2000), o ensino de literatura portuguesa e brasileira tratava da história da literatura. Nas palavras de Razini (2000):

<sup>41</sup> Vide texto Arte Espiritual na figura 1 desta tese.

O programa de português para o 2° ciclo do curso secundário, expedido pela portaria 87, de 23 de janeiro de 1943, era o mesmo para o curso clássico e para o curso científico. Ao contrário do 1° ciclo, o programa do 2° ciclo privilegiava o estudo da literatura, mas da literatura brasileira e portuguesa, descartando de vez a literatura geral (ou universal) dos programas precedentes. Desta maneira, além de registrar o significativo da carga horária de português, a reforma Capanema, ao concentrar o estudo literário nos autores de língua portuguesa, assinalou também a ascensão da literatura brasileira na escola secundária, não mais diluída entre tantas outras. Além disso, a unificação do currículo de português no curso clássico e no curso científico propiciou que a literatura entrasse no exame vestibular de todos os cursos superiores, e não apenas no exame para a faculdade de direito, como fora até a década anterior. (cf. p. 360-62) [...] Na 1° série do "2° Ciclo", eram dadas as "noções gerais de literatura", fornecendo informações sobre "escolas literárias", figuras de linguagem (metáfora, por exemplo), versificação e "**gêneros literários**"; na 2<sup>a</sup> série, eram ensinadas as "noções de história da literatura portuguesa", que iam da "era medieval" à "era moderna"; e na 3<sup>a</sup> série, vinham, finalmente, as "noções de história literária brasileira". divididas "introdução", "era colonial" e "era nacional". Obviamente, a fase nacional era a mais desenvolvida. elencando os principais brasileiros século escritores do XIX. escola literária, apresentados por subdivididos por gênero. O último item desta parte, sem citar nomes, evocou rapidamente a literatura contemporânea, registrando, talvez, a entrada dos autores vivos na história literária brasileira: "O movimento modernista. Principais autores atuais." (RAZINI, 2000, p.101-102, grifos nossos).

Como afirma Razzini (2000), um dos conteúdos de literatura eram os "gêneros literários" (lírico, dramático e épico), sendo que uma das variantes do épico seria o narrativo (romance, novela, conto, crônica, fábula). Na nossa análise das edições de O COLEGIAL, uma parte dos textos publicados pelos estudantes era dos gêneros da esfera literária. Essa ligação entre o programa de português e tais publicações revela que a concepção de leitura em vigor no Colégio Catarinense associava a leitura com o conhecimento da tradição literária, valorizando a história da literatura brasileira e destacando os seus notórios escritores. Em outras palavras, a leitura era concebida a partir dos textos literários do cânone escolar.

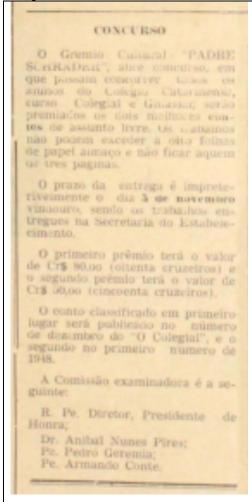
Sendo assim, a seleção de textos a serem publicados em O COLEGIAL, primava, segundo a voz da instituição, pela colaboração de todos, desde que enviassem: "contos, assuntos científicos ou recreativos, selecionados segundo o necessário critério, serão publicados em nossas colunas" (O COLEGIAL, 1945, p.1). Nesse enunciado não estão explícitos os critérios de seleção de textos para a publicação, mas estão subentendidos pela situação de interação verbal. Para reforçar essa posição axiológica do Colégio Catarinense frente aos temas que poderiam estar no jornal escolar, são sugeridos alguns como: "as férias oferecem motivos ótimos. Um passeio, impressões de uma viagem, descrição da natureza ou de costumes [...]. Convidamos os ex-alunos a enviariam seus trabalhos literários (Ver: Colaboração. O COLEGIAL, 1945, p.1, grifos nossos)".

Para incentivar os estudantes secundaristas para a leitura de livros e escrita de textos, o Colégio Catarinense promoveu um concurso de contos através do Grêmio Cultural Padre Schrader (figura 26). O projeto de dizer é comunicar e incentivar os estudantes para a escrita de textos literários para a publicação no jornal escolar *O COLEGIAL*. Esse discurso aponta uma das finalidades da leitura que é a de ler para escrever, sendo, nesse caso, o conto, um texto da esfera literária. Cabe lembrar que a linha editorial de *O COLEGIAL* primava pelas publicações literárias e noticiosas. Assim sendo, os professores do Colégio Catarinense tinham como uma de suas atribuições, nas aulas de Português, incentivar a leitura e a escrita de textos literários a serem publicados no jornal escolar *O COLEGIAL*.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Quando usamos a denominação de gênero nesta parte da tese, estamos nos baseando na concepção dessa época, pautada em BOSI (2006), distinta da nossa base teórica.

Figura 26 - Concurso. O COLEGIAL, Florianópolis, out. 1947, n. 8, Ano

III, p.3.



## **CONCURSO**

O Grêmio Cultural Padre Schrader abre concurso, em que possam concorrer, todos OS alunos do Colégio Catarinense. Curso o Ginasial e Colegial serão premiados OS dois melhores contos de assunto livre. Os trabalhos não precisam exceder a oito folhas de papel amaço e não ficar aquém e três páginas.

O prazo de entrega é impreterivelmente o dia 3 de novembro vindouro, sendo os trabalhos entregues na Secretaria do Estabelecimento.

O primeiro prêmio terá o valor de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) e o segundo prêmio terá o valor de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros).
O conto classificado em

O conto classificado em primeiro lugar será publicado no número de dezembro de O Colegial, e o segundo no primeiro número de 1948.

O texto da figura 27 tem como tema uma das atividades escolares realizada pelos estudantes a pedido do professor da disciplina de Português.

Figura 27 - Teatro. O COLEGIAL, Florianópolis, nov-dez 1946, n. 9-10.5, Ano II, p.3.



## TEATRO As Pistrinas ou Os moinhos subterrâneos de Roma

Fomos incumbidos pelo Padre Prefeito, nosso professor de Português, de fazer uma crítica sobre os atos e sobre o drama que foi representado no dia 19 de novembro: "As Pistrinas". Fico meio descontrolado ao pensar que tenho de buscar assunto para cinco páginas.

O resumo do drama é o seguinte: O Imperador Teodósio, depois de uma grande vitória, voltava a Roma. Os romanos queriam que se levantasse no Senado o altar da deusa Vitória, já derrubado antes por Constantino. Um senador romano, Probo, que era cristão, opôs-se tenazmente a este desejo dos sacerdotes pagãos. [...]

Assim terminou o dramateatro atuado por alunos do Colégio Catarinense. O seguinte trecho aponta que a relação entre a leitura e a escrita de textos fazia parte do ensino de Português: "Fomos incumbidos pelo Padre Prefeito, nosso professor de Português, de fazer uma crítica sobre os atos e sobre o drama que foi representado no dia 19 de novembro: As Pistrinas". O resultado do trabalho dos estudantes foi publicado na coluna TEATRO, em *O COLEGIAL*, ou seja, eles escreveram uma crítica literária, composta de um resumo com comentários, pois seguiam as orientações do professor de Português.

Nessas aulas, a avaliação da leitura era realizada através do texto escrito, ou seja, da uma redação, conforme o texto da figura 28 que tem o seguinte título: Prova de Português do 3º ano Ginasial.

Figura 28 - A prova de Português. O COLEGIAL, Florianópolis, julho 1948, n.5, Ano IV, p.2.



# PROVA DE PORTUGUÊS DO 3º ANO GINASIAL **A festa das virtudes**

assim amigos ouvintes, terminamos nossa parte musical. Dagui poucos instantes, irradiaremos a festa das virtudes. E, enquanto, não a irradiamos, tomem um copo de "Metodina". último fortificante que, em um mês, transformou um raquítico em atleta.

Agora daremos início à mais esperada de todas as festas de irradiação ou irradiação de festas: a festa das virtudes.

Eis que surge no limiar a virtude da Pontualidade, procurando acertar os seu relógio-pulseira pelo salão. [...]. Logo depois acerca-se a Fortaleza, seguida pela Aplicação que vai às pressas para a biblioteca ler todos os

livros de George Bernard Shaw e Mark Twan. Logo após veio a Fé, com os olhos fitos no firmamento e mãos juntas numa espécie de arroubo. A Alegria, é claro, que não faltaria, pois agora mesmo está propondo uma de suas impagáveis charadas.

[...]

A Gratidão e a Bondade que nunca se tinham visto por residirem muito longe uma da outra são afinal também apresentadas, tornando-se logo, para surprese de todos, amigas muito íntimas.

Sinceridade encontra-se também na rodinha.

[...] A Felicidade depois desse incidente voltou a reinar sobre a festa. [...]

Amanhã, até essas mesmas horas, diremos quem teve razão a respeito das provas do 3º ano: se a Bondade ou a Sinceridade.

**Nelson Lima Teixeira** 3° Ginasial B

Como o próprio título indica, a saber: Prova de Português do 3º ano Ginasial, esse texto foi uma avaliação da leitura e da escrita dos estudantes do terceiro ano do curso ginasial através de uma redação. Dentre os vários textos escritos pelos estudantes, o publicado no jornal escolar *O COLEGIAL* foi o de autoria do estudante Nelson Lima Teixeira, do 3º Ginasial, turma B, que tem o seguinte título: "A festa das virtudes". Provavelmente, essa escolha revela que os textos para serem publicados passavam por uma seleção prévia, ou seja, deviam estar em relação dialógica de afirmação das ideologias e valores do Colégio Catarinense.

A formação educacional dos estudantes pelo ensino da leitura e da escrita nas aulas de Português e nas avaliações, como essa prova do 3º ano ginasial publicada no jornal escolar *O COLEGIAL*, refrata a ideologia da leitura para a formação intelectual (ler para escrever) e moral, com a finalidade do desenvolvimento dos valores éticos e cristãos, como a "as festas das virtudes, a Fortaleza, seguida pela Aplicação, que vai às pressas para a biblioteca ler todos os livros".

A concepção de leitura predominante em O COLEGIAL era a da exemplaridade, ou seja, eram lidos os escritores consagrados pela crítica literária e pela história da literatura, porque eram modelos a serem seguidos. Nessa perspectiva, a leitura era concebida como o fundamento para a escrita de textos literários, ou seja, a redação, visando à formação intelectual e moral dos estudantes, uma vez que havia um direcionamento para determinados conteúdos e temas para a leitura no ensino secundário.

Como abordado em vários momentos desta tese, os grupos de estudos Padre Schrader e Padre Vieira trabalhavam pedagogicamente as disciplinas de Literatura e Oratória, com seus respectivos conteúdos, visando à formação dos estudantes nos valores da ética cristã e, portanto, na ideologia da doutrina social católica. O texto da figura 29 faz parte da COLUNA DO GRÊMIO C. P. SCHRADER, que realizava sessões quinzenais de encontros entre os estudantes e comunidade escolar. A finalidade dessas reuniões era a leitura em voz alta dos trabalhos escritos pelos estudantes sobre os temas discutidos no grupo de estudos e posterior publicação na coluna do jornal escolar *O COLEGIAL*.

Figura 29 - Coluna do Grêmio P. Schrader. O COLEGIAL, Florianópolis,

maio 1947, n.3, Ano III, p.2.



# COLUNA DO GRÊMIO C.P. SCHARADER

O Grêmio Cultural Pe. Scharader engalanou-se na noite do dia dezoito de abril para homenagear o poeta social, o poeta idealizador, o vale da liberdade Castro Alves."

Uma enorme assistência ocupava os assentos do salão nobre do Colégio Catarinense. [...]

O associado Nelson Bittar iniciou a série de trabalhos com tema: -"A Escravidão e Castro Alves."

Ao depois, a aluna do Colégio Coração de Jesus, senhorita Olga Terezinha, de declamou magistralmente o vibrante poema de Castro Alves – "Navio Negreiro". Em continuação, o jovem Cássio Pinto da Luz, do curso ginasial, declamou, acompanhado ao piano

acompanhado ao piano pelo Pe. Armando Conte, os poemas: "Os Jesuítas", de Castro Alves.

primeiro orador desenhar soube linhas mestras a figura de Castro Alves sobre o histórico fundo da escravidão: suas palavras foram ouvidas com muita atenção. O segundo orador mostrou vasta erudição a respeito da vida e da obra de Castro Alves. proferindo um discurso realmente belo. [...] A esse jovem orador já cabe o qualificativo de brilhante [...]. Florianópolis, 13 de abril de 1947.

A escolha de Castro Alves, denominado "poeta social, o poeta idealizador, o vale da liberdade Castro Alves", aponta para os valores do sacrifício pelo bem comum da sociedade brasileira, da luta pela liberdade, pelos direitos humanos, a fim se se construir um projeto de nação. Esse discurso estabelece relação dialógica com o de Souza (2005) quando comenta sobre a proposta pedagógica do Colégio Catarinense nesse período que se voltava para "a apropriação de uma brasilidade e a internalização de valores ético-cristãos considerados capazes de reordenar as condutas sociais e de perspectivar um projeto nacionalista. (SOUZA, R.L. 2005, p.145, grifos nossos).

Além disso, a leitura tem como finalidade a formação intelectual: o segundo orador mostrou vasta erudição a respeito da vida e da obra de Castro Alves. Assim, são atribuídos valores a cada discurso proferido pela expressividade desses trechos: "um discurso realmente belo". [...] A esse jovem orador já cabe o qualificativo de brilhante", pois "[...] é precisamente, na palavra, que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica" (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929], p. 36, grifos dos autores).

Como abordamos no início deste capítulo, Razzini (2000) realizou uma análise dos Programas do Colégio Pedro II e chegou a

conclusão de que foi ocorrendo uma "adaptação de velhas técnicas retóricas e poéticas para o currículo de português [...]". Segundo a autora, ocorreu a "introdução, no currículo de português, de leitura e recitação (1855), autores clássicos nacionais, portugueses e brasileiros (1860), redação e composição (1870) (RAZZINI, 2000, p.75, grifos nossos). Esse discurso pedagógico referente à prática da leitura e recitação ecoa nos seguintes enunciados: "a aluna do Colégio Coração senhorita Olga Terezinha, declamou magistralmente o de Jesus. vibrante poema de Castro Alves - "Navio Negreiro" e "o jovem Cássio Pinto da Luz, do curso ginasial, declamou, acompanhado ao piano pelo Pe. Armando Conte, o poemas: - "Os Jesuítas", de Castro Alves". Essas práticas de ensino de leitura do Colégio Catarinense discursivizadas no jornal escolar em 1947 estabelecem relações dialógicas com as práticas tradicionais dos programas do início do século, ou seja, o Trivium, a Gramática, a Poética e a Retórica, uma vez que há convergência de sentidos.

Em relação à Retórica, a arte do bem dizer, os estudantes eram avaliados pelos professores através da reação do público, ou seja, a partir dos ensinamentos adquiridos nas aulas de oratória: "O primeiro orador soube desenhar em linhas mestras a figura de Castro Alves sobre o fundo histórico da escravidão: suas palavras foram ouvidas com muita atenção", o que evidencia por essa prática que o estudante seguiu os ensinamento sobre a arte de bem falar e escrever, isto é, a oratória. Esse enunciado estabelece relação dialógica com as atividades do grupo de estudos Grêmio Oratório Vieira que, além de trabalhar a oratória, "os alunos eram estimulados a estudar assuntos sociais e morais". Por meio desses discursos, o jornal escolar O COLEGIAL defendia a pedagogia tradicional católica e os seus valores, visando influenciar na formação da consciência dos estudantes, uma vez que "a palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; [..] É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2006 [1929], p.37)".

Em suma, os grupos de estudos abordavam a leitura visando a formação de oradores para que esses estudantes viessem a divulgar e a defender em seus discursos, produzidos através de textos escritos, as ideologias e os valores do Colégio Catarinense, ou seja, visavam a formação da juventude católica.

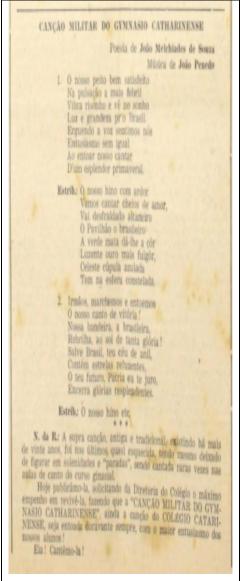
O texto da figura 30 é a Canção Militar do Colégio Catarinense, um poema de autoria de João Melchiades de Souza, com música de João Penedo, publicada em 1946 no jornal escolar *O COLEGIAL*. Em nota de

rodapé, é ressaltado que essa canção faz parte da tradição do Colégio Catarinense e, como foi esquecida nos últimos anos, a finalidade de sua publicação no jornal escolar O COLEGIAL seria de retomar a prática de cantá-la nesse estabelecimento de ensino.

Isso aponta que o discurso nacionalista da época foi incorporado à proposta pedagógica do Colégio Catarinense, que se baseava no respeito à autoridade, na "edificação da pátria, a "invenção" ou apropriação de uma brasilidade e a internalização de valores éticocristãos" a fim de "perspectivar um projeto nacionalista" (SOUZA, R.L. 2005). Por isso, o texto tem como projeto de dizer destacar a importância dessa canção e incentivar os estudantes a cantá-la. Com isso, fica subentendido que o texto deve ser lido, memorizado e cantado, mantendo a tradição. Esse discurso nacionalista e de edificação da pátria está materializado nos textos publicados nas edições do jornal escolar O COLEGIAL de 1945 a 1950, revelando que, mesmo com o término do governo de Vargas em 1945, o Colégio Catarinense defendia essa ideologia e os seus valores nas suas práticas pedagógicas e publicações. Nesse contexto, a leitura tem a finalidade de formação moral dos estudantes, sendo praticada a partir da leitura em voz alta, seguida de memorização e posterior canto, ou seja, lê-se para cantar e assim incorporar os valores de amor à pátria e aos seus símbolos (o hino, a bandeira e a natureza) e para enfatizar a importância da disciplina e do respeito à autoridade, ou seja, à palavra autoritária, conforme indica o uso do verbo cantar no modo imperativo, que indica ordem, a saber: "Eia! Cantêmo-la!".

Figura 30 - Canção militar do Ginásio Catarinense. COLEGIAL,

Florianópolis, outubro 1946, n.8, Ano II, p.6.



CANÇÃO MILITAR DO GYMNÁSIO CATARINENSE

Poesia de João Melchiades de Souza

Música de João Penedo
1.O nosso peito bem satisfeito
Na pulsação a mais febril
Vibra risonho e vê o sonho
Erguendo a voz sentimos nós
Entusiasmo sem igual
Ao entoar nosso cantar
D'um esplendor primaveral!
[...]

Estribo: O nosso hino com ardor

Vamos cantar cheios de amor [...]

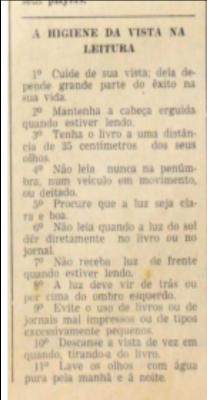
N.da.R: A supra canção, antiga e tradicional, existindo há mais de vinte anos, foi nos últimos anos quase esquecida, tendo deixado de figurar em solenidades e "paradas".

Hoje publicamo-la, solicitando da Diretoria do Colégio o máximo empenho em **revivê-la**, fazendo que a CANÇÃO MILITAR DO GYNÁSIO CATARINENSE, seja entoada doravante sempre, com o maior entusiasmo dos nossos alunos!" Eia! Cantêmo-la!

O texto da figura 31 informa ao leitor os cuidados de higiene da vista que deveriam ser seguidos durante a leitura para a manutenção da saúde dos olhos. Esse discurso higienista da época, segundo SILVA FILHO (2013), foi predominante desde os fins do século XIX até a década de 1940 no Brasil, sendo associado ao discurso da modernidade, que primava pela ideologia de que um país progressista precisaria de um povo saudável para que assim, com saúde, tivesse condições de ser produtivo.

Figura 31 - A Higiene da vista na leitura. O COLEGIAL, Florianópolis, jul. 1046, p. 5, App. H. p. 3

1946, n.5, Ano II, p.3.



# A HIGIENE DA VISTA NA LEITURA

1º Cuide de sua vista: dela depende grande parte do êxito em sua vida.

2ºMantenha a cabeça erguida quando estiver lendo.

3ºTenha o livro a uma distância de 35 centímetros dos seus olhos. 4ºNão leia nunca na penumbra, num veículo em movimento ou deitado.

5ºProcure que a luz seja clara e boa.

6ºNão leia quando a luz do sol estiver diretamente no livro ou no jornal.

7ºNão receba luz de frente quando estiver lendo.

8° A luz deve vir de trás ou por cima do ombro esquerdo.

9°Evite o uso de livros ou de jornais mal impressos ou de tipos excessivamente pequenos.

10ºDescanse a vista de vez em quando, tirando-a do livro.

11ºLave os olhos com água pura pela manhã e à noite.

Em relação dialógica de concordância com o discurso higienista, a concepção de leitura desse texto é a de que, para a produtividade da leitura, é necessária a saúde da vista, sendo que esta se adquire através de 10 passos, listados no texto. Assim, a leitura para ser eficiente e produtiva partiria, primeiramente, dos cuidados que os estudantes deveriam ter com a higiene da vista, considerada uma das atitudes necessária para a leitura. Em outras palavras, esses cuidados com a vista durante a leitura seriam práticas a serem adquiridas pelos estudantes para se tornarem leitores eficientes.

A partir desses enunciados, a leitura pode acontecer tanto a partir de livros, como pelos jornais, o que de certo modo nos remete à influência da imprensa na disseminação da informação e da cultura no Brasil (SODRÉ, 1977). A referência ao jornal impresso como um dos suportes para a leitura (CHARTIER, 2000) evidencia a preocupação da ampliação do público leitor, que até então era predominantemente leitor de livros, pois "no quadro da urbanização, com uma população pelo menos em tese livre da escravidão e imbuída das luzes da ilustração, o saber ler tornou-se emblema distintivo (ELEUTERIO, 2015, p.106), fato que está em relação dialógica de concordância com a o texto sobre a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos no país e em Santa Catarina publicado em O COLEGIAL, que analisamos anteriormente.

A partir do postulado da não neutralidade dos discursos, uma vez que esses são marcados pela valoração de uma dada ideologia (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2006 [1929]), a análise dos dados apontou dois discursos norteadores em relação à leitura, a saber: 1. a leitura para a formação intelectual e moral; 2. a leitura para a formação educacional dos sujeitos. Essa ideologia é refratada nos textos selecionados que foram publicados em *O COLEGIAL* nas edições de 1945 a 1950, sendo associada a diferentes finalidades e valores em relação à leitura e ao ensino de leitura.

A análise foi dividida pela recorrência desses discursos nos dados, a saber: a leitura para a formação intelectual e moral dos sujeitos, uma vez que em alguns textos há predominância de um deles, mas em outros ambos estão refratados; e a leitura para a formação educacional dos estudantes secundaristas, em que é tematizado o ensino de leitura e foram depreendidas algumas práticas de ensino de leitura, realizadas no Colégio Catarinense, a partir dos textos escritos produzidos pelos estudantes secundaristas, que foram selecionadas pela direção e, por isso, publicados no jornal escolar *O COLEGIAL*.

Pela análise dos dados, em que o "objeto já falado, objeto a ser falado e objeto falante. Verdadeira polifonia que o pesquisador deve

poder transmitir ao mesmo tempo em que dela participa" (AMORIM, 2004, p. 19, grifos da autora), e partindo da dimensão social e histórica mais ampla e da específica, delineadas nos capítulos 4 e 5 desta tese (cronotopo), os dados apontaram para a predominância de dois discursos sobre a leitura, a saber: 1. Ler para a formação intelectual e moral; 2. Ler para a formação educacional.

Quadro 6 - Finalidades da leitura discursivizadas no jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950)

| DISCURSOS                       | FINALIDADES   |
|---------------------------------|---|
| FORMAÇÃO INTELECTUAL E<br>MORAL | Ler para adquirir conhecimento Ler para possuir saber Ler para ter cultura Ler para dispor de informação Ler para interpretar Ler para conhecer a realidade Ler para formar opinião Ler para cultivar valores Ler para conhecer a verdade Ler para ser livre Ler para obter clareza |
| FORMAÇÃO EDUCACIONAL            | Ler para estudar Ler para escrever textos Ler para realizar conferências Ler para fazer atividades escolares Ler para oralizar o texto escrito Ler para disfrutar Ler para obter instrução Ler para estabelecer contato Ler para memorizar Ler para cantar Ler para estar informado |

Fonte: produção da autora.

Apesar de que em alguns dados haja a predominância de um desses discursos, notamos que eles estão em relação dialógica de concordância, pois esses discursos se refratam através das finalidades a

que a eles estão agregadas, ou seja, dos índices sociais de valor. Por isso, podemos dizer que esses dois discursos revelam a posição axiológica do jornal escolar *O COLEGIAL* quanto às finalidades da leitura e do ensino de leitura.

Em suma, afirmamos que a ideologia está presente em todas as situações de interação social e expressa uma posição axiológica de um sujeito, de um grupo social. Como cada produto ideológico é parte da realidade social e material que circunda o homem, as produções simbólicas — como o jornal escolar *O COLEGIAL* — materializam determinadas ideologias e valores, os quais estão situados em uma dada esfera da atividade humana e cronotopo, na próxima seção, apresentamos uma síntese do resultado dessa análise dos dados e respondemos à questão de pesquisa e os objetivos geral e específicos, que foram propostos na introdução desta tese.

# 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa de doutorado, buscamos investigar as finalidades e valores da leitura discursivizadas no jornal escolar O COLEGIAL, bem como compreender as concepções de leitura da época na esfera escolar, a leitura no ensino secundário do Colégio Catarinense e a posição axiológica do Colégio Catarinense em relação ao ensino de leitura no jornal escolar O COLEGIAL, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica do Círculo de Bakhtin na Linguística Aplicada. Esse olhar considera que a produção de conhecimento científico deve integrar dois planos: o da abstração teórica e o da vida concreta, a fim de que esse conhecimento possa ser relevante do ponto de vista teórico e social.

No cronotopo do jornal escolar O COLEGIAL, a leitura para a formação intelectual e moral fazia parte do discurso educacional da pedagogia tradicional que influenciou a formação de sujeitos na sociedade brasileira e catarinense até meados da década de 50 do século XX. E, de certo modo, esse discurso tem ecos até os dias atuais quanto às finalidades da leitura na esfera escolar, a saber: ler para adquirir conhecimento, ler para possuir saber, ler para ter cultura, ler para dispor de informação, ler para interpretar, ler para conhecer a realidade e ler para formar opinião. Isso pode ser explicado ao retomarmos nossa base teórica, pois, para o Círculo de Bakhtin, os discursos de hoje reenunciam práticas anteriores, numa cadeia ideológica contínua.

No tocante à pedagogia tradicional católica, de base inaciana, os valores atribuídos à leitura como profunda e amena, se relacionam com a prática de ensino da leitura, no sentido de que as obras são classificadas conforme o seu conteúdo e são indicadas para o desfrute ou para o estudo (formação intelectual). Já os seguintes valores, a saber: útil, recomendada, boa e instrutiva se referem aos conteúdos das obras a serem lidas pelos estudantes que estão em relação dialógica de concordância com as ideologias da doutrina social católica (formação intelectual e moral).

O discurso, que tematiza as leituras proibidas, aponta a predominância do discurso autoritário no ensino de língua portuguesa e nas demais disciplinas do curso secundário. Segundo Bakhtin, a palavra de *outrem* adquire um sentido mais profundo do que apenas de informação, indicação, regras e modelos, ela passa a definir as bases da nossa atitude ideológica frente ao mundo. Nos dizeres do autor,

palavra autoritária exige de reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade. [...] organicamente ligada ao passado hierárquico. [...] ela já foi reconhecida no passado. É uma palavra encontrada de antemão. Não é preciso selecionála entre outras equivalentes. [...] sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática). (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 143).

Nessa perspectiva, eram apenas publicados no jornal escolar O COLEGIAL os textos em que seus temas estavam em relação dialógica de concordância com as ideologias e s valores da pedagogia católica daquela época, tais como: leitura útil, recomendada, boa, instrutiva, profunda (para estudo) e amena (para diversão, deleite). Em relação dialógica de oposição, confronto com os valores da pedagogia católica, estavam as outras leituras, valoradas por essa instituição educacional e, portanto, pelos integrantes desse grupo social como leituras inúteis, perniciosas, proibidas, ruins, destrutivas e, por essas características, a serem não somente evitadas pelos estudantes católicos, mas combatidas frente a outros grupos de estudantes da sociedade catarinense daquela época.

Em relação ao ensino de leitura da época de publicação do jornal escolar O COLEGIAL (1945-1950), o Colégio Catarinense seguia o programa de português de 1943 (Portaria n.87 de 23 de janeiro) dos cursos Clássico e Científico do colegial (RAZZINI, 2000). Nesse programa, a leitura era associada com o conhecimento da tradição literária, sendo valorizadas as literaturas portuguesa e brasileira e os escritores do cânone, isto é, os nomes consagrados pela crítica e história literária. Cabe destacar que, nessa época, predominavam na escola brasileira as seletas de textos e os compêndios gramaticais (RAZZINI, 2000; SOARES, 2002; FÁVERO, 2009), que deram origem ao livro didático de português. Nesse contexto sócio-histórico, os discursos de *O COLEGIAL* refratavam essa concepção de leitura, uma vez que a leitura era realizada apenas a partir dos textos literários. Além disso, lia-se para a realização das tarefas escolares, como a redação, provas e resenhas, que poderiam ser publicadas em O COLEGIAL.

Ademais, para a produção de textos escritos, os estudantes participavam de grupos de estudos, além das atividades curriculares obrigatórias, como o do Grêmio Cultural Padre Schrader, que promovia

sessões quinzenais de encontros entre os estudantes e a comunidade para a leitura em voz alta dos trabalhos escritos pelos estudantes. A solenidade e os discursos dos oradores eram reenunciados para a modalidade escrita, a fim de serem publicados na coluna do Grêmio Cultural Padre Schrader, no jornal escolar O COLEGIAL. Essa prática de ensino tinha como finalidade a formação de escritores e de oradores, o que nos remete à Retórica.

Para o Círculo de Bakhtin, a ideologia é constituída na vida social pelas diferentes maneiras de se compreender e conceber a realidade, mediada pelos signos. Assim, podemos afirmar que, além da formação educacional dos estudantes para serem escritores e oradores, esses discursos tinham como projeto de dizer convencê-los dos valores da doutrina social católica. Nessas sessões de leitura oral de trabalhos escritos, o objeto de discurso era as questões sociais relevantes daquela época. Assim, os oradores, os estudantes tinham a intenção de convencer os interlocutores, os sujeitos que participavam dessas seções, a fazer parte desse grupo social, ou seja, os jovens católicos do Colégio Catarinense. Realizadas essas conferências públicas, eram avaliados quais textos seriam publicados na coluna do Grêmio Cultural P. Schrader de *O COLEGIAL*.

Como vimos na teoria, a língua, enquanto discurso, é formulada continuamente em determinados horizontes de valores nos grupos sociais. Cada grupo cria as próprias possiblidades da língua no âmbito das avaliações constitutivas desse grupo. Por isso, como explica Medviédev, "a avaliação social reúne a minuta da época e o assunto do dia com a tarefa histórica. Ela determina a fisionomia histórica de cada feito e de cada enunciado, sua fisionomia de indivíduo, de classe e de época (MEDVIÉVEV (2012 [1928], p.185). Nos discursos da leitura para a formação intelectual, moral e educacional ocorre um confronto de valores, que demonstra a presença de relações semântico-axiológicas de grupos sociais distintos, no que tange à função da leitura na formação educacional, a saber: a dos educadores tradicionais, que, ao se posicionarem axiologicamente, acabam por revelar os valores dos educadores renovadores.

A leitura e seu ensino discursivizados no jornal escolar *O COLEGIAL* revelam que o projeto pedagógico do Colégio Catarinense daquela época visava a formação dos estudantes na doutrina social cristã, a fim de que os alunos egressos promovessem "o projeto social católico de moralização e fomento à produção" (SOUZA, 2005, p.178), na sociedade catarinense. Essa intenção ocorria pelos discursos educacionais que, ao primar pela formação intelectual e moral dos

estudantes, tinha como base o controle das leituras, ou seja, do conhecimento. Essa posição autoritária do Colégio Catarinense promovia a relação entre leitura, saber e poder, que nos remete à fala de Bakhtin:

Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos "senhores do pensamento" de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 294).

A permanência das ideias dos "senhores do pensamento de uma época verbalmente expressas" (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 294) nos remete também a Geraldi (2010), ao afirmar que "a leitura pressupõe uma escritura. E a escritura erigiu-se como o espaço da ordem e do limite dos sentidos" (GERALDI, 2010b, p. 40). Essa limitação dos sentidos foi construída historicamente pela escola quando se dirigia apenas a uma parcela da população e assim podia controlar o acesso ao "capital cultural" (BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C, 2013), conforme vimos em relação ao ensino secundário catarinense (DALLABRIDA, 2001).

Da escola daquela época à escola de hoje, muitas coisas foram se modificando, principalmente o público que a escola passou a atender. Hoje, a escola não é igual à dos tempos idos e, por isso, temos novos desafios...

Em uma breve leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2016), que, nesse momento está em sua 3ª edição, notamos que, nos cinco eixos organizadores do ensino de língua portuguesa, a leitura é concebida como:

[...] objeto historicamente reconhecido de aprendizagem em língua portuguesa. Se, para outros componentes curriculares ela é instrumento, em Língua Portuguesa é o tema central. O eixo **Leitura** compreende a aprendizagem da decodificação de palavras e textos (o domínio do sistema alfabético de

escrita), o desenvolvimento de habilidades de compreensão e interpretação de textos verbais e multimodais e, ainda, a identificação de gêneros textuais, que esclarecem a contextualização dos textos em situações comunicativas, o que é essencial para compreendê-los. São também constituintes essenciais desse eixo, por sua relevância para a compreensão e interpretação de textos, o desenvolvimento da fluência e o enriquecimento do vocabulário. (BNCC, 2016, p.64, grifos da autora).

Como uma das fases iniciais da leitura é a decodificação, sendo esse documento tem como foco o ensino fundamental, a questão posta em debate é a predominância do discurso cognitivista no referido documento, bem como a retomada da leitura em voz alta como prática de ensino no que se refere "à fluência na leitura".

No entanto, na análise das competências de Língua Portuguesa, temos ecos do discurso que se pauta nos conhecimentos produzidos pela perspectiva histórico-social:

[...] 2. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso; [...] 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestações de valores e ideologias; 8. Selecionar textos e livros para a leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, etc.). 9. Ler textos que circulam no contexto escolar e social compreensão, autonomia, fluência com criticidade. 10. Valorizar a literatura e outras culturais manifestações como formas compreensão do mundo e de si mesmo. (BNCC, 2016, p.66, grifos da autora).

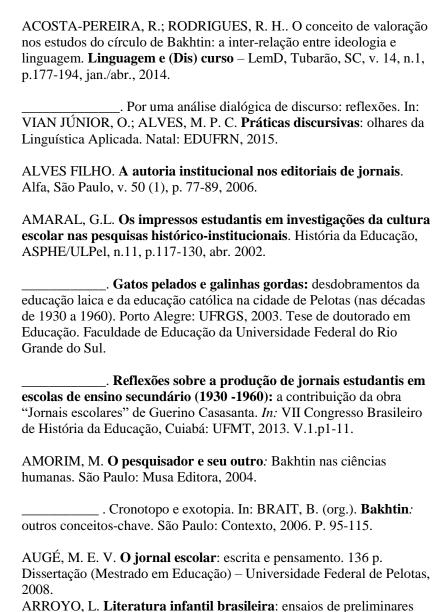
Os discursos dos dois paradigmas têm como projeto de dizer diferentes concepções de linguagem e de ensino de leitura. Como uma das finalidades desse documento é nortear as práticas de ensino de leitura na esfera escolar, é preciso ler criticamente (FREIRE, (1981 [1994]), a BNCC na esfera escolar, a fim de que as escolas e os professores possam realizar escolhas fundamentadas teoricamente para dialogar, no sentido bakhtiniano desse termo, com essas orientações.

No ensino de língua portuguesa, especialmente na leitura, considero que a cada avanço, como a presença do texto como centro das práticas de linguagem (BNCC, 2016, p.63), temos retrocessos como o que considera leitor competente o que adquirir determinado número de palavras por nível de ensino. Por exemplo, no segundo ano do ensino fundamental, "no caso de textos verbais, com aproximadamente 300 palavras (BNCC, 2016, p.76)", o aluno deve ter essa competência leitora. Nessa visão, não são considerados os fatores sociais e históricos que estão envolvidos no ato de ler, nem tampouco a historicidade do sujeito. Essa questão poderia ser um dos passos para uma pesquisa futura das relações entre os discursos de leitura do passado e os discursos do presente a partir do referido documento, com a finalidade e analisar as intencionalidades desses discursos ditos renovadores que vão incidir na esfera escolar nesse momento histórico.

Considero também que é fundamental alterações na formação inicial do professor de línguas, especificamente de Língua Portuguesa, ou seja, que as disciplinas constantes no currículo possam efetivamente auxiliar esses profissionais para sua atuação na sociedade hodierna. Essa questão nos remete à introdução desta tese e a fala de Fávero (2009, p.31): "em cada época, o estudo de Língua Portuguesa é marcado pelas condições [...] econômicas, políticas e sociais que determinam o tipo de escola e de ensino, e para que possamos melhor compreender o ensino de hoje e melhor interferir, é necessário que conheçamos o passado".

Para finalizar, a trajetória de professora de língua portuguesa para a de professora-pesquisadora me proporcionou um novo olhar para as questões discursivas nos âmbitos da abstração teórica e da vida. A possibilidade de acesso ao conhecimento me leva a refletir, a partir de Bakhtin, sobre o *não álibi no existir*, a responsabilidade inescapável do sujeito social e histórico.

# REFERÊNCIAS



para a sua história e suas fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BAJTÍN, Mijaíl M.; VOLOCHÍNOV, Valentín N. [1930]. ¿Qué es el lenguaje?. In: SILVESTRI, Adriana; BLANCK, Guillermo. (Org.). Bajtín v Vigotski: la organización semiótica de la conciencia. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 217-243. BAKHTIN, M. M. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. 4. ed. São Paulo: UNESP: Hucitec, 1998 [1975]. . **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979]. \_\_. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963]. . Para uma filosofia do ato responsável. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010 [1920/1924]. \_. **O Freudismo**: um esboço crítico. Trad. do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1927]. . Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateshi Vieira., 8 ed. São Paulo/Brasília: Hucitec, 2013. . [VOLOCHÍNOV, V.N.]. Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929]. BALTAR, M. A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula. 139 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. BASTOS, M.H.C. Escritas estudantis em periódicos escolares. **Revista Educação**: Porto Alegre, v.10, n. 40, maio/ago 2013, p.7-10. BOHN, Hilário. Ensino e aprendizagem de línguas: os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas. In.: Linguística Aplicada na modernidade recente. São Paulo: Parábola, 1ª Ed., 2013. p. 79-120.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. A reprodução: elementos para uma teoria de ensino. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
BRAIT, B. (Org.) Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Bakhtin: outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Bakhtin: outros Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-32.

\_\_\_\_. Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. In: FÍGARO, R. (Org.). Comunicação e análise do discurso: as materialidades do sentido. 3 ed. São Carlos, SP. Claraluz, 2007. p. 79-98.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Ensino Secundário no Brasil** (organização, legislação vigente, programas). Rio de Janeiro: INEP, 1952. (Publicação, n. 67).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. BUZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros. In: BUZEN, C; MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

CARVALHO, R. A. O jornal escolar como estratégia para produção e publicação de diferentes gêneros textuais em sala de aula: um estudo de caso do jornal "Galera Roldão". Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CASASANTA, G. **Jornais escolares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.32, 1939.

CAVALCANTI, A. P. **Pedagogia Freinet**: uma experiência de construção da cidadania numa escola pública. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999.

CAVALINI, E. S. A construção da escrita emancipatória. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, 2000.

117-140.

CELANI, M.A.A. Transdisciplinaridade na Linguística aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.) Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p.115- 126. CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. \_\_\_. Textos, impressões, leituras. In: Hunt, L. (Org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, v. 6, 1992. p. 211-238. .A Aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999. . Do livro à leitura. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas da** leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 77-105. CUNHA, R. C. **Jornal Escolar**: raio de ações, rede de significações. Reconfiguração do ensino de língua materna e dinamização da formação continuada do professor. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. CUNHA, M. T. S. Das mãos para as mentes. Processos de civilidade em um jornal escolar de Santa Catarina (1945-1952). Educar em Revista. Curitiba: Editora UFPR, n.49, jul/set. 2013, p.137-159. DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. \_\_\_. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 167-192, Jan./abr. 2012. . Privatização e elitização do ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX e – meados do século XX). In: VALLE, I. R; DALLABRIDA, N. (Org.). Ensino médio em Santa Catarina: histórias, políticas e tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.p.

| A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em                           |
|--|
| destaque e em rede. <b>História da Educação</b> , ASPHE/FaE/UFPE,                  |
| Pelotas, v. 12, n. 26 p. 141-163, Set/Dez 2008.                                    |
| A escola da república: os grupos escolares e a                                     |
| modernização do ensino em Santa Catarina (1911-1918). Campinas,                    |
| SP: Mercado das Letras, 2011.  |
| ELEUTÉRIO, M.L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS,                      |
| A.L.; LUCA, T.R. de.(Org.). História da imprensa no Brasil. 2 ed. São              |
| Paulo: Contexto, 2015.p. 83-102.   |
| FARACO, Carlos Alberto. <b>Linguagem e diálogo</b> – as ideias linguísticas        |
| do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.                        |
| FÁVERO, L. L. História da disciplina português na escola brasileira.               |
| <b>Diadorim</b> : revista de estudos linguísticos e literários. Rio de Janeiro, n. |
| 6, p.13-35, 2009.  |
| FAUSTO, B. <b>História do Brasil</b> . 14 ed. São Paulo: Editora da                |
| Universidade de São Paulo, 2015.   |
| FIORI. Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público:                      |
| ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa               |
| Catarina – períodos Imperial e Republicano. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da           |
| UFSC, 1991.  |
| FIORIN, J. L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo:                      |
| Ática, 2006.   |
| GERALDI, W. J. <b>Ancoragen</b> s – estudos bakhtinianos. São Carlos:              |
| Pedro e João Editores, 2010a.  |
| A aula como acontecimento. São Carlos: Pedro e João,                               |
| 2010b.   |
| <b>Portos de passagem</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1991.                       |
| <b>O texto na sala de aula</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1984.                  |
|  |

IJUIM, J. K. **Jornal escolar e vivências humanas:** um roteiro de viagem. Bauru: Edusp, 2006.

KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

PEREIRA, A. E. (Org.). **Ensino de leitura e produção textual**: alternativas de renovação. Pelotas: Educar, 1999. p. 13-37.

MACHADO, A.; MARCELINO, R.(Org.) **Catálogo de jornais catarinenses**: 1831 – 2013. Florianópolis: FCC, 2014. 2.ed.

MAGALDI, A.M.B de M.; XAVIER, L. N. (Org.). **Impressos e história da educação:** usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução do russo por Ekaterina Américo e Sheila Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: outros conceitoschave. São Paulo: Contexto, 2007.

MOITA-LOPES, Luiz P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In.: MOITA-LOPES, L.P [org.]. Por uma linguística aplicada interdisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente.** 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

NUNES, M. T. **Ensino secundário e sociedade brasileira.** São Cristovão (SE): Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

O COLEGIAL (Colégio Catarinense – Florianópolis).1945-1950.

PALMA FILHO, J. C. (Org.). Pedagogia Cidadã. **Cadernos de Formação de História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP; Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.

- PICK, R.J. O Colégio Catarinense, um marco na história da Educação de Santa Catarina. (Dissertação de mestrado em História Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- PONZIO, A. A revolução bakhtiniana: o pensamento Bakhtin e a ideologia contemporânea. Tradução do italiano por Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Introdução: A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In.: BAKTIN, Mikhail M. [1920/1924]. **Para uma filosofia do ato responsável.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010a.
- PINHEIRO, F. **Jornal escolar**: laboratório para o ensino de língua portuguesa. 222p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- MORSON, G. S.; EMERSON, C. **Mikhail Bakhtin:** a construção de uma prosaística. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2008.
- RAMOS, M.N. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: Stephanou, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memórias da educação no Brasil, vol.III**: século XX. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.229-242.
- RABELO, G. O jornal escolar O Estudante Orleanense: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **História da Educação**, 2013, Vol.17(40), p.197-219
- RAZZINI, M.P.G. **O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura (1837-1971).** Tese (Doutorado), UNICAMP, Campina, 2000.
- RELATÓRIO DO CINQUENTENÁRIO DO COLÉGIO CATARINENSE (1906-1956). Florianópolis, Santa Catarina, p.62.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 21. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

| RODRIGUES, R. H. <b>A Constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo</b> : Cronotopo e Dialogismo. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.                       |
|--|
| . Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) <b>Gêneros</b> : teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.             |
| ROJO, R.H.R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. <i>In</i> : MEURER, J. L;BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). <b>Gêneros</b> : teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 184-207. |
| . Fazer Linguística Aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. <i>In</i> : MOITA-LOPES, L.P [org.]. Por uma linguística aplicada interdisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p.253-276.    |
| . Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao <i>trivium</i> ? <i>In</i> : SIGNORINI, I. (Org.).[Re] <b>Discutir texto,</b> gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p.73-108.                  |
| ROMANELLI, Otaíza de O. <b>História da educação no Brasil</b> ( <b>1930/1973</b> ). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 8. ed. Petrópolis, 2014.  |
| RUIZ, T.M.B. O projeto didático do jornal escolar no ensino crítico de linguagem. <b>Caminhos de Linguística Aplicada</b> . Taubaté, SP: Unitau, vol. 15, n.2, 2016, p.01-20.  |
| . O jornal escolar <i>De Olho no Carva</i> : uma experiência de ensino e aprendizagem de escrita. <b>Linguagem em foco.</b> Fortaleza, CE: Unicea, vol. 9, n.1, 2017.  |
| SANTA CATARINA. Decreto n.2991, 28 de abril de 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.  |
| Decreto n.3735, 17 de dezembro de 1946. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.   |

| AVIANI, D. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil.</b> 4 ed.   |
|--|
| ampinas, SP: Autores Associados, 2013.                               |
| . História do tempo e tempo da história: estudos de                  |
| istoriografia e história da educação. Campinas, SP: Autores          |
| associados, 2015.  |
| . A política educacional do Brasil. In: Stephanou, M.; BASTO         |
| I. H. C. (Org.). História e memórias da educação no Brasil, vol.III  |
| éculo XX. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.29-38.                |
| A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à         |
| enovação pela mediação da resistência ativa. In: História do tempo e |
| empo da história: estudos de historiografia e história da educação.  |
| Campinas, SP: Autores Associados, 2015, p. 55-67.                    |

SALUSTIANO, D. A. **Nas entrelinhas da notícia**: o jornal escolar como estratégia de aprendizagem da língua materna. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2006.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Org.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.p.89-98.

SILVA FILHO, V. A série didática Fontes: autoria e ato ético. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2013.

SILVA, G. Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar A Criança Brasileira (Santa Catarina, 1942-1945). **História da Educação**, 2013, Vol.17(40), p.197-219

SILVEIRA, A. P. K. A configuração da disciplina de Língua Portuguesa em regiões de imigração: o caso da cidade de Blumenau. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2013.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p.155-177.

SOARES, T.C. S. O ensino de língua portuguesa no Colégio Catarinense a partir da LDB 5.692/71: o embate entre o discurso da mudança e o discurso da tradição. Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada:** Cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

VALLE, I. R; DALLABRIDA, N. (Org.). **Ensino médio em Santa Catarina:** histórias, políticas e tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

VOLOCHÍNOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro &João Editores, 2013.

#### ANEXO A - DECRETO N.2991, 28 DE ABRIL DE 1944, P.7.



#### ANEXO B – INSTRUÇÕES SOBRE O JORNAL ESCOLAR

#### JORNAL ESCOLAR VANTAGENS DO JORNAL

Ao ser focalizada na escola, a importância do jornal, o professor fará uma exposição do assunto, evidenciando os seguintes tópicos:

- 1º − O jornal representa uma coleção de trabalhos que se concentra em um só todo, e assim para, no futuro, poderem os novos alunos conhecer as realizações do passado.
- 2º- Muitos alunos que têm queda pela narração, descrição, contos, crônicas, desenho, caligrafia, terão oportunidade de expandirem a sua inclinação, podendo ser o jornalzinho uma fonte, onde fará brotar tendências latentes da alma juvenil.
- 3º- Possuindo as diversas secções adiante descritas, servirá ainda para gravar certos pormenores íntimos da vida local que, mais tarde, servirão como elemento valioso de consulta, quando tivermos de escrever a história da região.
- 4º- Os pais, por meio do jornalzinho, ficarão **ao** par, não só do progresso de seus filhos, como terão a oportunidade de verificar as vantagens que outras crianças estão realizando, pois, no jornal, teremos várias manifestações da vida escolar.
- 5°- O jornal deve ter um nome escolhido pelos alunos, bem como o de seus dirigentes, em número de quatro (4) para as **escolas isoladas**.

Com tais elementos o professor implanta no ânimo de seus discípulos a vontade de criado o jornalzinho da escola.

Seria de conveniência que esta propaganda provocasse uma manifestação espontânea dos alunos, naturalmente de maneira positiva.

Nesta ocasião, então é que as démarches para a sua realização devem tomar corpo.

#### A ESCOLHA DOS NOMES

Num dia e hora previamente designados, os alunos se reúnem na escola, e, a primeira coisa a se fazer, é a escolha do nome do jornal.

Para facilitar esse trabalho, o professor uma lista de dez nomes em colaboração com as crianças e, dentre esses, será votado um. Para isso, o professor distribui um pedacinho de papel a cada aluno presente e fará a apuração.

Escolhido o nome do jornal, segue-se a votação dos dirigentes que deverá recair em quatro dos alunos mais capazes da escola.

A votação deverá resultar na eleição de um diretor, um gerente e dois repórteres, os quais, ato contínuo à sua proclamação, serão empossados, nos cargos, lavrando-se uma ata.

Nos **grupos escolares** o número de repórteres poderá ser aumentado, tendo em vista o número de classes e a perfeição do trabalho que lhes compete.

Os repórteres acrescidos serão auxiliares, e escolhidos por designação, por isso, não aparecem no cabeçalho do jornal.

Essa designação será proposta em sessão, constando, da ata respectiva os seus nomes.

#### **CORPO**

O corpo do jornal compreende o seguinte: o título, a localidade, o município, a data, o número, o ano e o nome dos dirigentes.

O título - Título é o nome do jornal colocado na primeira página e na parte superior ou de maneira destacada, atendendo ao gosto artístico dos seus compositores. O título, em todos os números, deve ser uniforme de maneira a poder ser identificado pelo seu feitio.

Seria conveniente que, de início se fizesse um molde em papelão ou cartolina para fornecer o tamanho e tipo das letras em todas as ocasiões que se fizerem necessárias.

A localidade - É o nome do local onde se acha a escola, e , portanto, ao que pertence o jornal. Assim, teremos a seguinte indicação:

"órgão mensal da escola estadual, municipal ou particular de (nome da localidade) e, em seguida, como elemento indispensável o nome do município.

O município – Temos encontrado muita dificuldade em fichar alguns jornais, só pelo fato de faltar esse esclarecimento. É fácil qualquer professor compreender o desperdício de tempo empregado no fichamento dos jornais e outros papéis que nos vêm do interior, quando a omissão do município a que pertencem. É, portanto, elemento indispensável o nome do município.

A data - É o dia em que vai circular o jornal e todos devem reproduzir a mesma data, embora sejam necessários dois ou mais dias, para ficar completa a tiragem.

O número – Para se conhecer em cada jornal a quantidade já publicada pela escola, cada um trará, de forma abaixo exposta, o seu número, que deverá ser sempre em sequência, muito embora pertença a outro período escolar. Assim a numeração nunca será igual como se tem feito até aqui. Enquanto durar o jornal a sua numeração será sempre em seguida, a partir do número 1.

Os jornais atuais devem corrigir a sua numeração, pois, assim, saberemos hoje quantos números a escola já distribuiu.

O ano – É o elemento que fornece a existência do jornal, em período escolar. Quer dizer que, se o jornal tiver cinco anos de existência, sabemos quando foi organizado na escola e, pelo seu número, quantos foram feitos até esta data. Um jornal, cujo primeiro número saiu hoje, deve ter o número 1 e o ano I. Daqui a exatamente um ano, ele terá, por exemplo, o número 8 e o ano II, isto é, entra no segundo ano de existência. Daqui a dois anos, trará, por exemplo, o n.16 e o ano III e, assim, por diante.

A direção — Juntamente com os elementos acima expostos e para completar o nosso fichário, precisamos dos nomes dos alunos que façam parte do corpo redatorial. Do lado esquerdo da página serão colocados os nomes do diretor e gerente e, à direita, dos repórteres.

Para melhor elucidar o assunto, dou um modelo do cabeçalho que deve ser seguido.

#### **EXEMPLO:**

Diretor:

Repórteres:

João Antonio, Artur Vieira e Benedito Santos

#### "A ESCOLA"

Gerente:

Ataliba Costa

Órgão Mensal do Grupo Escolar, escola estadual, municipal ou particular.

**ANO I** POÇO VERDE (Araranguá), 5 de maio de 1943.

Publicações – O material coletado para ser transcrito no jornal deve constar de trabalhos escritos em classe, de notas sociais colhidas pelos repórteres, como aniversário, casamento, batizado, festas, falecimento, visitas, passeios, enfim, tudo quanto possa ser digno de registro.

Qualquer trabalho destinado ao jornal, embora necessite sofrer censura do professor, nem por isso, deve perder o cunho da "originalidade" sem o que iríamos destoar os fins desse trabalho de cooperação, que é o jornal.

Cada página do jornal deverá ser riscada pelo meio, deixando de cada lado uma margem de um ou dois centímetros. Nas primeiras páginas devem ser copiados os artigos, para, em seguida, serem lançados outros trabalhos com os diferentes títulos que satisfazerem a sua orientação.

Não se deve dar preferência aos trabalhos de determinados alunos pelo fato de serem os melhores. Devido a certas facilidades que eles possuem, não só intelectualmente com a ajuda, muitas vezes, de pessoas da família, o jornal não viria a satisfazer a sua finalidade que é a de dar ocasião a que a maior parte das crianças, nas medidas de suas forças, contribua com seus trabalhos e se torne, por isso, mais entusiasmada com essa iniciativa.

Forma dos jornais — Os jornais escolares podem ser: impresso, mimeografado, datilografado, manuscrito e falado. Pela carência de recursos e aparelhagem, o jornal impresso ou mimeografado se torna quase impossível a tiragem. O datilografado, pelo fato de os alunos no curso primário não possuírem a técnica necessária para esse trabalho, e não convido a executá-lo fora, também apresenta dificuldades. Então, é o jornal manuscrito que melhor satisfaz, motivo que focalizamos a possibilidade da manifestação dos alunos de boa letra por meio do jornal.

O jornal falado é muito interessante, porém, de ação muito restrita. Tem sido posto em prática nos 1º anos. Eis a orientação que temos dado nesse sentido: cada semana os alunos dessa classe ficam incumbidos de relacionar as ocorrências de seu conhecimento dentro desse prazo, e, na última aula de sábado, ou em aula de linguagem, cada um, na frente da classe, contará, o fato ou fatos que houver memorizado para aquele ato. O professor fará uma nota dos fatos expostos que pode ser publicada no jornalzinho da escola. São muito interessantes as narrativas dos alunos nessa classe, porque para não perderem o sabor da novidade nada comentam com os colegas, senão depois de expostos em classe.

Tiragem — Cada número do jornal escolar deve ser, pelo menos, reproduzido três vezes. Um destina-se ao arquivo do Departamento de Educação, que só organiza e ficha a vista do jornal, e não da comunicação de ter sido o mesmo fundado. A reprodução do jornal deverá ser feita assim que o diretor faça a distribuição do material,

ficando cada dos demais membros da direção incumbido de auxiliar na sua reprodução. No estabelecimento deve ficar um número para o arquivo.

Caso haja conveniência os números destinados no estabelecimento poderiam ser copiados diretamente num só livro cujo tamanho fosse igual ao do jornal. Os números a mais destinam-se à leitura dos alunos e, aos assinantes e se houver.

Conclusão – Todas as escolas deverão organizar o seu jornal dentro dos princípios acima expostos.

Nos grupos escolares, quando a colaboração de todos os professores, é de fato, eficiente, aparece, para todos os números do jornal, material para muitas páginas, além das quatro que deve possuir o jornal. Para esse caso, o jornal poderá ser exibido com o formato de revistas, o que melhor atenderia as circunstâncias do conjunto, em vista da maior quantidade de trabalhos a serem transcritos.

Com essas instruções, desejamos obter o máximo de resultado que nossa organização escolar pode oferecer. É o que desejamos.

Fonte: Decreto n. 2991, 28 de abril de 1994, p.07.

# ANEXO C – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL 1949, N.1-2, ANO V, P.1.



#### ANEXO D - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JAN. 1945, N.1, ANO I, P.2.



# ANEXO E – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, SET.1946, N.7, ANO II, P.4.



# ANEXO F – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL. 1947, N.2, ANO III, P.2.



# ANEXO G – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1948, N.3, ANO IV, P.2.



#### ANEXO H – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, ABRIL. 1945, N.2, ANO II, P.1.



# ANEXO I – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUL. 1945, N.5, ANO I, P.2.



# ANEXO J – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUL. 1946, N.5, ANO I I, P.3.



#### ANEXO K – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUT.1945, N.8, ANO I, P.2.



ANEXO L – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1947, N.3, ANO III, P.1.



# ANEXO M – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1948, N.3, ANO IV, P.1.



#### ANEXO N – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUN. 1948, N.4, ANO IV, P.4.



# ANEXO O – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO 1945, N.1, ANO I, P.4.



#### ANEXO P – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, AGOSTO 1950, N.6, ANO VI, P.2



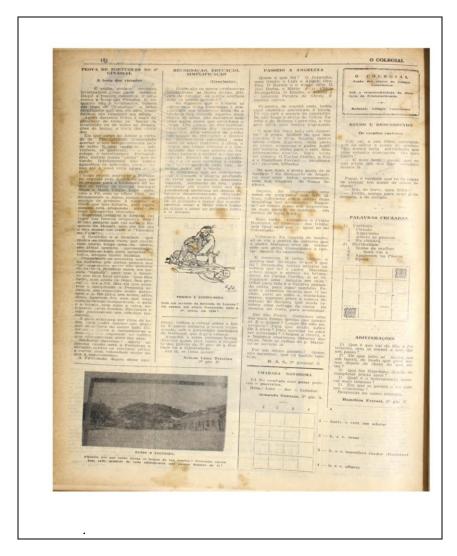
# ANEXO Q – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JUNHO 1947, N.4, ANO III, P.2.



#### ANEXO R – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO 1947 N.5, ANO III, P.1.



# ANEXO S – O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO 1948, N.5, ANO IV, P.2.



# ANEXO T – FEDRO. O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MARÇO 1946, N.1, ANO II, P.2.



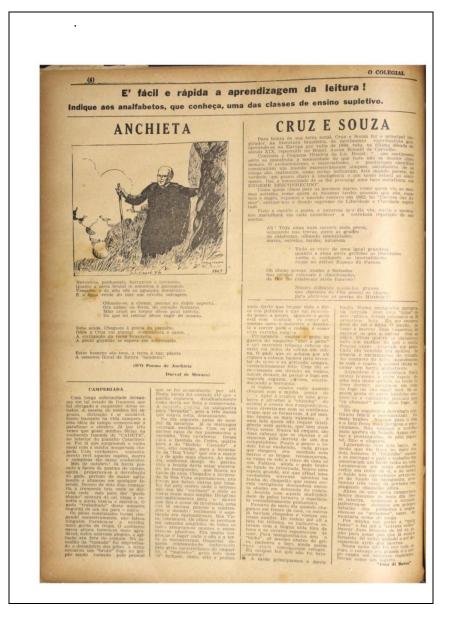
#### ANEXO U – ESOPO. O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO 1946, N.8, ANO II, P.5.

A Valorosa "A. D. Cole-ÉSOPO POPULAÇÃO gial" Sagrou-se Brilhan-temente Campeā da 2° Divisão de Amadores CATARINENSE

# ANEXO V - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-DEZ 1946, N.9, ANO II, P.1.



# ANEXO W - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MARÇO 1948, N.1, ANO II, P.4.



#### ANEXO X - COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO 1946, N.8, ANO II, P.6.



# ANEXO Y - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, JULHO 1945, N.5, ANO I, P.1.



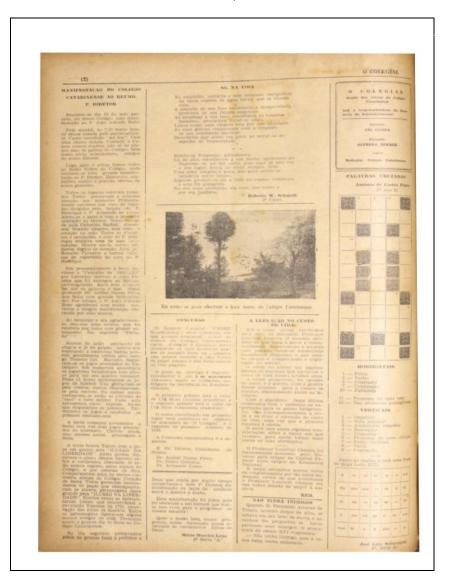
# ANEXO Z - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-DEZ 1945, N. 9-10.5, ANO I, P.2.



#### ANEXO AA - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, NOV-DEZ 1946, N. 9-10.5, ANO II, P.3.

# O Internato F. C. levantou brilhantemente o Campeonato Colegial de Futebol Homenagem aos Campeões de 1946 Torneio entre as 1º e 2º séries Por M. COLLAÇO

# ANEXO AB - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, OUT. 1947, N. 8, ANO III, P.3.



#### ANEXO AC - O COLEGIAL, FLORIANÓPOLIS, MAIO 1947, N.3, ANO III, P.2.

